



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE LETRAS VERNÁCULAS PROGRAMA DE PÓS-
GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA**

GISELLI FREITAS NEVES

APOSIÇÕES NÃO RESTRITIVAS NOMINAIS EM ARTIGOS DE OPINIÃO

**FORTALEZA
2016**

GISELLI FREITAS NEVES

APOSIÇÕES NÃO RESTRITIVAS NOMINAIS EM ARTIGOS DE OPINIÃO

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Linguística.

Orientadora: Prof^a Dr^a Márcia Teixeira Nogueira

**FORTALEZA
2016**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

N1a NEVES, GISELLI FREITAS.

Aposições não restritivas nominais em artigos de opinião / GISELLI FREITAS NEVES. – 2016.
151 f. : il.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Fortaleza, 2016.

Orientação: Profa. Dra. Márcia Nogueira Teixeira .

1. Aposição não restritiva; Argumentação; Função Textual-Discursiva . 2. Olimpíada Brasileira de Língua Portuguesa . I. Título.

CDD 410

GISELLI FREITAS NEVES

APOSIÇÕES NÃO RESTRITIVAS NOMINAIS EM ARTIGOS DE OPINIÃO

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Linguística.

Aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof^a Dr^a Márcia Teixeira Nogueira (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof Dr Valdinar Custódio Filho
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

Prof^a Dr^a Marluce Coan (UFC)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

À minha orientadora, Márcia Nogueira,
pela orientação paciente, humilde e de
exímia competência. Mulher por quem
adquiri grande admiração e carinho.

AGRADECIMENTOS

A Deus, o ser que me sustenta todos os dias de minha vida, minha fonte de vida, amor, plenitude e misericórdia.

À minha orientadora, Márcia Teixeira pela orientação paciente, amiga e compreensiva. Aos meus pais, Ione e Mardônio, minhas referências de amor incondicional e apoio em todas as etapas de minha vida.

À minha vó Narcisa, pelos seus sábios conselhos e acolhimento nos dias difíceis e angustiantes de minha vida. Obrigada vizinha por tudo.

Ao meu companheiro, Ramon Anselmo, pelo amor zeloso e compreensivo principalmente nos momentos de inconstâncias e incertezas sobre a minha vida profissional.

À minha irmã, Patrícia Freitas pelo exemplo de mulher forte, guerreira e corajosa que tanto me inspira.

As minhas companheiras do mestrado, Fátima e Ana Patrícia por fazerem parte de toda essa trajetória de lutas e conquistas. Pelas noites de estudo e incentivo mútuo. Obrigada meninas.

Aos demais colegas da turma de mestrado, pessoas maravilhosas que me ajudaram a construir outros saberes dentro e fora dos muros da Universidade.

À professora Mônica Serafim que gentilmente disponibilizou o corpus impresso do site da Olimpíada de Língua Portuguesa.

Aos funcionários do PPGL, Eduardo, Antônia e Vanessa pela boa vontade e competência nos processos burocráticos durante esses dois anos e meio de estudo.

Aos companheiros de estudo Tatiana, Rosangela e Alber pelo apoio nos grupos de estudo e ajuda na tradução dos textos teóricos.

RESUMO

A presente dissertação propõe uma análise das aposições não restritivas nominais em artigos de opinião, utilizando o suporte teórico da Gramática Discursivo-Funcional, de Hengeveld e Mackenzie (2008). Rediscutimos a tipologia adotada por Nogueira (1999), mais especificamente em relação à correspondência entre funções textual-discursivas e relações textual-semânticas no fenômeno da aposição, visto que a unidade apositiva pode ter sua funcionalidade voltada para todo o discurso que a circunda. As construções apositivas não restritivas nominais foram extraídas de artigos de opinião disponíveis no site das Olimpíadas de Língua Portuguesa. Por conta da predominância da sequência argumentativa em tal gênero, lançamos como hipótese geral neste trabalho que a relação textual-semântica mais frequente seria a de atribuição, motivada por sua função textual-discursiva de avaliação. A análise dos dados comprova parcialmente nossa hipótese: de fato, a avaliação constitui a função discursiva mais frequente nos textos, ao passo que a relação semântica de equivalência referencial foi predominante. Concluímos que a avaliação, nesse contexto, além de estar a serviço da indicação da atitude do falante em relação ao que ele diz na primeira unidade apositiva, também está relacionada diretamente à tese que ele procura defender em todo seu texto, lançando mão de estratégias de referenciação textual.

PALAVRAS-CHAVE: aposições não restritiva nominal; funções textual-discursivas; argumentação.

ABSTRACT

This dissertation proposes an analysis of nominal non-restrictive appositions in opinion articles, using the theoretical support of the Functional Discursive Grammar by Hengselved and Mackenzie (2008). The typology adopted by Nogueira (1999), specifically in relation to the correspondence between textual-discursive functions and textual-semantic relations in the apposition phenomenon was rediscussed, since the appositional unit may have its functionality guided to the whole discourse that surrounds it. The nominal non-restrictive appositive constructions were taken from opinion articles available on the website of *Olimpíadas de Língua Portuguesa* (Portuguese Language Olympics). Due to the predominance of argumentative sequence in this genre, we had as a general assumption in this work that the most frequent textual-semantic relationship would be the attributive, motivated by its textual-discursive evaluation function. Data analysis proves our hypothesis, partially: in fact, the assessment is the most common discursive function in the texts, while the semantic relationship of reference equivalence was predominant. We concluded that the assessment in this context, in addition to being at the service of indicating the speaker's attitude as to what he says in the first appositional unit is also directly related to the thesis he seeks to defend throughout his text, making use of textual referencing strategies.

Key-words: nominal non-restrictive appositions; textual-discursive functions; argumentation.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 A APOSIÇÃO NAS GRAMÁTICAS TRADICIONAIS E DESCRITIVAS	13
2.1 O termo <i>aposto</i> na gramática tradicional	13
2.2 Divergências sobre o aposto na Linguística Descritiva.....	13
2.3 A representação prototípica da aposição.....	20
3 O TRATAMENTO TEXTUAL-DISCURSIVO DA APOSIÇÃO NÃO RESTRITIVA	26
3.1 Aposição não-restritiva e Referenciação	26
3.2. Relações textual - semânticas da aposição não restritiva.....	28
3.3 Funções textual-discursivas da aposição não restritiva	31
4 O SUPORTE TEÓRICO FUNCIONALISTA PARA ESTUDO DA APOSIÇÃO NÃO RESTRITIVA	36
4.1 Pressupostos e vertentes do Funcionalismo linguístico	36
4.2 A Gramática Discursivo – Funcional	40
4.3 A aposição nominal não restritiva na Gramática Discursivo-Funcional	50
5. METODOLOGIA	58
5.1 Constituição e caracterização do corpus.....	58
5.2 Procedimentos metodológicos	60
5.3 Categorias de análise.....	61
5.4 O programa estatístico SPSS	61
6. APOSIÇÃO NÃO RESTRITIVA NOMINAL: ANÁLISE E DISCUSSÃO	63
6.1 Aposição nominal não restritiva.....	63
6.2 Propriedades Discursivas da Aposição não restritiva	66
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	77
REFERÊNCIAS	83
ANEXOS	86

1 INTRODUÇÃO

Nas gramáticas e no ensino tradicional, o termo denominado “aposto” é estudado com o objetivo de uma análise estritamente sintática, que não ultrapassa os objetivos de identificação e classificação do substantivo ou de outro termo de valor nominal. Os critérios formais adotadas pelas Gramáticas Tradicionais, para o estudo dessa categoria funcional, foram alvos de muitas críticas de linguistas que apontaram algumas incoerências no tratamento do aposto, comprovando, por meio de análises empíricas, que tal categoria pode assumir importantes funções discursivas, tais como as de esclarecer o significado de uma palavra, reformular uma expressão em sentido linguístico ou valor referencial, apresentar-lhe uma caracterização etc. Todavia, as gramáticas tradicionais não são os únicos alvos de refutação teórica a respeito desses limites conceituais do aposto.

Existem outros trabalhos que apontam também algumas divergências em torno dos critérios adotados pelos descritivistas para a definição de uma construção apositiva. Dentre eles, podemos citar Nogueira (1999) que, com base em postulados sobre categorização linguística (TAYLOR, 1992), apresenta as construções positivas como uma categoria de protótipo, oferecendo uma nova perspectiva de definição e chamando a atenção para a natureza discursiva do aposto.

Gramáticos e teóricos arrolam várias definições para o aposto, no entanto, mesmo diante de tantas divergências conceituais, ambos revelam a mesma preocupação: definir, em um único rótulo, diferentes construções apontadas como positivas segundo a adoção de uma tipologia que se encerra no aspecto estrutural do aposto, sempre retratado nos limites da frase e não do discurso. Nesse aspecto, este trabalho opta em trabalhar com o estudo aposição não restritiva, considerando esse fenômeno um importante expediente na construção argumentativa dos textos.

Tendo em vista esta necessidade de compreender a aposição para além dos limites da frase, a presente pesquisa propõe rediscutir alguns fundamentos conceituais do aposto tomando como embasamento uma nova perspectiva teórica para a análise linguística – a discursivo-funcional. Acreditamos que a proposta da Gramática Discursivo-Funcional (GDF), de Hengeveld e Mackenzie (2008), nos parece ser a teoria mais adequada e capaz de oferecer um modelo coerente para a descrição desse fenômeno linguístico, pois visa à expansão de uma gramática da frase para uma

gramática funcional orientada para o discurso, que se interessa pelos propósitos comunicativos do falante e suas escolhas lexicais.

Acrescentam-se à teoria, os estudos de Nogueira (1999, 2011), que tratam a aposição como um mecanismo multifuncional que participa, a um só tempo, da construção dos sentidos do texto, nos planos textual, cognitivo e argumentativo-atitudinal. Em cada um desses planos, as construções apositivas desempenham diferentes funções quando analisadas em situações reais. Segundo a autora, tendo em vista o uso linguístico efetivo, essas funções não se excluem, mas, antes, se combinam, conferindo, à aposição, um caráter multifuncional.

A necessidade de se realizar uma nova pesquisa sobre o tema da aposição emerge neste trabalho por dois motivos que vão além da mera descrição das formas e funções dessa categoria: primeiro, procuramos demonstrar como a proposta da GDF nos serve de amparo teórico para dar conta do fenômeno da descrição e análise das relações textual-semânticas e funções textual-discursivas que uma construção apositiva não restritiva apresenta nos textos de artigo de opinião; e, segundo, discutimos até que ponto os condicionamentos das características socialmente reconhecidas do gênero artigo de opinião influenciam ou não na predominância de algumas relações e funções em detrimento de outras.

As construções apositivas se manifestam por meio de um contexto amplo de interação e se encontram emolduradas nos gêneros discursivos, entendidos aqui como ‘tipos relativamente estáveis de enunciados’ (BAKHTIN, 1997). Acredita-se, neste trabalho, que as multifunções das construções apositivas não restritivas podem ser determinadas mediante os condicionamentos formais e funcionais dos gêneros de sequência argumentativa. O gênero artigo de opinião constitui um instrumento mais propício à ocorrência de movimentações argumentativas em que estão presentes as avaliações do falante em relação àquilo que foi dito. (WHITE, 2003).

Não obstante, pela natureza e extensão dessa temática, esta dissertação propõe descrever e analisar as relações e funções discursivas das construções apositivas nominais não restritivas no contexto de produção escrita de artigos de opinião por alunos do Ensino Médio. Por conta da predominância da sequência argumentativa em tal gênero, lançamos como hipótese geral neste trabalho que a relação textual-semântica mais frequente é a de atribuição, motivada por sua função textual-discursiva de avaliação, que também supomos ser mais frequente nesse gênero. Doravante, quando

priorizamos o contexto discursivo como base para a análise e descrição desse fenômeno linguístico, exige-se a adoção de um aporte funcionalista que considere a língua um instrumento de interação a serviço das funções que desempenha em contextos reais de uso. No caso deste trabalho, a noção de contexto que abordamos parte do *locus* de realização do uso concreto da língua, a saber, os textos de artigo de opinião produzidos por alunos do ensino médio. Em outras palavras, procuramos analisar as ocorrências de aposições não restritivas nominais dentro de um contexto restrito de produção escrita dos alunos e de suas escolhas significativas, demandadas por seus propósitos comunicativos, pois como afirma Halliday (2004):

¹O texto é a forma linguística de interação social. É uma progressão contínua de significados, em combinação tanto simultânea como em sucessão. Os significados são as seleções feitas pelo falante das opções que constituem o potencial de significado; o texto é a atualização desse potencial de significado, o processo de escolha semântica.

Lembramos que, embora as construções apositivas não restritivas contribuam para a progressão temática do gênero, não abordamos sobre os gêneros textuais, mas acreditamos que as ocorrências estão a serviço dos propósitos socialmente reconhecidos dos artigos de opinião, artefatos que motivam essas expressões. A análise mais detalhada realiza-se no mapeamento das relações textual-semânticas e das funções textual-discursivas. Tal procedimento tem o objetivo de oferecer um tratamento mais aprofundado sobre o tema, por meio da tentativa de reagrupar algumas categorias que, além de ajudarem no entendimento do fenômeno da aposição, também podem sugerir uma proposta de ensino mais produtivo desse fenômeno, uma vez que a estrutura sintática está naturalmente relacionada às funções que os enunciados desempenham dentro do discurso. (NOGUEIRA,1999).

Estruturalmente, esta dissertação está dividida em cinco capítulos, além desta Introdução. O capítulo intitulado *A Aposição nas gramáticas tradicionais e descritivas* apresenta maior detalhamento sobre as definições propostas pelas gramáticas tradicionais e pelos estudos descritivos à luz da análise linguística. Em seguida procura abordar como esses critérios definidos tanto pelas gramáticas tradicionais como pelas

¹ The text is the linguistic form of social interaction. It is a continuous progression of meanings, combining both simultaneously and in succession. The meanings are the selections made by the speaker from the options that constitute the meaning potential; text is the actualisation of this meaning potential, the process of semantic choice.

gramáticas descritivas se encaixam no estudo da representação prototípica da aposição proposta por Nogueira (1999), que assume a existência de um caráter gradual na determinação da aposição, buscando reunir e analisar diferentes tipos de construções na perspectiva de que algumas são semântica e sintaticamente mais apositivas do que outras.

O capítulo *O tratamento da aposição na perspectiva textual-discursiva* aborda os aspectos funcionais do fenômeno da aposição segundo a sua natureza textual-discursiva. O intuito desse capítulo é discutir as propriedades textual-discursivas da aposição dentro do quadro de conceituação dos processos de referenciação. Na segunda seção, descrevemos as propriedades textual-discursivas de Nogueira (1999), que chama a atenção para uma categorização de protótipos com base nas contribuições de Quirk et al. (1985) e de Meyer (1992).

O quarto capítulo versa sobre o suporte teórico funcionalista que confere sustentação teórico-metodológica à pesquisa, nos servindo de embasamento para a análise qualitativa dos resultados. Realizamos uma breve explanação dos pressupostos e vertentes funcionalistas, entre as quais conferimos um enfoque especial à teoria funcionalista que toma, não a oração, mas o ato discursivo como objeto de análise – A Gramática Discursivo-Funcional (GDF), desenvolvida por Hengeveld e Mackenzie (2008). Em seguida apresentamos o tratamento específico das aposições nominais não restritivas com base nas diferentes funções que essas construções cumprem no discurso, para tanto, citamos os estudos de Evelien Keizer (2003) que define a função da aposição tomando como referência não apenas o seu termo fundamental, mas todo o discurso circundante.

O capítulo intitulado *Metodologia* apresenta a caracterização do *corpus*, do gênero e a descrição dos procedimentos, bem como categorias de análise relativas às relações textual-semânticas e às funções textual-discursivas da aposição não restritiva nominal. Para efeito de análise quantitativa de cada uma dessas categorias, utilizamos o programa estatístico SPSS (*Statistical Package for Social Sciences*), que fornece os resultados relativos à frequência, os quais possibilita atestar a validade de nossas hipóteses.

O sexto capítulo, referente à *Análise e Discussão da aposição não restritiva nominal*, apresenta e discute os resultados da análise. A análise subdivide-se no tratamento das propriedades formais e funcionais da aposição não restritiva. A primeira

seção aborda os aspectos atinentes à estrutura morfossintática: caracterização do sintagma nominal, apresentação das funções sintáticas mais frequentes assumidas pela primeira unidade da construção apositiva e a relação existente entre os termos em aposições nominais segundo seu caráter de definitude/especificidade. A análise quantitativa dos dados deteve-se nos parâmetros relativos às relações textual-semânticas e funções textual-discursivas propostas por Nogueira (1999). Para análise qualitativa realizou-se um estudo sobre as categorias das funções discursivas propostas por Nogueira (1999) e Evelien Keizer (2005).

Acredita-se que a relevância desse trabalho assenta-se na interface de duas perspectivas funcionalistas sobre o fenômeno discursivo da aposição. Buscamos não apenas identificar as relações e funções discursivas no corpus apresentado, como também demonstrar a sua relevância para a construção argumentativa no texto como um todo.

2 A APOSIÇÃO NAS GRAMÁTICAS TRADICIONAIS E DESCRITIVAS

Este capítulo trata da aposição nas gramáticas tradicionais e descritivas de língua portuguesa, procurando apresentar alguns pontos divergentes entre tais abordagens, também retrata como as definições sobre a aposição, levantadas em torno de alguns critérios, são apresentadas no tratamento da representação prototípica proposta por Nogueira (1999). Com atenção especial a esta subseção, levantamos alguns questionamentos no tocante a algumas definições da autora sobre os critérios que definem uma aposição prototípica. Este capítulo apresenta-nos como um referencial que poderá nos direcionar para uma pesquisa mais aprofundada sobre o fenômeno da aposição.

2.1 O termo *aposto* na gramática tradicional

Segundo a Gramática Tradicional, o *aposto* e o termo a que ele se refere, o termo dito *fundamental*, exercem a mesma função sintática. As gramáticas tradicionais, embora admitam que a forma assumida dos termos em aposição possam ser orações e períodos, consideram a aposição como uma relação gramatical, predominantemente constituída por sintagmas nominais, que toma um substantivo ou um termo equivalente como o centro de referência para a construção. Para entender melhor a explicação convém expor o conceito de substantivo proposto por Castilho (2012), que considera ser este um termo que “está debaixo da base” sem o qual não se pode construir um texto. Para o gramático, essa classe pode se projetar na sentença e assumir outras funções presentes nos demais sintagmas: adjetival, adverbial e preposicional, e o mais imprescindível, o substantivo tem por propriedade básica referenciar, desempenhar um importante papel no texto; tal aspecto tem sido pouco explorado pelas gramáticas tradicionais, que quase sempre encerram o conceito de substantivo como uma categoria que serve para significar os chamados objetos substantivos cuja existência é aprioristicamente estabelecida.²

De antemão, o que podemos perceber é que a visão de Castilho nos parece pertinente, pois o substantivo é uma categoria gramatical que constrói-se no bojo do

² Geralmente as gramáticas normativas apresentam o substantivo como função que está a serviço de nomeação de seres, coisas e ideias, (ver BECHARA, 2009; DE NICOLA & INFANTE, 2004).

contexto discursivo. As gramáticas tradicionais apresentam rasas definições equiparando esse termo como uma espécie de rótulo que nomeia seres em geral, convencionalmente chamados de objetos que podem ser apreendidos fisicamente (objetos, pessoas, animais etc) ou mentalmente (qualidades, processos, estados etc).

Diante desses conceitos básicos sobre o potencial referencial do substantivo, nos surge um seguinte questionamento que acreditamos, de alguma forma, impactar nos estudos sobre o aposto: Se a própria gramática tradicional desconsidera o valor do substantivo para a construção do texto, como esperar que o tratamento do aposto seja diferenciado, isto é, que transcenda os limites da frase?

O espaço que a gramática tradicional dedica ao aposto, assim como ao próprio substantivo, também é bastante restringido, uma vez que negligencia seu papel na construção textual por justamente inseri-lo na parte dos termos acessórios da oração. Os próprios critérios de definição propostos pelas gramáticas tradicionais acabam, na maior parte das vezes, contrariando os dados empíricos relativos ao fenômeno da aposição. Para comprovar essas afirmações, convém apresentar algumas definições que dividem os gramáticos em duas categorias: os que excluem o aposto como constituinte da oração e os que incluem o aposto como constituinte da oração (ainda que apresentem definições contraditórias).

Câmara Jr (1997) define o aposto como um substantivo ou locução substantiva que se reporta para o mesmo ser assumindo, portanto, a mesma função sintática.

Com definição semelhante, Crystal (1988) menciona o aposto como “termo tradicional que tem mesma identidade, ou semelhança com um referente e por isso assume, portanto, a mesma função sintática. Para Rocha Lima (1984), o aposto é um substantivo (ou pronome) que pode-se fazer acompanhar imediatamente de outro termo de caráter nominal, a título de individualização ou esclarecimento.

Cunha e Cintra (1985) considera o aposto um termo de caráter apreciativo e explicativo que assume a forma nominal e pode se justapor a um substantivo, a um pronome, ou a um termo equivalente. Para Perini (1995), o aposto é o “elemento que sintaticamente repete a oração ou um de seus termos e se justapõe ao elemento repetido, separando-se dele por vírgula”.

Definições gerais para o termo “aposto” também são encontradas em gramáticas pedagógicas, que passam a priorizar, nas definições propostas, as funções

atribuídas ao aposto não apenas em relação ao termo a que se refere, mas passam a vislumbrar o impacto semântico que esse tipo de construção traz para a oração.

Observe os exemplos abaixo de Cereja & Magalhães (1999):

[01]O resto, isto é, *as louças, os cristais e os talheres*, irá nas caixas menores.

[02]Este advogado, *como representante da comunidade*, é imprescindível.

Para os gramáticos, o aposto é o termo que se refere a um substantivo, a um pronome ou oração e tem a função de explicar, ampliar, resumir ou identificar o termo antecedente, que pode ser um substantivo, pronome ou uma oração. Os exemplos acima nos mostram as expressões apositivas precedidas de marcadores que evidenciam as seguintes funções: uma de valor explicativo e outra, circunstancial.

Campedelli (2002) considera o aposto, o termo acessório da oração que serve para explicar um termo anterior, identificando-o ou esclarecendo-o. A autora considera a possibilidade de um adjetivo exercer a função de aposto, tal como nos exemplos:

[03]João da Silva, *brasileiro, casado*, teve os seus minutos de glória.

[04]Maria das Dores, *solteira, funcionária pública*, declara a todos que...

Há divergência entre as gramáticas quanto a considerar o adjetivo exercendo a função de aposto. O adjetivo que, para alguns gramáticos, seria aposto em frases, é analisado por Luft (2004) como um predicativo atributivo ou predicativo circunstancial. Nesse caso, o aposto pode assumir a função sintática de predicativo atributivo ou predicativo circunstancial. Para Bechara (2009) o aposto é um “substantivo ou expressão equivalente que modifica um núcleo nominal, sem precisar de outro instrumento gramatical que marque esta função adnominal”.

Como podemos observar, várias gramáticas tradicionais assumem como característica central do aposto o papel de substantivo que serve para modificar, esclarecer ou especificar o seu termo fundamental e que sua função repetiria a função sintática do termo precedente. A partir dessa conceituação, percebemos que se instaura uma problemática: se a unidade apositiva substitui o termo fundamental sem prejuízo à

inteligibilidade do enunciado, como poderia ao mesmo tempo especificá-lo ou explicá-lo? (MORAES, 2000).

Tais contradições das gramáticas motivam questionamentos principalmente quanto ao estatuto sintático que o aposto assume. O problema é que alguns autores identificam algum tipo de semelhança entre aposição e coordenação, o que leva a uma certa ambiguidade, pois admitir essa relação de independência sintática entre os termos contradiz com o que Neves (1984) afirma haver na aposição: um segundo elemento que retoma o primeiro, o que difere da coordenação, que é marcada pela condição de exterioridade sintática. Em contrapartida, os gramáticos Quirk et al (1985) e Meyer (1992) levantam a questão da similaridade entre aposição e coordenação para dar ênfase à independência estrutural dos elementos, evidenciada nos testes de supressão e permuta dos elementos. Acreditamos que os gramáticos foram coerentes ao apontarem tais semelhanças da aposição com a coordenação, pois tomaram como parâmetro de análise a relação semântica de equivalência como modelo prototípico de construção. Tal abordagem se configurou como uma inspiração para estudos posteriores, pois contribuiu, em grande escala, para amenizar outras divergências conceituais. Todavia dar à aposição o estatuto sintático de uma coordenação (visão estruturalista), ou seja, de independência sintática entre os termos, significa desconsiderar os fatores pragmáticos e discursivos que concorrem para que uma dada construção seja considerada como apositiva e não coordenada, tal como o critério de retomada referencial de um elemento apositivo, evidenciada pelos testes de supressão ou permuta entre os termos. Vejamos dois exemplos de Nogueira (1999) que diferencia uma construção apositiva [05] de uma construção coordenada [06]:

[5] Cumprimentei Marta, a vizinha de minha mãe.

[6] Cumprimentei Marta e a vizinha de minha mãe.

Segundo Nogueira (1999), nessa tentativa de definir os limites conceituais do aposto, os gramáticos e linguistas descritivistas acabam colocando em conflito critérios semânticos e sintáticos e, por esse motivo, a autora propõe que o ponto de partida para uma discussão sobre a definição e a análise de expressões apositivas sejam suas funções textual-discursivas e relações textual-semânticas.

2.2 Divergências sobre o aposto na Linguística Descritiva

Ao nos depararmos com as situações reais de uso das construções apositivas não restritivas, percebemos que as concepções categóricas discutidas pelas gramáticas tradicionais não são suficientes para abarcar as multifunções existentes que podem ser explicadas a partir do entendimento da formulação e codificação dessas ocorrências em virtude das intenções comunicativas dos falantes. No entanto, a categoria gramatical aposto não é apenas discutida entre os gramáticos, como também tem sido alvo de muitas discussões que emergiram no seio dos estudos da linguística descritiva.

As maiores divergências encontradas entre os estudos descritivistas incidem, sobretudo, na discussão dos aspectos semânticos e pragmáticos que são levados em consideração para a decisão do status de dependência, ou não, entre os termos em aposição.

Um dos critérios mais apontados para a identificação de uma estrutura apositiva tem sido a relação semântica de correferência (ou correferencialidade) defendida por autores como Taboada (1978) e Rodriguez (1989). Segundo Rodriguez (1989), para que uma construção seja considerada como apositiva, é necessária a existência de pausa entre os elementos envolvidos, sinalizada por um marcador suprasegmental (na escrita, por vírgulas, ponto e vírgula, dois pontos, parênteses etc). Segundo a autora, é essa natureza suprasegmental que separa as unidades de informação e codifica essa relação de correferência (*e.g. Madrid, capital de España, tiene um alto nivel de contaminación*).

A autora não admite que construções restritivas, tais como os tradicionalmente chamados apostos especificativos, sejam consideradas apositivas por constituírem apenas de uma unidade de informação, ou seja, nesse caso, os termos perdem a sua independência sintática e semântica passando a uma relação não de correferência, mas de atribuição em que geralmente existe um elemento que funciona como um tipo de modificador (*soldado*) e um elemento que é modificado (*rey*). (*e.g. Has visto la película del rey soldado?*).

Taboada (1979) também assume a correferência como uma marca que garante a relação de simetria entre os termos em aposição. Para que exista uma relação apositiva, o autor acredita ser necessário considerar os seguintes requisitos: a) constituir um elemento funcional único com relação à oração; b) serem os termos apositivos

intercambiáveis sem alterar a estrutura e as funções da construção apositiva; c) serem, todos eles, comutáveis por ϕ , isto é, poderem ser suprimidos, sem alterar as funções na estrutura oracional e sem que o significado da oração seja alterado fundamentalmente no contexto.

Todavia, tais autores apontam critérios que apenas podem ser aplicáveis a construções nas quais seja possível apontar simetria entre os termos em aposição, constituídos por sintagmas nominais. No entanto, essa propriedade caracteriza apenas a representação prototípica da aposição, anulando as demais estruturas nas quais não é possível a aplicação de testes de permuta ou supressão dos elementos em aposição. Há construções que não apresentam simetria por não serem possíveis tais operações, como podemos ver nos exemplos abaixo citados por Nogueira (1999, p.64):

[7] *Só os mamíferos superiores, em particular os primatas*, são capazes de usar o rosto para manifestar emoções ou sentimentos...

[07a] **Só em particular os primatas* são capazes de usar o rosto para manifestar emoções ou sentimentos...

[07b] *Só os mamíferos superiores* são capazes de usar o rosto para manifestar emoções ou sentimentos...

[07c]* *Só em particular os primatas, os mamíferos superiores* são capazes de usar o rosto para manifestar emoções ou sentimentos...

Essas estruturas assimétricas codificam um tipo de relação semântica que não é de correferência estrita e, justamente por isso, se distanciam da representação prototípica da aposição. Segundo Quirk et al (1985), a relação textual-semântica presente nas estruturas apositivas também pode ser de atribuição e de inclusão. No caso dos exemplos acima, a relação semântica encontrada é de inclusão, que se manifesta por meio de uma particularização, ou seja, o segundo termo (*primatas*) é marcado nessa expressão como o elemento proeminente dentro da categoria do primeiro termo (*mamíferos superiores*).

Não obliterando as contribuições anteriores, os gramáticos Quirk et al (1985) acrescentam outras relações semânticas e tomam essa relação de correferência (equivalência semântica) como uma marca da aposição plena (*full apposition*) e, a partir dela, propõem a existência de outros tipos que distinguem as aposições ditas plenas (mais apositivas) e aposições ditas parciais (menos apositivas). Desse modo, os

gramáticos definem a relação semântica de equivalência como a mais apositiva porque esta engloba um conjunto maior de traços que a definem como a subcategoria mais prototípica, enquanto que as relações de inclusão, consideradas menos apositivas, compartilham parcialmente traços da aposição prototípica e, no nível intermediário, situam a relação de atribuição.

Outra contradição apontada incide sobre a noção de atribuição. Gramáticos e linguistas afirmam que a palavra *atribuição* alude a uma propriedade semântica de atribuir uma característica ao substantivo, modificando seu núcleo e assumindo, portanto, outra função equivalente a um adjetivo. Tal definição de atribuição contradiz a noção da equifuncionalidade entre os termos em aposição, ou seja, a noção de que ambos deveriam desempenhar a mesma função sintática na oração em que se encontram. Gramáticos e teóricos descritivistas, ao defenderem tal posicionamento, assumem a ideia de que os termos se constituem de núcleos independentes, tanto que são colocados à prova de testes de permuta ou supressão pressupondo-se, portanto, uma relação de coordenação. Contudo, nas construções apositivas em que há relação atributiva, não é possível a coexistência de dois núcleos por se caracterizar como uma construção assimétrica em que os termos desempenham papéis distintos na oração (núcleo e atributo). Abaixo citamos o exemplo de Nogueira (1999) em que a segunda unidade desempenha papel atributivo em relação ao referente da primeira.

[8] *Maureen Bisilliat - uma excelente fotógrafa brasileira* - filmou e fotografou as tribos indígenas no Xingu.

Ao discutir a identidade funcional como um dos parâmetros de identificação de uma construção apositiva, Nogueira (1999) prefere ver a aposição como um tipo de processo de construção, e não propriamente função sintática, algo que não seria possível identificar numa relação parafrásica entre duas orações. A autora lembra que Halliday (2004) vê na aposição um tipo de relação lógico-semântica em que a cláusula apositiva expande e elabora o significado da primeira unidade, provendo-lhe maior esclarecimento, seja, reintroduzindo um termo equivalente ou adicionando um atributo.

Quanto à discussão em relação ao estatuto sintático da aposição, especificamente das cláusulas apositivas, também se faz conveniente citar as pesquisas de Dias (2004) e Decat (2011) como relevantes contribuições para o estudo desse fenômeno. Ambas tomam como parâmetro a “unidade informacional” para a decisão do

estatuto dependente ou não das cláusulas conferindo-lhe uma outra roupagem às análises das estruturas coordenadas e subordinadas. A noção de dependência vem sendo reformulada, pois, segundo as autoras, o papel exercido pelas cláusulas deve estar a serviço da função comunicativo-interacional.

Para Dias, “algumas construções apositivas se apresentam na forma de sintagmas avaliativos que servem para dar uma focalização da avaliação do falante acerca de um segmento tópico que esteja no fluxo da informação”. Decat corrobora essa visão e acrescenta que a aposição é considerada uma estratégia sintática de focalização e argumentação por meio do desgarramento de certas estruturas no contínuo dos gêneros textuais.

Nogueira rediscute os critérios apontados na literatura sobre os fundamentos conceituais da aposição e confere, ao tratamento desse fenômeno, um enfoque funcionalista, que se caracteriza por uma abordagem de categorização por protótipos.

2.3 A representação prototípica da aposição

Como foi mencionado acima, a relação textual-semântica de correferência, para os estudiosos mais categóricos, é critério basilar para que as construções sejam consideradas apositivas, porém, para Quirk *et al* (1985), a relação textual-semântica presente nas estruturas apositivas pode ser também de atribuição e de inclusão. Os gramáticos, na tentativa de reunir sob um mesmo rótulo a diversidade de construções, assumem a existência de aposições ditas *plenas* e aposições ditas *parciais*. As aposições *plenas* se caracterizam pelas seguintes condições: a) a possibilidade de omissão de um dos termos sem que afete a aceitabilidade da sentença; b) a possibilidade dos itens exercerem a mesma função nas sentenças resultantes; c) não haver nenhuma diferença entre a sentença original e qualquer uma das sentenças resultantes em termos de referência extralinguística. As aposições que não apresentam alguma dessas condições são tidas como *parciais*.

Meyer (1987, 1989, 1992) afirma existirem aposições coordenativas e aposições subordinativas. As coordenativas são consideradas pelo autor como aposições centrais, e as subordinativas, como aposições periféricas, pois se situam na fronteira com outros tipos de construção. O autor propõe os seguintes critérios sintáticos para a identificação do que ele designa como *aposições centrais*: 1) a primeira unidade da

aposição pode ser suprimida; 2) a segunda unidade da aposição pode ser suprimida; 3) as unidades da aposição podem ser permutadas. Quanto maior for o número de critérios satisfeitos, mais próxima estará a construção da aposição central. Construções que não preenchem um ou mais de um desses critérios são ditas *periféricas*. Embora a correferência seja tomada como critério principal na maioria dos trabalhos abordados, para o autor, ela não se constitui como critério decisivo, porque, em algumas construções apositivas, tal critério não se verifica. Desse modo, o autor sugere que existem outras relações semânticas, que, inclusive, podem ser referenciais ou não-referenciais.

Apesar do tratamento relativizado por alguns autores das propriedades que definem as construções apositivas, os estudos até aqui observados ainda se mostram inclinados para asseverar que a correferência ainda é o critério que predomina como condição primária para a existência da aposição (uma vez que ela é tida como parâmetro para definição do estatuto das outras categorias semânticas) tanto que ela é colocada no alto da escala de gradiência prototípica.

Para Nogueira (1999), a aposição é um notável exemplo de uma categoria que não exhibe fronteiras bem definidas em termos de condições necessárias e suficientes. (1999:49). Ao vislumbrar a natureza textual-discursiva da aposição, Nogueira (1999) assume que existem construções mais apositivas que outras construções devido a sua natureza multifuncional.

Como contemplado acima, vê-se que gramáticos apontam a aposição e coordenação como construções ditas similares em virtude da independência estrutural dos elementos, evidenciada pela possibilidade de suprimi-los e de permutá-los. Outros estudiosos descritivistas apontam uma semelhança entre aposição e subordinação, por se caracterizar como uma estrutura que expressa na primeira unidade, um núcleo e, na unidade apositiva, um modificador desse núcleo.

Em uma perspectiva estruturalista, a identidade referencial é tomada como parâmetro para a investigação de uma construção apositiva, quanto maior o conjunto de critérios³ que satisfaçam sua identificação, mais apositiva é considerada esse tipo de

³ Na visão de Taboada (1978) esses são os critérios que definem uma estrutura apositiva: a) constituir um elemento funcional único com relação à oração; b) ser intercambiáveis sem alterar a estrutura e as funções da construção apositiva; c) ser, todos eles, comutáveis por \emptyset , isto é, poder ser suprimidos, sem alterar as funções na estrutura oracional.

construção. No entanto, existem outros tipos de construções que não se encaixam em nenhum desses critérios como é o caso das aposições atributivas e inclusivas.

Todavia, em vista da multifuncionalidade da aposição, faz-se necessário, portanto, discutir os critérios de supressão e permuta, pois considerar apenas a possibilidade da segunda unidade ocupar a mesma posição sintática que a primeira significa afirmar que a relação entre os termos é de independência, o que acaba reiterando a sua função acessória na construção do enunciado, visão compartilhada pelos gramáticos tradicionalistas. Tal critério para a sua definição, além de restringir o conjunto de construções que possam ser analisadas como apositivas, contraria a própria natureza do aposto, caracterizado por Câmara Jr (1997) como uma sequência que retoma um núcleo cuja função é de especificar ou explicar o termo fundamental. Por esse motivo, a aposição não pode ser vista como tendo um estatuto de função sintática, pois não são todas as construções que seguem o mesmo parâmetro de identificação, como, por exemplo, as construções apositivas oracionais que, inclusive, apresentam a função de desenvolver termos de natureza não-nominal. (NOGUEIRA, 1999).

Com base nesses aspectos, Nogueira reformula a tipologia das relações semânticas de Quirk et al, considerando os subtipos dessas relações como funções textual-discursivas, apresentado-as em uma escala prototípica e tomando como parâmetro a relação semântica de correferência para a definição das demais. Adota como tipologia as seguintes relações ordenadas respectivamente em uma escala de gradação que vai da mais apositiva para a menos apositiva: equivalência (correferência e sinonímia), atribuição e inclusão.

Em virtude da própria reformulação do conceito de correferência, passando a considerá-la como um tipo de relação que pode ser não apenas identificada dentro da sentença, mas construída dentro de um contexto, essa perspectiva nos gerou algumas inquietações e questionamentos. Pois há casos de construções cujos elementos apositivos são correferentes, mas que podem não apresentar os traços constituintes dessa natureza prototípica definidos pela autora.

Vejamos esse exemplo citado pela autora:

[9] Em regiões estacionalmente secas, nas quais a água abunda no período de crescimento, temos dois tipos gerais de vegetação heliomórfica de acordo com a capacidade armazenadora do substrato. Quando este é raso (*campos brasileiros, veld africano, caatinga em parte*) e sujeito a frequentes períodos secos entre as descargas pluviiais, por via da dessecação sob forte insolação, a vegetação é reduzida no tamanho e na folhagem. Quando o solo é profundo (*savanas*

arborizadas, cerrado) e armazena grandes quotas de água, não podendo haver deficiência hídrica acentuada, a vegetação é alta e a folhagem.

Essa ocorrência é um claro exemplo em que a unidade apositiva toma como escopo uma informação que não está expressa no enunciado, mas uma informação que é inferida com base em um contexto antecedente. (NOGUEIRA, 1999, p. 118). Esse é um exemplo típico em que não há como evidenciar esse conjunto traços que identificam uma construção prototípica, mas que o efeito de correferência ainda pode ser mantido.

Se a correferência passa a ser identificada com um processo cognitivo e sócio-culturalmente construído no contexto, sem que seja necessária, portanto, a co-significação entre os elementos apositivos, seria possível afirmar que construções apositivas que se situam nas fronteiras com outros processos sintáticos, poderiam (ou deveriam) ser, de certa forma, potencialmente correferenciais? As condições de identidade entre os elementos estão, de fato, relacionadas à configuração distribucional definida em um modelo de representação prototípica? Tais questionamentos surgiram justamente a partir do confronto com esse e com vários tipos de ocorrências que iremos posteriormente contemplar nas análises. No exemplo acima, podemos perceber a presença de uma relação textual-semântica de inclusão a serviço de uma reformulação que exemplifica alguns tipos de *vegetações de solo raso e vegetações de solo profundo*, no entanto, há de se considerar que a correferência foi construída parcialmente, de maneira que os significados dos referentes da unidade apositiva estão presentes no significado dos referentes expressos no termo fundamental, este, inferido no contexto.

Baseada em uma abordagem de categorização por protótipos tratada em Taylor (1992), uma categoria poderia abarcar um conjunto de atributos, contanto que haja a possibilidade de estabelecer algum tipo de similaridade tênue entre um eventual par de objetos. Desse modo, se a correferência é considerada como a relação prototípica desse tipo de construção, espera-se que as construções apositivas inclusivas se configurem em uma posição intermediária na escala de gradiênca prototípica proposta pela autora, pois, embora sejam as que menos satisfaçam o conjunto de traços na distribuição configuracional, a unidade apositiva, nesse tipo de relação, compartilha parcialmente uma similaridade, seja de significado ou de conteúdo, com o referente expresso na primeira unidade de forma inequívoca, o que confere a esse tipo de construção maior proximidade com a relação correferencial. A relação atributiva, então, seria menos prototípica, porque não há correferência semântica estrita entre os

elementos, mas sim uma relação em que se observa uma predicação em vez de equivalência.

De fato, construções apositivas inclusivas são mais assimétricas em virtude de haver menor mobilidade distribucional entre as unidades, porém acreditamos que não são menos apositivas do que as atributivas, por se caracterizarem como construções também correferenciais e além disso, se a identidade referencial associa-se as condições de supressão e permuta das unidades, o que dizer das construções atributivas, cujas unidades são mais flexíveis nessa configuração distribucional, podendo uma assumir a mesma posição estrutural (e não sintática) da outra? Conferimos então dois exemplos da autora de construções apositivas com relação de inclusão e atribuição realizando a permuta das unidades apositivas.

[10] Antes de analisar o que denominamos "o domínio do interdisciplinar", talvez fosse conveniente fixar nossa terminologia e *os conceitos vizinhos, tais como os de "disciplina", "pluridisciplinaridade", "multidisciplinaridade" e "transdisciplinaridade"*.

[10a] *Antes de analisar o que denominamos "o domínio do interdisciplinar", talvez fosse conveniente fixar nossa terminologia *tais como os de "disciplina", "pluridisciplinaridade", "multidisciplinaridade" e "transdisciplinaridade" e os conceitos vizinhos*.

[11] *Maureen Bisilliat - uma excelente fotógrafa brasileira* - filmou e fotografou as tribos indígenas no Xingu.

[11a] *Uma excelente fotógrafa brasileira, Maureen Bisilliat*, filmou e fotografou as tribos indígenas no Xingu.

Vê-se que o exemplo [10a] ilustra o comportamento assimétrico da aposição com relação semântica de inclusão, visto a permuta das unidades apositivas acarreta outra interpretação semântica à construção. Já na aposição com relação semântica de atribuição [11a] observamos que é possível a inversão de ordem das unidades originando uma sentença semanticamente aceitável, no entanto, diferente da sentença original no que diz respeito às condições referenciais.

Este capítulo apresentou o conceito de aposição tanto preconizado pelas gramáticas tradicionais e descritivas. As gramáticas tradicionais comumente definem o aposto como um termo de natureza nominal que se ajusta ao seu termo fundamental, também de natureza nominal, assumindo a mesma função sintática, apontando semelhança dessa estrutura com a coordenação. Entretanto, a par da multifuncionalidade dessa construção, os critérios adotados pelas gramáticas tradicionais para a identificação

dessa estrutura, tornam-se contraditórios e insustentáveis. As gramáticas descritivas passam a vislumbrar a relação semântica de correferência como critério decisivo para a identificação de uma estrutura apositiva, o que Nogueira considerou, em um modelo de categorização por protótipos, como a relação prototípica desse tipo de construção.

O capítulo seguinte nos orienta para uma melhor compreensão desse processo correferencial entendido como um processo para além da compreensão de referentes, mas recategorizador do discurso, operado pelo falante segundo suas intenções comunicativas.

3 O TRATAMENTO TEXTUAL-DISCURSIVO DA APOSIÇÃO NÃO RESTRITIVA

Neste capítulo serão discutidas algumas categorias textual-discursivas das aposições não restritivas dentro do quadro de conceituação dos processos de referenciação.

3.1 Aposição não-restritiva e Referenciação

As construções apositivas não restritivas têm como característica formal a marcação suprasegmental evidenciada por pausas – vírgula, travessão ou parênteses, dois pontos etc –, distinguindo-se, portanto, das aposições restritivas em que não há pausa entre as unidades de construção. Para Jubran (1999) tais marcadores (antes e depois do encaixe e ausência de conectores) aproxima-se de um tipo de construção parentética voltada para a elaboração de tópicos discursivos resultante do processo de interação.

Parece-nos que as pausas pareçam variar de acordo com as necessidades argumentativas do autor do texto que introduziu, na unidade apositiva, um termo que alude a uma propriedade do referente ao referente do termo fundamental, seja designar o referente por evocação de sua profissão ou para fazer uma avaliação pessoal sobre o referente da primeira unidade apositiva. Vejamos os exemplos abaixo:

[41] “No Equador, a incidência de pragas é tão forte que semanalmente se faz aplicação de agrotóxico”, diz *Pierre Vilela, coordenador da Assessoria Técnica da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais*.

[42] Só em 2014 o valor destinado pelo governo do Estado ao festival de Parintins foi de 13,5 milhões de reais, um investimento alto, que deveria refletir uma cidade capaz de dar conforto aos turistas e suprir as necessidades básicas do povo.

A maioria dos estudos sobre a aposição considera a correferência como um parâmetro central para a identificação de uma estrutura apositiva. Tal critério semântico, comumente apontado por alguns estudiosos descritivistas, como a relação entre duas unidades que designam o mesmo referente, está assentado em uma concepção de

referência que legitima a hipótese de que há uma ligação direta entre as palavras e as coisas. Desenvolvido pelas ciências cognitivas, esse ponto de vista acredita que o mundo, discretizado em objetos ou “entidades”, tem existência *a priori*, ou seja, independentemente de qualquer interferência subjetiva, e que toda e qualquer representação linguística deve se ajustar adequadamente a este mundo. (MONDADA, L e DUBOIS, D. 1995). Com essa perspectiva, os estudos sobre aposição costumam focalizar apenas uma das propriedades inerentes a esse critério, que é justamente apontar uma relação de equivalência, baseada em critérios estritamente nocionais, existente entre as duas unidades apositivas, pois, se as gramáticas tradicionais e descritivas priorizam o estudo da aposição nos limites da oração, é natural que privilegiem tal concepção.

Todavia, em estudos recentes, como os de Nogueira (1999), Dias (2009), Costa (2009), Decat (1999) e outros, a correferência vem sendo estudada sob a ótica de outros aspectos que transcendem os limites da oração. Por vezes, a correferência pode existir em construções apositivas cujos elementos não são nocionalmente equivalentes, mas que se configura como um importante mecanismo de referenciação resultante de um processo cognitivo recategorizador do discurso. Isso implica afirmar sobre a equivalência que, embora se trate de um critério para uma representação prototípica da aposição, passa a ser revista sob outra perspectiva que permite abrigar uma grande diversidade de construções apositivas, acabando por desencadear uma instabilidade na constituição dos traços da categoria aposição.

As discussões em torno da correferência entre as unidades que compõem uma construção apositiva não restritiva atualmente estão sendo reconduzidas pelos estudos discursivo-funcionalistas, que passam a ampliar o critério da identidade referencial estrita considerando a pertinência do discurso para a análise e descrição dessa construção gramatical. Para os funcionalistas, a relação de correferência entre os termos apositivos assegura a identidade referencial, mas transcende os limites da simetria formal da construção e considera-a como um importante mecanismo a serviço de funções textual-discursivas.

A seguir, faremos uma breve discussão sobre as propriedades definidas por Nogueira (1999), que chama atenção para a natureza textual-discursiva do fenômeno da aposição.

3.2. Relações textual - semânticas da aposição não restritiva

As relações textual-semânticas adotadas por Nogueira (1999) estão relacionadas aos aspectos atinentes à textualidade da construção apositiva levando em consideração mecanismos de coesão, organização tópico-discursiva e fluxo de informação.

Com base nas contribuições dos gramáticos Quirk *et al* (1985) e de Meyer (1992), Nogueira adota a seguinte tipologia de relações semânticas na aposição não restritiva: equivalência (correferência e sinonímia), atribuição e inclusão. A relação de equivalência é apontada por esses autores como a mais apositiva, a de inclusão, menos apositiva, e a de atribuição situa-se em um nível intermediário.

Ainda com base nos estudos feitos sobre aposição e nas divergências teóricas apresentadas, Nogueira (1999), na tentativa de categorizar as multifunções textual-discursivas das aposições não restritivas, estabelece algumas correspondências com as relações textual-semânticas.

3.2.1 Equivalência

A relação de equivalência está intimamente associada com a estratégia de recategorização metalinguística ou metadiscursiva que o falante utiliza ao parafrasear a primeira unidade de uma aposição não restritiva. Para Nogueira, essa relação se manifesta em dois subtipos de relações: a correferência e a sinonímia. Como foi apresentado no capítulo que discute as divergências conceituais sobre a aposição, a correferência é apontada por alguns estudiosos como o critério necessário e suficiente para a existência de uma construção apositiva. Todavia, a autora admite que esse tipo de condição não é necessária para que uma construção seja considerada apositiva, mas constitui um atributo de uma representação prototípica desse tipo de construção (NOGUEIRA, 1999,p. 175).

A correferência, além de ser uma relação que evidencia uma construção cujos termos têm o mesmo poder designativo tal como em [12], e também serve para

sinalizar a tentativa do falante em recategorizar um referente do discurso segundo outras perspectivas ajustadas às suas intenções comunicativas, tal como em [13].⁴

[12]“Ainda não é chegada minha hora””, disse Jesus nas bodas de Caná a *Maria, sua mãe*.

[13]Tal processo se verifica no curso da obra *de todo grande artista, ou melhor, de todo artista autêntico, grande ou menor...*

Nesse sentido a relação textual-semântica de correferência é assegurada quando a segunda unidade apositiva é apresentada com a função de promover a identificação de um referente semanticamente indefinido (referenciações catafóricas) expresso na primeira unidade ou quando a unidade apositiva serve para reformular uma determinada expressão ou conteúdo já identificado na primeira unidade, utilizando paráfrase ou correções.

A sinonímia constitui um subtipo de relação de equivalência que se diferencia da correferência por ser um tipo de construção que não é voltada para a identidade referencial, mas para a significação lexical do termo anterior. De certa forma é possível verificar uma certa identidade, no entanto, ela não é referencial, mas voltada para o conteúdo informacional, metalinguístico e para escolhas lexicais empreendidas pelo falante. O exemplo a seguir ilustra a relação de sinonímia entre as unidades apositivas.

[14] Iasan tinha ferido Nicolau, pra ela eu devia fazer *uma obrigação, quer dizer, uma promessa*.

Em síntese, enquanto os dois elementos mantidos por uma relação de correferência estabelecem uma equivalência referencial, a sinonímia se distingue por existir uma relação de equivalência semântica (de significado) entre os seus elementos.

3.2.2 Atribuição

⁴ Este e os demais exemplos que ilustram os tipos de relações textual-semânticas e funções textual-discursivas propostas por Nogueira (1999) pertencem ao Banco de Dados de Língua Escrita Contemporânea, utilizado pela autora, e que está armazenado no Centro de Estudos Lexicográficos da Faculdade de Ciências e Letras, Campus da UNESP de Araraquara-SP.

Nesse tipo de relação, tem-se uma predicação em vez de equivalência. A relação de atribuição está a serviço de um posicionamento argumentativo-atitude do falante que opera uma espécie de designação ou avaliação subjetiva. Em uma representação prototípica da relação atributiva, tem-se que a segunda unidade é um sintagma nominal com artigo indefinido ou determinante zero (quando não é possível inserir um marcador discursivo). Vejamos os exemplos da autora:

[15] *Harold Nicolson, um diplomata inglês que se preocupou em explicar sua profissão ao público e aos estudantes de diplomacia*, descreveu minuciosamente as instituições quase-diplomáticas da Grécia clássica e da antiga Roma.

[16] *O Juiz de Paz, funcionário da confiança dos senhores locais*, que até então acumulava extensas atribuições, teve cerceada sua atuação.

As aposições atributivas se configuram em um tipo de relação não-referencial. Observamos que nesse tipo de construção, a unidade apositiva perde seu caráter referencial passando a exercer um papel de qualificador.

3.2.3 Inclusão

A relação de inclusão é apontada como a relação menos apositiva por Quirk et al (1985) por não satisfazer plenamente as condições de identidade referencial evidenciada pela possibilidade de uma unidade ser suprimida ou ocupar o lugar da outra. Na relação textual-semântica de inclusão, temos que, entre as duas unidades não há uma correspondência exata, mas o que se verifica é que a referência ou o significado da segunda está incluído na referência ou no significado da primeira unidade. Todavia, ainda que esse tipo de relação seja apontada como a menos apositiva numa escala de gradiência semântica, as unidades estabelecem um certo grau de equivalência, ou seja, a segunda unidade apositiva faz uma retomada do conteúdo por meio de uma correspondência parcial com a unidade base. As relações textual-semânticas de inclusão estão a serviço do exercício das seguintes funções textual-discursivas: exemplificação, particularização e generalização, respectivamente, ilustradas nos exemplos abaixo da autora.

[17] Dependendo das perguntas a serem colocadas para o material, pode-se utilizar classificações segundo diversos critérios, *como funcionalidade, decoração, composição física etc.*

[18] A ameaça não se concretizou por este lado, mas sim pelo aumento do uso de certos gases, como o freon e *outros, principalmente os utilizados em aerossóis*.

[19] Afinal, em termos de injunções empresariais - o pedido *de um banqueiro, de um político, enfim, de uma pessoa influente* -, a edição de um livro nem sempre atende aos interesses específicos de uma editora.

3.3 Funções textual-discursivas da aposição não restritiva

As aposições não-restritivas cumprem importantes funções que se realizam em diferentes planos: textual (referenciação e reformulação), cognitivo e argumentativo-attitudinal. Tais planos se combinam e confere a tais expressões um caráter multifuncional. (NOGUEIRA, 1999).

3.3.1 A Reformulação

Segundo Nogueira (1999), as construções apositivas não restritivas cumprem relevante papel na progressão referencial nas estratégias de reformulação textual. As estratégias de referenciação estão intimamente ligadas com a relação semântica de correferência entre os termos. Com a função de reformulação, uma expressão apositiva é utilizada para garantir que o ouvinte/leitor compreenda satisfatoriamente o que foi formulado na unidade anterior.

Conforme Hilgert (1996), a paráfrase é um enunciado linguístico que reformula um enunciado anterior com o qual estabelece uma relação de maior ou menor grau de equivalência semântica. Em construções apositivas parafrásicas, Nogueira (1999) reconhece, tal como nas paráfrases descritas por Hilgert (1996), a possibilidade de uma unidade ocupar a posição sintática da outra, estabelecendo assim uma relação paradigmática. Nesse sentido, a paráfrase representa uma tentativa do falante em reformular um conteúdo da primeira unidade, o que pode conduzir o leitor a uma nova leitura.

Há construções apositivas parafrásicas que operam em reformulações que apontam também para uma relação de equivalência parcial de referência. É o caso da relação de inclusão que, segundo Nogueira (1999), se realiza quando a referência (ou significado) do segundo termo está incluída na referência do primeiro. Em outras palavras, o (s) elemento (s) expresso (s) na segunda unidade apositiva pode funcionar

como uma reformulação que pode ter a função de exemplificação ou particularização, dentro de uma categoria mais genérica presente na primeira unidade.

Observa-se no exemplo [17] que, na função textual-discursiva de exemplificação, a primeira unidade é tipicamente mais genérica, e as unidades que a seguem têm a função de especificá-la, ao passo que, na particularização, exemplo [18], uma parte do conjunto de referentes designados pela primeira unidade é marcado como proeminente, recebendo, portanto, maior focalização dentro de uma categoria expressa na primeira unidade. São empregadas algumas expressões como *em particular*, *em especial*, *sobretudo*, *inclusive*, *principalmente*, etc.

A operação inversa ocorre quando o falante procura, por meio de uma reformulação parafrásica, realizar uma espécie de *generalização*. Como se vê no exemplo [19], a segunda unidade da aposição reúne em uma só expressão referencial todos os elementos referidos na primeira unidade.

Quanto aos procedimentos de *correção*, de um modo geral, a segunda unidade realiza um reajuste da primeira unidade, estabelecendo uma relação de contraste semântico entre as unidades apositivas.

[20] Sonhei que eu estava *numa rua*, não, *numa estrada*...

3.3.2 A Identificação

As aposições não restritivas são comumente utilizadas para promover a identificação do elemento inserido cataforicamente na primeira unidade. Em referências catafóricas, tem-se que o referente da unidade fundamental está disponível de maneira genérica na representação cognitiva do ouvinte/leitor, que passa a identificar a primeira unidade por meio de uma informação mais específica promovida pela construção apositiva. Esse tipo de estratégia serve, segundo Nogueira (1999), ‘para dar início a um ambiente de expectativa no leitor e direcionar a tensão para o conteúdo da unidade que se sucede’. Em construções nominais, o primeiro elemento é geralmente um sintagma indefinido usado para introduzir uma nova informação que vai ser especificada na segunda unidade. Essa indefinidade do primeiro elemento não está apenas associada à apresentação formal da primeira unidade, ela se relaciona com a capacidade cognitiva de recuperação do referente pelo ouvinte. Em construções

apositivas com função textual-discursiva de identificação, o falante pressupõe que a informação veiculada na unidade apositiva contribua para que o ouvinte identifique a informação introduzida na primeira unidade.

Em identificações, quando a expressão lexical da primeira unidade apresenta-se na forma de uma nominalização, a unidade apositiva opera como uma espécie de expansão lexical, o que favorece um novo desdobramento desse primeiro conteúdo segundo o contexto em que está inserido.

[21] E justo porque foi Deus mesmo quem ditou *este mandamento* a Moisés: "*Honra a teu pai e a tua mãe*".

Quando o conteúdo lexical da primeira unidade se apresenta de forma sintaticamente mais complexa, a aposição serve para resumir toda informação na primeira unidade, operando uma condensação lexical, e tal construção assemelha-se com o que Francis (2003) descreve como rotulação, tradicionalmente reconhecida pelas gramáticas como *aposto de oração*.

[22] Portanto, *a importância e o tamanho do país em nada influenciam a precedência dada a seus representantes diplomáticos: uma noção que não podemos esquecer*.

3.3.3 A Avaliação

Como já dissemos, a correferencialidade é apontada como propriedade inerente à aposição e critério decisivo para a identificação de uma construção apositiva. No entanto, há construções que cumpre uma outra função discursiva, para além das reformulações e identificações. Nesse caso, o elemento apositivo, não estabelece uma relação correferencial com a primeira unidade, mas serve para introduzir uma informação que tem a função de modificar o núcleo do referente designado na primeira unidade conferindo-lhe uma espécie de atribuição. Nesse tipo de construção, as unidades em aposição não satisfazem a condição de equivalência semântica, mas confere ao referente uma outra caracterização ou designação.

[23] (...) a música é uma ciência tanto quanto uma arte: quem poderá fundir estas duas entidades no mesmo cadinho, senão *a imaginação, esta "rainha das faculdades"*?

As posições, além cumprirem suas funções no plano textual e cognitivo, também apresentam uma função de avaliação que se manifesta no plano argumentativo-atitudinal. Conforme Nogueira (1999), o falante determina uma orientação argumentativa para o leitor quando insere uma expressão apositiva que revela suas opiniões, crenças e atitudes em relação ao que diz, em outras palavras, a retomada que o falante realiza pode estar associada com que White (2003) entende por posicionamento atitudinal, que se manifesta em um plano mais subjetivo, podendo manifestar-se de três modos: *apreciação, afeto e julgamento*.

Para White (2003), tais tópicos semânticos estão associados a atitudes do falante que estão especificadas abaixo:

A *apreciação* evidencia a atitude do falante em relação a pessoas, coisas, formas, aparência etc. A subjetividade, nesse caso, é mais apreendida do contexto de produção das expressões linguísticas do que de uma representação conceitual que o falante tem sobre um determinado referente.

O *afeto* está associado às atitudes emocionais que o falante evidencia na estrutura linguística. O afeto pode realizar-se por meio de nomes que caracterizam o referente como uma forma de estima, repulsa, elogio, etc. como, por exemplo, por meio dos adjetivos *querido, amado, leviano, odiado etc.*

O *julgamento* ocorre quando o falante emite uma avaliação sobre determinados comportamentos humanos tendo em vista normas socialmente convencionadas, ou seja, determinadas por valores sociais ou culturais. Segundo o autor, tais comportamentos podem ser vistos como legais ou ilegais, morais ou imorais, éticos ou antiéticos, normais ou anormais, etc.

A função textual-discursiva de avaliação nos interessa particularmente na pesquisa, pois, partimos do pressuposto de que a avaliação contribui ativamente para o desenvolvimento da argumentação dos textos e, se tal propriedade for verificada, tal função merece especial atenção pelos estudos descritivos e pelo ensino de língua materna.

O capítulo apresentado abordou sobre as propriedades discursivas da posição, destacando a correferência como um importante mecanismo de referenciação resultante de um processo cognitivo recategorizador do discurso. Em seguida, descreve e exemplifica detalhadamente as relações textual-semânticas e funções textual-discursivas descritas por Nogueira (1999) no estudo da posição não restritiva.

O capítulo seguinte versa sobre o suporte teórico que confere embasamento a esta pesquisa – o paradigma funcional; pois, sendo toda e qualquer expressão linguística como um instrumento a interação social não poderíamos adotar outro paradigma senão o funcional, dessa maneira, a opção por esse paradigma se justifica no pressuposto fundamental de que o é sistema funcional que encontra-se subjacente a toda e qualquer expressão linguística.

4 O SUPORTE TEÓRICO FUNCIONALISTA PARA ESTUDO DA APOSIÇÃO NÃO RESTRITIVA

Este capítulo apresenta breves considerações teóricas sobre os pressupostos funcionalistas e seus temas relevantes e sobre a teoria que confere embasamento para a pesquisa. A Gramática Discursivo Funcional, que constitui o nosso arcabouço teórico, será brevemente explanada neste capítulo, em seguida procuramos descrever e analisar o tratamento específico que a teoria confere ao fenômeno da aposição nominal não restritiva.

4.1 Pressupostos do Funcionalismo linguístico

Abordar o Funcionalismo em uma perspectiva monolítica se constitui uma atividade demasiado complexa, pois tal vertente sempre esteve relacionada com as diversas manifestações que emergiram desde os tempos de efervescência do pensamento formalista da língua até alcançarem maior espaço e autonomia científica depois da década de 1970. De antemão, o que se pode afirmar, é que não há um funcionalismo, mas diversas abordagens funcionalistas que convergem para dois pontos fundamentais: a oposição aos estudos formalistas e estruturalistas estritos e o entendimento de que a linguagem é um instrumento de interação social a serviço de suas funções comunicativas.

Desse modo, ao apresentar uma história tão longa quanto ao do paradigma formal, é natural crer que tais vertentes apresentem vários pontos de vista que tanto podem ser frutos de refutações quanto de reatualização de seus princípios, amadurecendo, dessa forma, a ciência linguística.

Em oposição ao Gerativismo, que elege a sintaxe como parâmetro de investigação para o estudo do sistema linguístico, a abordagem funcional considera a sintaxe como a codificação de dois domínios funcionais distintos: a semântica e a pragmática. A consideração de aspectos extralinguísticos em uma teoria de organização gramatical das línguas também conduziu a abordagem funcional à reformulação do conceito de competência que outrora fora considerada, pelos gerativistas, como a capacidade de produzir e interpretar sentenças. Para o Funcionalismo, a competência está associada não apenas com a codificação das expressões, mas também com a

capacidade de utilizá-las e interpretá-las em determinados contextos comunicativos, garantindo, assim, que a comunicação seja concebida satisfatoriamente.⁵

Foi na Escola Linguística de Praga, especificamente na área dos estudos fonológicos, que a abordagem funcionalista foi alcançando autonomia metodológica ao inaugurar o uso do termo *função/funcional* em seus estudos.

Como supracitado, dentro do funcionalismo, há várias vertentes que se distinguem uma das outras com base no grau de dependência entre o sistema linguístico e sua instrumentalidade. Segundo Nichols (1984), há funcionalismos conservadores, como a Escola Linguística de Praga, que propôs em suas *Thèses* (1929) a definição de língua como um sistema funcional que permite que o homem faça referência a sua realidade externa, ou seja, é a organização interna do sistema que faz referência às funções que a língua pode desempenhar. Há posturas moderadas, como o funcionalismo de Michael Halliday e Simon Dik, que admitem a interação entre forma e função, sendo estas, inerentes ao sistema linguístico e motivações para a estruturação das expressões linguísticas. Há também o funcionalismo mais radical, que nega a existência de um sistema. Para tais vertentes, a língua pode ser descrita apenas com base em princípios comunicativos. Os mais representativos dessa vertente são Du Bois (1985), que trata da estrutura argumental preferida de uma dada língua, e Hopper & Tompson (1980), que tratam a transitividade como categoria que deriva do discurso. Adotaremos uma perspectiva moderada de Funcionalismo, que, para além da crítica ao Formalismo, também propõe modelos teóricos de representação do sistema linguístico.

Em meados de 1930 surgiram, no ambiente de efervescência dos estudos formalistas da língua, as primeiras abordagens estruturalistas funcionais, como a do Círculo Linguístico de Praga, que inaugura impactante postura ao assumir a definição de língua como um “sistema de meios apropriados para um fim”.

De certo, poderíamos afirmar que a ELP é considerada como um tipo de estruturalismo funcional por dois motivos: o primeiro é histórico, pois é uma vertente que avançou, ainda que timidamente, dentro de um movimento particular do estruturalismo – o gerativismo. Todavia seria um equívoco acreditar que o desprendimento de uma abordagem para outra fosse dado de maneira abrupta, pois, ainda nos dias atuais, se observam influências da abordagem formalista em estudos

⁵ Lembramos que existe a distinção entre competência linguística (visão gerativista) e Competência Comunicativa, introduzida por Hymes (1974).

funcionalistas. O segundo motivo é metodológico, os estudos funcionalistas pragueuses tratavam do aspecto funcional a partir de frases sintaticamente codificadas na língua. A sintaxe (pelo menos nos primeiros estudos funcionalistas) ainda não deixou de ser privilegiada, mas lhe foi concedida uma outra configuração, a sua função comunicativa.

No entanto, não podemos deixar de apresentar as notáveis contribuições dessa escola para a ciência linguística. A primeira diz respeito à introdução do termo *função/funcional* nos primeiros estudos em Fonologia, área que contribuiu para que a ELP obtivesse maior projeção. Os pesquisadores russos Nikolaj Trubetzkoy e Roman Jakobson se destacaram ao desenvolver os conceitos de função distintiva e demarcadora dos fonemas. Outra relevante contribuição para a teoria funcionalista foi a atuação dos estudos voltados para o aspecto comunicativo da sentença. Para os funcionalistas europeus, a frase é considerada como a menor unidade que veicula informações compartilhadas entre falantes e ouvintes, que podem ser novas dentro de um contexto comunicativo - REMA, ou dada - TEMA. Segundo essa perspectiva, denominada de *perspectiva funcional da sentença* (PFS), toda comunicação tem um ponto de partida que se constitui, necessariamente, de uma informação que é partilhada entre o falante e o ouvinte, e o objetivo do discurso, que constitui a nova informação que o falante passa a tornar reconhecível para o ouvinte dentro do contexto a partir de seus conhecimentos pragmáticos. Tal perspectiva serve para sinalizar como os constituintes que refletem essa organização informacional -TEMA/REMA podem revelar as possíveis motivações contextuais que levaram à codificação da frase. A perspectiva funcional da sentença é um tema de grande relevância, pois nela se encontra o cerne dos aspectos teóricos desenvolvidos posteriormente por outros estudiosos funcionalistas.

Na Europa, a influência da Escola Linguística de Praga inspira pesquisadores como Halliday (1974), que não deixa de revelar seu interesse pela PFS. Para o pesquisador, a perspectiva funcional da sentença se configura como um esboço em potencial para o estudo da gramática de sentenças. O funcionalista desenvolve a ideia de que a língua se configura como um potencial de significado e se organiza em torno de redes relativamente independentes de escolhas e que tais redes codificam diferentes tipos de significado, ligando-se, pois, às diferentes funções da linguagem. A linguagem, então, desempenha em sua essência três funções fundamentais que foram abstraídas a partir dos usos concretos que os falantes realizam em sua atividade comunicativa.

- a) Função Ideacional (ou experiencial). A linguagem serve para manifestar conteúdos que estejam ligados à nossa experiência com o mundo externo e interno.
- b) Função Interpessoal. A linguagem serve para agir sobre os outros, estabelecendo papéis sociais, incluindo os comunicativos, como falante e ouvinte. Permite que o falante participe da situação comunicativa para aprovar, desaprovar, expressar crença, opinião, dúvida, etc.
- c) Função textual. A linguagem confere aos indivíduos capacidade de criar textos mediante as outras duas funções, já que o ato comunicativo necessita da elaboração do discurso. Nessa função a linguagem estabelece vínculos com ela mesma e está ligada às características da situação em que é usada.

Diferentemente dos estudos tradicionais, em que a gramática procurava estabelecer regras sintáticas dissociadas de suas considerações sobre o significado, a perspectiva de Halliday se sobrepõe aos estudos formais com inúmeras vantagens. A primeira porque sua base seria a semântica e não a sintaxe, o que possibilita considerar e identificar os papéis das variações linguísticas dos textos, nos termos de sua função na construção do significado, a partir de sua base funcional. A segunda porque não restringe os estudos à linguagem escrita, mas inclui a linguagem falada, também com o intuito de contrastá-las.

A terceira vantagem de tal perspectiva seria que ela permite um profícuo movimento de exploração do texto, estudando como a configuração linguística é construída num gênero em particular, modelado em relação ao contexto de situação no qual se insere.

Retomando então a ideia de que não é apenas a forma linguística que se configura como objeto de estudo, mas o modo como os usuários a utilizam em uma situação de comunicação efetiva, Simon Dik (1989) elabora uma teoria acerca dessa capacidade comunicativa dos usuários, pretendendo descrever e explicar como as línguas naturais se organizam de modo a oferecer um tratamento tipológico, pragmático e psicologicamente adequado: a Gramática Funcional. Para o linguista, uma teoria geral de gramática tem de integrar-se a uma teoria ampla de interação verbal. Para tanto, uma das principais razões para o desenvolvimento de uma Gramática Funcional é o uso comunicativo que os usuários fazem da língua em diversas situações sociais nas quais envolvem não apenas suas capacidades linguísticas, mas diversas capacidades que

interagem intimamente, produzindo um *output*, o que é essencial à eficácia da comunicação. Vejamos:

- a) Capacidade epistêmica: Relaciona-se com os conhecimentos enciclopédicos do usuário, diz respeito à construção, manutenção e exploração de uma base de conhecimentos adquiridos no decorrer da vida do falante.
- b) Capacidade lógica: Possibilita ao usuário derivar conhecimentos adicionais por meio de regras de raciocínio.
- c) Capacidade perceptual: Permite ao usuário perceber o seu ambiente e dele derivar informações para a produção e interpretação de expressões linguísticas.
- d) Capacidade social: Permite ao usuário saber como dizer algo em uma situação comunicativa particular.

Como já mencionamos, para Dik uma Gramática Funcional deve se propor em descrever e explicar como as línguas naturais se organizam de modo a oferecer um tratamento tipológico, pragmático e psicologicamente adequado, todavia o próprio linguista reconhecia que o modelo de interação verbal necessitava de expansão teórica, uma vez que não é a oração que deve ser tomada como base de análise, mas o ato discursivo. Tais estudos é o que, atualmente, Kees Hengeveld e J. Lachlan Mackenzie e outros vêm ampliando a Gramática Funcional de Simon Dik no abrigo do modelo teórico que eles denominam de Gramática Discursivo-Funcional.

4.2 A Gramática Discursivo – Funcional

Gramática Discursivo-Funcional oferece um novo tratamento a partir de alguns desdobramentos teóricos da Gramática Funcional que o próprio Dik assume necessitar de alguns ajustes. Tais ajustes podem oferecer um direcionamento mais adequado a um tratamento tipológico que reflita a organização das línguas naturais. Para Hengeveld e Mackenzie (2008), há uma diferença fundamental da GDF em relação à GF: a GDF reflete um modelo de produção do discurso descendente (*top-down*), ou seja, parte da prerrogativa de que a produção de toda e qualquer expressão linguística pode ser descrita em termos das decisões comunicativas que o falante toma dentro do discurso, enquanto a GF, por não se apresentar como um modelo de produção do

discurso, prevê que as estruturas subjacentes da oração são construídas a partir das unidades menores até chegar às unidades maiores.

Enquanto o modelo funcional proposto por Simon Dik privilegia os fenômenos linguísticos ligados à oração para, em seguida, abstrair sua estrutura subjacente, a GDF busca analisar o impacto sistemático do discurso nas configurações sintáticas da gramática de uma língua e, para tanto, toma como unidade básica de análise o Ato Discursivo, pois para os autores, existem tanto elementos menores que a oração (ex. as holófrases e interjeições) como elementos que ultrapassam os limites das sentenças (ex. os marcadores discursivos e cadeias anafóricas).

A GDF propõe a análise das expressões morfossintática e fonologicamente codificadas na língua vislumbrando o discurso em que são produzidas. Portanto, qualquer descrição linguística amparada nessa perspectiva teórica deve considerar, sobretudo, que as estruturas morfossintáticas e fonológicas de uma língua são reflexos de distinções pragmáticas e semânticas.

Desenvolvida por Hengeveld e Mackenzie (2008), este novo modelo gramatical, que considera o discurso como orientação para a análise das expressões linguísticas, oferece um tratamento estruturado da interação verbal dentro do qual as formas linguísticas são descritas e explicadas por meio de um processo descendente (*top-down*) de produção do discurso, ou seja, parte da intenção do falante para a expressão das formas linguísticas. Essa direção é motivada pela suposição de que o componente gramatical é mais efetivo quando sua organização se assemelha ao processamento linguístico feito pelo indivíduo, ou seja, quando a produção linguística com as intenções comunicativas (componente conceitual) procede em direção descendente até a articulação (componente de saída). (HENGEVELD; MACKENZIE, 2009 p.123).

4.2.1 Componentes da Gramática Discursivo-Funcional

O Componente Conceitual é a força motriz que dirige o Componente Gramatical. Nele se situam a intenção comunicativa relevante para a expressão linguística e também as representações mentais associadas a eventos extralinguísticos. Por meio da operação de formulação é que essas representações conceituais são

transformadas em representações pragmáticas, no nível Interpessoal, e semânticas, no nível Representacional.

O Componente Gramatical é apresentado como o centro da arquitetura que se liga ao Componente Conceitual, ao Componente Contextual e ao Componente de Saída (output). Por meio das operações de formulação e codificação é que o componente gramatical interage com os demais componentes não gramaticais. Ele apresenta, por meio das operações de formulação e codificação, a descrição de como ocorre todo o processo de produção descendente da linguagem, que se realiza a partir da tradução das conceptualizações até a conversão dessas representações em estruturas morfossintáticas e fonológicas, resultando na expressão linguística.

O Componente Contextual é o domínio da descrição do conteúdo e das formas do discurso em contexto real em que ocorrem os eventos de fala e as relações sociais entre os participantes. Nele se encontram informações que podem influenciar, de alguma forma, a formulação dos atos discursivos. Tal componente concerne ao contexto comunicativo em que se desenvolve a intenção comunicativa do falante, ou seja, os aspectos socioculturais da interação verbal.

No Componente de Saída, a informação gramatical passa a ser materializada por meio da operação de articulação que converte as representações pragmáticas, semânticas, morfossintáticas e fonológicas, já traduzidas pelas operações de formulação e codificação, na forma de expressões acústicas ou ortográficas demandadas pela informação fornecida pelo componente gramatical.

A arquitetura da GDF pode ser representada na figura abaixo, na qual o Componente Gramatical é apresentado no centro, o Componente Conceitual ao topo, o Componente de Saída abaixo, e o Componente Contextual à direita.

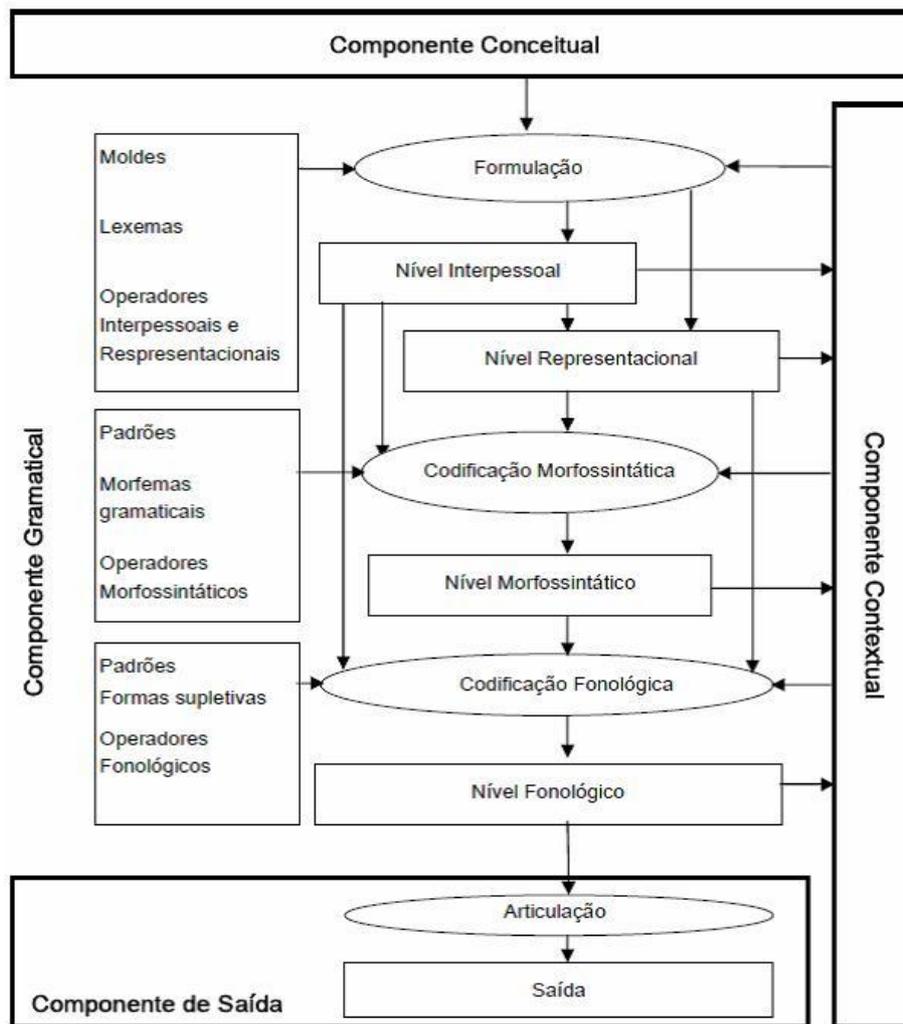


Figura 01: Arquitetura da GDF (cf. HENGEVELD, K. e MACKENZIE, J. L. 2008, p. 13)

Essa organização descendente explanada acima é motivada pelo postulado de que um modelo gramatical será mais eficaz quanto mais sua organização se assemelhar ao processamento cognitivo do indivíduo (HENGEVELD; MACKENZIE, 2012). Em outras palavras, para os autores, as intenções comunicativas do falante presentes no Componente Conceitual são aspectos que motivam a produção linguística. Entretanto as intenções do falante, por estarem associadas a representações conceituais (semânticas e pragmáticas), não se configuram como um aspecto que possa ser totalmente apreendido em uma dada estrutura linguística, a única forma de torná-las evidentes no evento comunicativo é por meio de operações que traduzem essas representações em expressões linguisticamente relevantes, licenciadas pela gramática da língua considerada – a formulação e a codificação. Segundo os pesquisadores, a operação de formulação diz respeito às regras que determinam as representações

pragmáticas e semânticas subjacentes, válidas em uma língua. Nessa operação estão envolvidos os níveis Interpessoal e Representacional. A codificação, que recebe o input da operação de formulação, diz respeito às regras que convertem as representações semânticas e pragmáticas em representações morfossintáticas e fonológicas. Ela envolve os níveis Morfossintático e Fonológico.

4.2.2 Níveis do Componente Gramatical

4.2.2.1 Nível Interpessoal

O nível interpessoal lida com os domínios das estratégias empregadas pelos falantes para alcançar os objetivos comunicativos. Esse nível busca evidenciar como os aspectos formais são influenciados na produção dos sentidos desejados pelo locutor. As estratégias empregadas pelo falante envolvem os princípios gerais da Retórica e da Pragmática. De acordo com a arquitetura geral da GDF, as unidades discursivas são hierarquicamente organizadas. Elas podem ser representadas como na figura abaixo.

(II M ₁ : [Move
(II A ₁ : [Ato
(II F ₁ : ILL (F ₁): S (F ₁)) _F	Ilocução básica
(II P ₁ : ... (P ₁): S (P ₁)) _F	Falante
(II P ₂ : ... (P ₂): S (P ₂)) _F	Ouvinte
(II C ₁ : [Conteúdo Comunicado
(II T ₁ [...] (T ₁): S (T ₁)) _F	Subato de Atribuição
(II R ₁ [...] (R ₁): S (R ₁)) _F	Subato de Referência
] (C ₁): S (C ₁)) _F	Conteúdo Comunicado
] (A ₁): S (A ₁)) _F	Ato
] (M ₁): S (M ₁)) _F	Move

Figura 2. Unidades Discursivas do nível Interpessoal (Hengeveld & Mackenzie, 2008, p. 49)

De acordo com Hengeveld e Mackenzie (2008), o Move (M) é maior unidade de interação relevante no processo de interação, e que evidencia a expressão de intenções comunicativas do falante, que podem ser: alerta, convite, ameaça, advertência,

recomendação etc. Um Move (M) é a maior unidade de interação relevante para a análise gramatical e é constituído de um ou mais atos discursivos.

Cada Ato Discursivo (A) se organiza num esquema ilocucionário (ILL), que contém ao menos um dos seguintes Participantes: Falante (P1) e Ouvinte (P2), e o Conteúdo Comunicado (C). O Conteúdo Comunicado contém um número variável de subatos atributivos (A) e referenciais (R), aos quais as funções pragmáticas são atribuídas.

O Ato Discursivo (A), por sua vez, é a menor unidade da atividade comunicativa. Enquanto, para a Gramática tradicional, a unidade básica de análise é a oração, para a Gramática Discursivo-Funcional, é o Ato Discursivo. Estabelecer o ato discursivo como unidade básica de análise permite uma abordagem dos fenômenos linguísticos sob um prisma discursivo-funcional, porque tanto considera elementos menores que orações, como elementos maiores do que elas ou extra-oracionais.

A Ilocução (ILL) ou ato ilocucionário coaduna com as definições propostas por Austin e Searle (1972 apud KERBRAT-ORECCHIONI, 2001) sobre os efeitos pragmáticos que o falante deseja produzir por meio do Ato Discursivo. As ilocuções estão a serviço de intenções comunicativas moldadas em situações convencionalizadas em que o falante intenciona provocar algum efeito tanto no ouvinte como na própria situação interlocutiva, que podem ser: chamar atenção, afirmar, ordenar, questionar, avisar, solicitar, etc.

Os participantes (P1) e (P2) do Nível Interpessoal representam o Falante e Ouvinte. Carregam a função de agente (falante) e receptor (ouvinte). Eles podem vir marcados no ato discursivo, como também existem situações que eles podem vir implícitos.

O Conteúdo Comunicado (C1) contém a totalidade do que o falante deseja evocar em sua comunicação com o ouvinte. Corresponde ao que Searle (1969) denomina de “ato representacional” em que se avalia o conteúdo proposicional de um ato de fala enunciado em certas circunstâncias. Em outras palavras, o conteúdo comunicado corresponde, na hierarquia dos componentes desse nível, um tipo de proposição que marca o ato ilocucionário declarativo, este que caracteriza a intenção de considerar o ato de fala como uma afirmação verdadeira.

Cada conteúdo comunicado contém um ou mais subatos, assim chamados, porque se subordinam ao ato discursivo, a saber: o subato de atribuição (T) e o subato

de referência (R). O primeiro representa uma tentativa do falante de evocar uma propriedade.

Nele temos modificadores de função atitudinal (*p.ex. bem, honestamente*), enfática (*p.ex. realmente, certamente*) e reportativo (*p.ex. conforme, segundo*) e operadores aproximativos (*p.ex. tipo*) e enfática (*p.ex. completamente*). Já o segundo representa uma tentativa do falante de evocar um referente. Nessa categoria temos modificadores de função atitudinal (*pobre, bonito, etc*) e operadores de identificabilidade (*p.ex. O homem x Um homem*) e ênfase (*p.ex. vi com meus próprios olhos*).

As unidades de organização discursivas tratadas pela GDF no quadro acima servem para dar conta dos objetivos comunicativos do falante e das propriedades formais dos enunciados que influenciam o destinatário a captar tais propósitos comunicativos de seu interlocutor (Função retórica) e, também, dar conta da forma como os interlocutores moldam sua mensagem a fim de atender às expectativas relacionadas ao destinatário (Função Pragmática).

Hengeveld e Mackenzie (2012, p. 53) reconhecem três funções pragmáticas que têm impacto sobre a forma linguística: *Foco, Tópico e Contraste*. A primeira sinaliza a seleção estratégica de novas informações que o falante faz, seja para preencher uma lacuna na informação do ouvinte, seja para corrigir essa informação. A segunda serve para sinalizar como o conteúdo comunicado se relaciona com o registro gradualmente construído no componente contextual. A terceira função, a de Contraste, sinaliza o desejo do falante em evidenciar as diferenças entre dois ou mais conteúdos comunicados ou entre um Conteúdo Comunicado e uma informação disponível no contexto. As funções pragmáticas aqui apresentadas já sinalizam um processo textual que é típico do processamento linguístico do indivíduo: o ato de referenciar. As estruturas linguísticas refletem, nesse nível, as estratégias de referenciação segundo suas propriedades de definitude/indefinitude e especificidade/genericidade. (NOGUEIRA, 1999, p. 88).

O nível interpessoal se relaciona com a função interpessoal da língua (HALLIDAY, 2004). As construções apositivas, nesse caso, são instanciações de significados interpessoais, pois estão a serviço das relações sociais e pessoais, incluindo todas as formas de intervenção do falante na situação discursiva. Permite que o falante exponha suas crenças, opiniões e julgamentos sobre determinados objetos discursivos.

Esse conceito também se aplica no Nível Interpessoal da GDF que considera que todo e qualquer enunciado produzido em contextos reais de comunicação são atos discursivos – unidade básica de análise desse nível.

4.2.2.2 Nível Representacional

O nível Representacional abrange o modo como as línguas se relacionam com o mundo extralinguístico descrito e os significados das unidades lexicais e de unidades complexas isoladas do modo como são usadas na comunicação. O nível representacional procura mostrar como os aspectos formais de uma unidade linguística evidenciam o modo como o falante categoriza o mundo e, por essa razão, refere-se à designação. Constitui manifestação dos conteúdos que estejam ligados à experiência que o falante tem no mundo extralinguístico, seja real ou subjetivo. (HALLIDAY, 2004).

A distinção das unidades do nível representacional é feita em termos de categorias semânticas consideradas, segundo os autores, como manifestações de categorias ontológicas linguisticamente relevantes, organizadas em entidades de diferentes ordens hierarquicamente representadas no quadro a seguir:

$(\prod p_1:$	Conteúdo proposicional
$(\prod ep_1:$	Episódio
$(\prod e_1:$	Estado de coisas
$[(\prod f_1: [$	Propriedade
$(\prod f_1: \blacklozenge (f_1): [\sigma (f_1)\Phi])$	Propriedade lexical
$(\prod x_1: \blacklozenge (x_1): [\sigma (x_1)\Phi])\Phi$	Indivíduo
...	
$] (f_1): [\sigma (f_1)\Phi]$	Propriedade
$(e_1)\Phi]: [\sigma (e_1)\Phi]$	Estado de coisas
$(ep_1): [[\sigma (ep_1)\Phi]$	Episódio
$(p_1): [\sigma (p_1)\Phi]$	Conteúdo proposicional

Figura 3. Categorias Semânticas do Nível Representacional
(adaptada de Hengeveld & Mackenzie, 2008, p. 140).

O conteúdo proposicional (p), camada mais alta do nível representacional, são construções mentais que apresentam conhecimentos, crenças e

desejos. Não podem ser localizadas no espaço nem no tempo, mas podem ser avaliadas em termos de verdade. O conteúdo proposicional contém um ou mais episódios (ep1), que, por sua vez, contém um ou mais estado-de-coisas, organizados em propriedade, indivíduo, lugar, tempo, modo, quantidade e razão.

O Estado-de-coisas (e) é a entidade de segunda ordem que inclui eventos e estados que podem ser localizados no tempo e avaliados em termos de seu estatuto de realidade.

O indivíduo (x) é a entidade de primeira ordem que pode ser localizado no espaço e no tempo e avaliado em termos de sua existência.

A propriedade (f) é uma entidade que não pode ser localizada no espaço e no tempo, sua aplicabilidade pode ser avaliada apenas com relação a outros tipos de entidades ou à situação a qual descreve.

Hengeveld e Mackenzie (2009) também consideram três funções semânticas que têm impacto sobre a estrutura morfossintática: Ator, Paciente e Recipiente. Os dois primeiros se referem, respectivamente, a argumentos de um Estado-de-coisas dinâmico, enquanto que o ator tem participação mais ativa na expressão verbal, o paciente desempenha uma participação passiva. A função recipiente representa o alvo da ação desempenhada pelo ator ou pelo paciente, esta função, segundo alguns autores, pode ser considerada como beneficiário.

4.2.2.3 Nível Morfossintático

O nível Morfossintático constitui a codificação linguística do Ato Discursivo em seus aspectos estruturais. É por meio dele que as representações interpessoais e representacionais são codificadas em estruturas linguísticas, estas, analisadas em termos de sua composição sintática e morfológica. Assim como o nível fonológico, esse nível recebe as informações não lexicais dos níveis Interpessoal e Representacional e as transforma em expressões linguísticas relevantes na interação verbal. Hengeveld e Mackenzie entendem que toda e qualquer estrutura linguística reflete as representações semânticas e pragmáticas subjacentes, por isso, ao eleger a Expressão Linguística como a camada mais alta de composição morfossintática, busca descrever unidades do discurso que podem ser tanto maiores (orações, parágrafos,

porções de texto etc) quanto menores (sintagmas nominais, holofrases, vocativos, interjeições etc) que a oração.

Em uma ordenação hierárquica estão previstas as seguintes camadas para o Nível Morfossintático.

$$(le_1: [(cl_1: [(xp_1: [(xw_1)^n (xp_2)^n] (xp_1))^n] (cl_1))^n] (le_1))$$

Figura 4. Constituintes do Nível Morfossintático.
(Hengeveld & Mackenzie, 2008, p. 49)

O esquema inicia-se com a expressão linguística (Le), que, segundo os pesquisadores, consiste em qualquer conjunto de pelo menos uma unidade morfossintática onde podem agrupar-se: orações, sintagmas ou palavras. Ao introduzir as expressões linguísticas como a mais alta categoria na sua morfossintaxe, a GDF cria a possibilidade de lidar diretamente com expressões não sentenciais, inclusive as holofrases.

A Cláusula (cl) é considerada uma categoria universal da estrutura morfossintática. Segundo os autores, essa camada consiste em um agrupamento de um ou mais sintagmas que obedecem a um padrão de ordenação. A cláusula (ou oração) representa a categoria universal da estrutura morfossintática porque ela pode operar como um domínio para vários outros processos morfossintáticos específicos de cada língua.

O Sintagma (Xp) consiste em uma sequência de palavras que tem como núcleo um item lexical transmitido em termos de configurações dos níveis interpessoal e representacional. Não há uma correspondência biunívoca entre as classes de lexemas reconhecidas numa língua e os tipos de sintagmas e as classes de palavras reconhecidas dentro de uma mesma língua. Os autores distinguem o sintagma nominal (Np), o sintagma adjetival (Adjp), a sintagma adverbial (Advp) e o sintagma aposicional (Adp).

A Palavra (Xw) tem sua estrutura interna constituída por uma série de morfemas (Xm), incluindo raízes (Xs) e afixos (Aff). Essa estrutura é altamente complexa, uma vez que não se determina uma quantidade exata de itens que constituem uma camada.

4.2.2.4 Nível Fonológico

O nível Fonológico contém a representação segmental e suprasegmental de um enunciado. Este nível recebe o input dos demais níveis e fornece o input para o componente de saída. A figura abaixo representa um esquema geral de como os padrões prosódicos de uma língua estão representados neste nível:

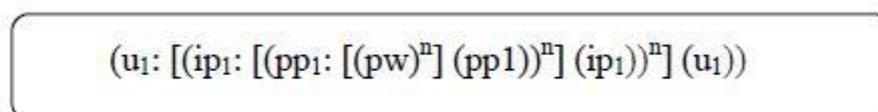


Figura 5. Camadas do nível Fonológico.
(Hengeveld & Mackenzie, 2008, p. 49)

O enunciado (u_1) é o maior trecho do discurso dentro do qual o falante utiliza várias pausas para separar a frase entonacional (ip_1), a frase fonológica (pp_1) e a palavra fonológica (ppw). A GDF toma como referência os padrões prosódicos, por meio dos quais se podem revelar distinções funcionais relevantes em termos de função interpessoal ou representacional. A expressão apositiva não restritiva é separada do seu termo fundamental por meio de uma pausa intonacional que pode revelar por meio da intenção discursiva do falante, várias funções retóricas.

Todavia, no que concerne aos objetivos desta pesquisa, as categorias desse nível não serão explanadas, pois as ocorrências foram coletadas em amostras de textos escritos.

4.3 A aposição nominal não restritiva na Gramática Discursivo-Funcional

Em uma abordagem discursivo – funcional, Keizer (2005) afirma que a principal característica da aposição não restritiva é a sua autonomia comunicativa, ou seja, para a autora, uma construção apositiva pode ser constituída de dois ou mais atos discursivos que podem ser tanto atos de referência como atos de atribuição.

Assim, essa independência discursiva garante que ambas as unidades apositivas exerçam sua contribuição plena e completa para o discurso. Isto significa

dizer que a omissão do termo fundamental⁶ ou da expressão apositiva pode acarretar prejuízos a interpretação da construção resultante dentro de um contexto de ilocução. Assumindo a relevância das duas unidades como indispensáveis, a autora classifica as construções apositivas não restritivas como um tipo particular de holofrase.⁷ Nesse caso, a função da aposição é definida em termos de sua contribuição para a compreensão de todo ato discursivo e das intenções do falante.

Reiterando o que foi dito acima, há casos em que, embora a omissão de uma das unidades apositivas não afete a gramaticalidade da sentença, ao considerar critérios semânticos e pragmáticos, a sentença nem sempre é aceitável, como podemos ver nos exemplos abaixo citados pela autora:⁸

[24] *John, already owner of three supermarkets, is going to buy another one.* (John, já proprietário de três supermercados, vai comprar outro.)

[25] *Jones, a secret agent, and Smith, a former army general, met in St James Park. "How are you?" asked the secret agent. "I'm fine," answered the former general.*⁹
(Jones, um agente secreto, e Smith, um ex-general do exército, reuniram-se em St James Park. "Como você está?", perguntou o agente secreto. "Eu estou bem", respondeu o ex-general.)

Estes exemplos poderiam ilustrar outras ocorrências em que a omissão de um dos termos apositivos torna a sentença semanticamente inaceitável pelo simples fato de ser inviável ao leitor a retomada anafórica de alguns elementos. No primeiro exemplo, a informação focal inserida na segunda unidade apositiva (*already owner of three supermarkets*) mostra-se indispensável para a compreensão de toda a sentença e, no segundo, a autora sinaliza para a importância da caracterização dos referentes (*Jones e Smith*), o que permite o sucesso do subato referencial.

Diante dessa descoberta e a partir da discussão em torno dos critérios sintáticos e semânticos propostos por Quirk et al (1985) e Meyer (1992), para a definição do estatuto conceitual de uma dada construção apositiva, Keizer (2005)

⁶ Nome que as GTs dão à primeira unidade a que se refere um aposto.

⁷ *Holofrases* são elocuições que, na perspectiva de uma gramática voltada para a sentença, parecem incompletas, mas, numa perspectiva de uma gramática orientada para o discurso, são vistas como unidades completas, pois, no discurso informal, os falantes frequentemente se restringem apenas a porções de informação nova e focal. (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 4).

⁸ Exemplos retirados de HANNAY/KEIZER (p. 163)

apresenta outras propriedades que construções apositivas não restritivas apresentam com base nas funções que exercem no discurso. São elas:¹⁰

1. Os elementos apositivos podem ser tanto referenciais como não referenciais (propriedade designada/atribuição de propriedade); quando o elemento apositivo é referencial, a referência será idêntica à referência do termo fundamental.

2. A omissão tanto do termo fundamental como da aposição sempre afeta a expressão resultante. Em alguns casos, a expressão resultante será sintática ou semanticamente inaceitável; a omissão de qualquer elemento, entretanto, sempre acarretará um efeito na interpretação e/ou coerência de uma construção resultante dentro de um discurso particular.

3. As aposições serão analisadas como unidades independentes no discurso; isto é, não como parte da oração matriz, embora, obviamente, se liguem a algum elemento dessa oração. Em outras palavras, elementos apositivos serão vistos como holofrases, sendo não sentenciais na forma, mas promovendo uma contribuição plena e completa para o discurso.

É importante asseverar que, para Keizer, existem aposições não restritivas que podem ser ou não referenciais. Se a construção apositiva é referencial, então há dois subatos referenciais, mas, se é não referencial, temos que o segundo elemento apositivo denota uma propriedade do referente do elemento anfitrião na forma de uma *atribuição ou designação*. Partindo das categorias propostas por Quirk *et al*, a autora apresenta o seguinte tipo de agrupamento com suas respectivas subcategorias para as construções de cópula chamando atenção para as funções discursivas exercidas pelas aposições.

- a. Identificação de Referência (Identification)
- b. Justificação (Justification)
- c. Rotulação (Labelling)

1. Appositional elements can be either referential or non-referential (property-assigning); when the appositive element is referential its referent will be identical to that of the host.

2 Omission of either host or apposition will always affect the resulting expression. In some cases, the resulting expression will be syntactically or semantically unacceptable; omission of either element will, however, always have an effect on the interpretation and/or coherence of resulting construction within the particular discourse.

3. Appositional will be analysed as independent discourse units; i.e. not as part of the matrix clause. In other words, appositional elements will be seen as holophrases, being non-sentential in form, but making a full and complete contribution to the discourse.

A identificação reúne as categorias baseadas nas relações semânticas de equivalência e inclusão citadas por Quirk et al (1985). Nessa função, o falante permite que o ouvinte identifique o referente do termo fundamental. Para isso, o falante pressupõe que o referente designado no termo fundamental constitua a informação já conhecida pelo ouvinte. A identificação abrange outras três subfunções: especificação, descrição e reformulação.

Na especificação, a unidade apositiva tem a forma de um nome próprio enquanto que o termo fundamental pode apresentar uma descrição definida ou indefinida. Segue abaixo o seguinte exemplo:

[26] Extra money for health and education has already been announced, and the Treasury indicated that the winners from the toughest announcement since Labour came to power would be Geoff Hoon at defence, David Blunkett at the Home Office and the deputy prime minister, *John Prescott*. (Shoulder to shoulder on spending pledge, *The Guardian*, 12 July 2004)

(Dinheiro extra para a saúde e educação já foi anunciado, e o Tesouro indicou que os vencedores do anúncio mais difícil desde que os Trabalhadores chegaram ao poder seriam Geoff Hoon na defesa, David Blunkett no Ministério do Interior e o *vice-primeiro ministro*, *John Prescott*. (Ombro a ombro na promessa de gastos, *The Guardian*, 12 de Julho de 2004)

Essa estratégia serve para situar um referente que já é conhecido pelo ouvinte dentro de um discursivo corrente. Segundo a autora, essa função especificativa pode ser localizada por meio da seguinte pergunta: “Quem/ De quem você está falando?”. A função especificativa envolve, portanto, a relação entre dois subatos referenciais.

Na descrição, todavia, ocorre o inverso da especificação. O termo fundamental normalmente toma forma de um nome próprio, enquanto a aposição é tipicamente uma descrição definida ou indefinida. A função específica é oferecer uma descrição referente a algo ou alguém que o ouvinte assume saber. A aposição nesse tipo de construção pode ser parafraseada com a seguinte pergunta: “Quem/O que é X? ”, ou “Quem/O que tem a propriedade X?”. Vejamos alguns exemplos fornecidos por Keizer para essas funções:

[27] Fathers for Justice, *the pressure group which campaigns for the rights of divorced fathers to have access to their children*, staged the latest of an increasingly belligerent series of protests yesterday when it brought chaos to a Sunday morning communion service at York Minster. (York Minster invaded by angry fathers, *The Guardian*, 12 July 2004)

(Pais pela Justiça, o grupo de pressão que faz campanha pelos direitos dos pais divorciados para terem acesso a seus filhos, encenou o mais recente de uma série cada vez mais beligerante de protestos ontem, quando trouxe o caos a um serviço de comunhão na manhã de domingo em York Minster. (York Minster invadida por pais irados, The Guardian, 12 de julho de 2004)

De antemão, a compreensão que extraímos de tal classificação proposta pela autora é a seguinte: Se o referente do termo fundamental é especificado, a aposição representa apenas uma complementação adicional para localizar a referência, acrescenta-lhe uma descrição, já que o falante pressupõe ser ela conhecida pela ouvinte. Quando a referência do termo fundamental (a primeira unidade apositiva) é menos específica do que a segunda, esta serve para especificar essa referência.

Já a reformulação, para a autora, sinaliza uma segunda tentativa do falante em simplificar a identificação do referente do termo fundamental por meio de uma expressão alternativa mais comum ou familiar.

[28] BBC pronunciation has a large number of diphthongs, *sounds which consist of a movement or glide from one vowel to another*. (Peter Roach, English Phonetics and Phonology, CUP 2000, p. 21).

(A pronúncia da BBC tem um grande número de *ditongos, que consistem de um movimento ou de deslizar de uma vogal para outra*. (Peter Roach, Fonética e fonologia do inglês, CUP 2000, p. 21)).

A aposição com função de justificação, segundo a autora, serve para justificar ou motivar um recurso específico do ato discursivo. Enquanto a aposição identificativa é orientada para a referência, a aposição justificativa é orientada para a indicação da relevância de um aspecto particular do ato discursivo no contexto. A justificação /motivação pode estar relacionada a seis subcategorias que podem ser descritas nos níveis interpessoal e representacional. Na primeira subcategoria, exemplificada pela autora, a aposição pode manifestar-se como uma Justificação do ato discursivo. A aposição se constitui como uma informação adicional sobre o termo fundamental que serve para justificar a relevância de todo o ato discursivo como em:

[29] *He head of the party that should be leading the proletariat was neglecting the interests of the working class.*

(Ele, *cabeça do partido que deveria liderar o proletariado*, estava negligenciando os interesses da classe trabalhadora).

A segunda subcategoria é a motivação da proposição. A aposição serve para explicar a maneira como o falante considera algo verdadeiro, falso, provável, etc., ou fazer atestar a verdade da declaração transmitida na sentença matriz.

[20] I consider *John, an intelligent and ambitious young man*, to be the ideal candidate

(Eu considero *John, um jovem inteligente e ambicioso*, para ser o candidato ideal.)

O terceiro subtipo de justificação serve para explicar a motivação de um estado-de-coisas descrito na predicação em que se encontra.

[23] He appears to have already achieved his two immediate ambitions. To bring down Mr V P Singh the man responsible for his humiliating electoral defeat eleven months ago and to split the Janata Dal.

(Ele parece já ter alcançado suas duas ambições imediatas. Para derrubar o Sr. V P Singh o homem responsável por sua humilhante derrota eleitoral há onze meses e por dividir o Janata Dal.)

A justificação da referência, quarta subcategoria, parece ser um tipo mais comum de atribuição, que pode ser confundido com a subcategoria descrição da função identificativa. A diferença entre eles é que a aposição descritiva oferece uma descrição referente a algo ou alguém que o falante julga conhecido pelo ouvinte. No caso da justificação de referência a função da aposição é justificar como o falante constrói essa descrição referindo-se a um ser, tal referência é relevante para a compreensão de todo o ato discursivo.

[24] *Joep Lange, president of the Sweden-based International Aids Society*, which organizes the conference, said it had been forced to retract papers that had been accepted for conference sessions after the US scientist authors had been refused permission to come. (Anger at US ban in Aids scientists, The Guardian, 12 July 2004)

(*Joep Lange, presidente da Internacional Aids Society com sede na Suécia*, que organiza a conferência, disse que tinha sido forçado a recusar artigos que tinham sido aceitos para as sessões da conferência após os cientistas norte-americanos terem sua permissão para a entrada recusada. (Anger na proibição dos EUA em cientistas Aids, The Guardian, 12 de Julho de 2004))

Há, também, a justificação de propriedade. Esse é o caso em que a aposição serve como um tipo de atribuição que justifica a propriedade do referente do termo fundamental. Tal atribuição serve para explicar o motivo de tal caracterização que o falante destina ao referente do elemento fundamental. Trata-se de uma designação que sinaliza uma explicação motivada pelo próprio ato discursivo, relevante para o discurso imediato.

[26] Spring and summer, though they lose the customary concert halls, brings on the proms and regrettably the idiot front row of the promenaders, *self-important tedious youth chanting tosh in unison to its own delight and the gritted tolerance of its elders.*

(Primavera e Verão, embora eles perdam as salas de concertos habituais, trazem os bailes de formatura e, lamentavelmente, a linha da frente idiota dos passeios, juventude tediosa *auto-importante cantando tolices em uníssono para seu próprio prazer e para a tolerância trincada de seus anciãos.*)

A última subcategoria da função de justificação é atribuição, definida por Keizer como uma aposição que serve para atribuir uma propriedade para o referente do termo fundamental, no entanto, esta propriedade não é necessária para a compreensão adequada do ato discursivo atual.

[27] Maradona Junior will arrive at Ewood Park this week for a trial in front of Rovers manager Graeme Souness with a view to switching from his Italian Club Napoli. *The teenager, a product of Maradona's fling with Italian Cristiana Sinagra, was due to land in England yesterday but his trip was delayed after he picked up an injury in training.* (Diego Maradona signs for Blackburn, The Mirror, 12 July 2004)

(Maradona Júnior vai chegar ao Ewood Park esta semana para um teste na frente do gerente Rovers Graeme Souness, com vista à mudança de seu clube italiano Napoli. *O adolescente, produto da aventura de Maradona com a italiana Cristiana Sinagra, devia pousar na Inglaterra ontem, mas a viagem foi adiada depois que ele sofreu uma lesão no treinamento.* (Diego Maradona assina para Blackburn, The Mirror, 12 de Julho de 2004))

A função de rotulação tem como característica central a inserção de um elemento nominal que se aplica ao referente do termo fundamental. A principal característica da aposição de rotulação é que ela não está associada à função de identificação por assumir a forma de conteúdo novo para o ouvinte, que pode tornar-se disponível para a identificação posterior no discurso. Em outras palavras, o rótulo serve para criar uma nova atmosfera para o ouvinte. A estratégia de rotulagem, normalmente, é realizada por meio de referências catafóricas em que a aposição serve como um

mecanismo que recategoriza batizando lexicalmente com uma única expressão todo o conteúdo de uma oração.

Para Keizer o emprego da função de rotulagem é realizado por meio de uma introdução de nomes próprios que servem para ser usados para uma referência futura ao referente do termo fundamental.

[28] *But Mr Hobson's mother and his ex-wife, Kay, had pleaded with him to give himself up.* (Hunt ends for most wanted man, The Guardian, 26 July 2004)

(Mas a mãe do Sr. Hobson e sua ex-esposa, Kay, tinham pedido a ele para entregar-se. (Caçada termina para o homem mais procurado, The Guardian, 26 de Julho de 2004)

Aposições rotulativas também servem para apresentar um novo predicado ao discurso em relação a referência da expressão no termo fundamental. Vejamos:

[29] *Sound units of language, technically phonemes, are usually surrounded by slant line: /p/* (Quirk et al. 1985: 1311).

(*Unidades de som da língua, tecnicamente fonemas, são normalmente cercados por linha de inclinação: / p /* (Quirk et al 1985: 1311).)

Para Keizer essas funções discursivas cumprem importantes funções retóricas. Para a autora elas podem apresentar casos em que há uma sobreposição formal, como por exemplo, aponta a possibilidade da unidade apositiva exercer tanto a função de identificação de referência por meio da descrição do elemento fundamental (ou parte dele) ou de função de atribuição.

5. METODOLOGIA

5.1 Constituição e caracterização do corpus

a) A Olimpíada de Língua Portuguesa

A Olimpíada de Língua Portuguesa *Escrevendo o futuro* é um programa que desenvolve ações de formação de professores com o objetivo de contribuir para a melhoria do ensino da leitura e escrita nas escolas públicas brasileiras.

A Olimpíada tem periodicidade bienal e, em anos pares, realiza um concurso de produção de textos que premia as melhores produções de alunos de escolas públicas de todo o País. Na OLP, participaram professores e alunos do 5º ano do Ensino Fundamental (EF) ao 3º ano do Ensino Médio (EM), nas categorias: Poema, no 5º e 6º anos EF; Memórias, no 7º e 8º anos EF; Crônica, no 9º ano EF e 1º ano EM; Artigo de opinião, no 2º e 3º anos EM. Nos anos ímpares, desenvolveu ações de formação presencial e a distância, além da realização de estudos e pesquisas, elaboração e produção de recursos e materiais educativos.¹¹

b) Descrição dos textos e caracterização do gênero artigo de opinião

Optamos pela análise das ocorrências apositivas não restritivas em textos produzidos pelos alunos de 2º e 3º ano na categoria artigo de opinião por acreditarmos que o *corpus* escolhido, nesta pesquisa, representa um terreno propício para o uso de aposições nominais não restritivas, entendidas, pela Gramática Discursivo-Funcional, como Atos Discursivos pragmaticamente motivados. Quanto à escolha das séries do EM, acreditamos que esses jovens, nesse período escolar, já demonstram maior autonomia discursiva além do que estão mais próximos e aptos para prestarem exame de vestibular. Tal escolha por textos escritos por aprendizes se justificada pela nossa preocupação com o ensino-aprendizagem do tema abordado tomando como foco, a priori, a relevância dessas construções para a construção argumentativa dos textos, habilidade que é avaliada na matriz de referência para a redação do ENEM. Embora as reflexões desta pesquisa para o ensino de língua materna não se configure como o

¹¹ Texto disponível em: <https://www.escrevendoofuturo.org.br/conteudo/a-olimpiada/o-que-e-a-olimpiada>

objetivo central desta pesquisa, acreditamos que as análises podem sugerir um novo tratamento dessa categoria gramatical.

O *corpus* é constituído de 38 artigos de opinião publicados em um livro disponível no site da Olimpíada Brasileira de Língua Portuguesa *Escrevendo o futuro*, da edição de 2014.

A Olimpíada elegeu como proposta “*O lugar onde vivo*”. Os textos, nessa categoria, deveriam abordar uma variedade de temas atrelados a questões políticas e socioeconômicas que afetam os Estados, e, a partir delas, os alunos teriam de desenvolver seus pontos de vista, bem como apontar soluções exequíveis para as problemáticas por eles abordadas. Pode-se dizer que tal gênero foi escolhido pelo fato de apresentar a predominância da sequência argumentativa, o que favorece as estratégias mais variadas de referenciação textual, possibilitando ao aluno desenvolver sua capacidade interativa como leitor e autor.

Quanto aos aspectos gerais do gênero discursivo, o artigo de opinião é um gênero textual que se vale da argumentação para analisar e demonstrar a posição crítica do autor sobre um determinado tema de ordem social, econômica, política ou cultural, relevante para os leitores. Esse processo interativo se sustenta pela construção de um ponto de vista (BOFF, KOCH E MARINELLO, 2009). Precisamente por conta desse aspecto do gênero artigo de opinião, formulamos a hipótese de que, sendo esse gênero um processo em que o falante busca convencer e influenciar o leitor por meio de sua posição crítica sobre determinado assunto, a função textual-discursivas predominante nesse tipo de construção apositiva é a avaliação, codificada através da relação textual-semântica de atribuição.

A ideia de gênero discursivo começa a ser esboçada em 1929, quando Bakhtin considera que toda forma de utilização da língua se realiza em forma de enunciados, considerada como unidades reais de comunicação verbal. Para ele, o gênero sempre se molda à forma de enunciados pertencentes a um sujeito falante que se encontra constantemente pressionado pelo contexto em que está inserido, ou seja, o gênero atende às necessidades de determinadas esferas sociais e mudam conforme os fatos sociais, instituições, épocas, desenvolvimento econômico e cultural, o contexto de produção, entre outros.

Partindo dessa concepção sociointeracionista, o autor propõe que o ensino–aprendizagem da língua deve estar atrelado às formas do gênero aos quais modelamos

nossa uso linguístico, ou melhor, estruturamos nossos enunciados. Para ele, entender os gêneros como objeto de ensino-aprendizagem da língua é tanto assumir o caráter sócio-histórico-ideológico que a língua apresenta, como também se constitui como um mecanismo de compreensão da organização das formas gramaticais não aprendidas em dicionários ou gramáticas, mas por meio da exposição dos indivíduos aos enunciados concretos produzidos por outros indivíduos.

A língua materna – a composição de seu léxico e sua estrutura gramatical –, não a aprendemos nos dicionários e nas gramáticas, nós a adquirimos mediante enunciados concretos que ouvimos e reproduzimos durante a comunicação verbal viva que se efetua com os indivíduos que nos rodeiam. (BAKHTIN, 1997, p. 301)... Aprender a falar é aprender a estruturar enunciados. Os gêneros do discurso organizam nossa fala da mesma maneira que organizam as formas gramaticais (sintáticas). (BAKHTIN, p.302)

A partir dessa citação, a relação que podemos estabelecer com a orientação metodológica proposta por Bakhtin nesse trabalho é justamente reiterar o fato de que a descrição e análise das construções apositivas também devem ser realizadas dentro do contexto de produção desse texto, que deve apresentar, segundo a orientação da Olimpíada, características tipicamente identificáveis como sendo de um artigo de opinião, e as estruturas nele utilizadas devem ser vistos como enunciados que fazem parte da atividade de comunicação verbal, tanto que chamamos a atenção (em mais um trabalho) para o fenômeno da aposição, e não da categoria gramatical aposto.

5.2 Procedimentos metodológicos

A análise do *corpus* será feita, inicialmente, por meio da leitura dos textos, nos quais serão destacadas as aposições nominais não restritivas. Em seguida, os enunciados em que se encontram essas estruturas serão copiados para uma tabela de análise que prevê os seguintes parâmetros de análise: relação textual-semântica e função textual-discursiva. Para fins de análise qualitativa, realizamos uma breve contextualização do tema destacando algumas ocorrências em que o aposto pode assumir funções argumentativas relevantes para a construção textual dentro do sintagma nominal, considerando os aspectos como definitude/indefinitude e especificidade/genericidade. Para a análise do papel da expressão apositiva nominal não restritiva na construção retórica do texto, consideramos como modelo, o tratamento

funcional-discursivo das posições nominais não restritivas segundo as seguintes funções discursivas previstas por Keizer (2005): *Identificação, Justificação e Rotulação*.

A escolha desses parâmetros objetiva explicar como os aspectos semânticos e discursivos servem de referência para a explicação dos aspectos morfosintáticos das construções apositivas nominais não restritivas, sobretudo no que concerne às definições atinentes à função discursiva de expressar a atitude do falante em relação ao escopo da posição, notadamente a função avaliativa. Dessa forma cremos que esses aspectos são relevantes para o resultado final dessa pesquisa, uma vez que esse tipo de construção constitui um importante expediente de categorização do discurso, fenômeno inerente a toda atividade humana, e que a discussão desses aspectos pode nos conduzir, futuramente, a uma pesquisa mais detalhada desse fenômeno gramatical dentro do modelo de formalização proposto pela Gramática Discursivo-Funcional.

5.3 Categorias de análise

Dentre os procedimentos adotados na análise, escolhemos trabalhar com as categorias propostas por Nogueira (1999) que, por sua vez, reformulou as tipologias propostas por Quirk *et al* (1985) e Meyer (1992) para definir os parâmetros de análise relativamente à *relação textual-semântica* e à *função textual-discursiva* das construções apositivas nos textos dos gêneros técnico, oratório e dramático. A seguir, transcrevemos o quadro de Nogueira (1999) sobre a relação entre esses dois parâmetros.

Relação Textual-Semântica	Função Textual-Discursiva
<i>Equivalência</i>	<i>Identificação Reformulação</i>
<i>Atribuição</i>	<i>Avaliação</i>
<i>Inclusão</i>	<i>Exemplificação Particularização Generalização</i>

Quadro 1. Tipologia das propriedades Textual- Discursivas de Nogueira (1999)

5.4 O programa estatístico SPSS

O SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences*) é um *software* desenvolvido pelas Ciências Sociais que permite tabular bases de dados de trabalhos estatísticos, tornando-os mais compreensíveis. Esse programa apresentou grande utilidade para esse trabalho, uma vez que facilitou o processo de introdução, codificação e transformação dos dados em tabelas de frequência.

Este capítulo realizou uma breve descrição do corpus disponível no site das Olimpíadas de Língua Portuguesa, destacando a nossa motivação pela escolha em analisar as ocorrências apositivas não restritivas nominais no gênero artigo de opinião, produzidos por alunos de Ensino Médio. Quanto aos procedimentos, analisamos quantitativamente (SPSS) apenas duas categorias previstas por Nogueira (1999): relação textual-semântica e função textual-discursiva. Para fins de análise qualitativa, consideramos como modelo, o tratamento funcional-discursivo das posições nominais não restritivas segundo as seguintes funções discursivas previstas por Keizer (2005): *Identificação, Justificação e Rotulação*.

6. APOSIÇÃO NÃO RESTRITIVA NOMINAL: ANÁLISE E DISCUSSÃO

Dentro de um universo de 38 (trinta e oito) amostras de texto escrito, sendo todos considerados artigos de opinião produzidos por alunos do Ensino Médio em diversos estados do país, foram encontradas 120 ocorrências de construções apositivas nominais não restritivas.

Na verdade, o que nos chamou a atenção não foi a quantidade de ocorrências em cada texto (visto que, dentro de um universo múltiplo de construções apositivas assumidas em diversas formas sintáticas, optamos por analisar aquelas que são constituídas por sintagmas nominais), mas o percentual de posições atributivas que revelou uma proximidade significativamente relevante em detrimento das posições com relação semântica de equivalência. Neste capítulo, atestamos, por meio de uma análise quantitativa (SPSS), a nossa hipótese; e fazemos uma análise qualitativa dos dados, ilustrando os aspectos por nós investigados com ocorrências mais típicas. Dessa forma, nosso objetivo não é apenas apresentar os dados estatísticos sobre as categorias discursivas da posição, mas tecer algumas explicações sobre como as expressões apositivas nominais não restritivas morfossintaticamente codificadas dentro de um contexto discursivo de produção foram motivadas. Neste estudo, não realizamos o mapeamento de algumas funções sintáticas, pois, se posição constitui um fenômeno de natureza multifuncional, sua estrutura morfossintática deve ser definida em termos das funções semânticas e pragmáticas que cumprem dentro de um contexto.

6.1 Posição nominal não restritiva

Conforme prescrevem as gramáticas tradicionais, o aposto é um termo de valor nominal que, embora possa ser encontrado na forma de orações, desempenha um papel que seria de um nome. Castilho (2010) considera que o “sintagma nominal é uma construção sintática que tem como núcleo um substantivo ou um pronome, o primeiro de caráter designador, e o segundo de caráter dêitico/fórico/substituidor” (p.453). A escolha em analisar as posições entre sintagmas nominais, sendo a posição tradicionalmente reconhecida como uma construção que envolve elementos de natureza nominal, foi motivada pela intenção de atestar a hipótese de que essa estrutura nominal, tipicamente associada à função de referência, pode cumprir outras funções

argumentativas na construção textual. Perini (2010) afirma que não é possível referir-se a algo no mundo a não ser por meio de um SN. Além de revelar maior potencial referencial, outro motivo pelo qual escolhemos analisar as construções apositivas entre sintagmas nominais se justifica por ser a estrutura mais rígida e menos complexa que a oração, uma vez que as possibilidades de permuta e supressão entre os termos podem ser analisadas por estarem inseridas em pequenas porções de conteúdo linguístico.

A estrutura do sintagma nominal é demonstrada por Castilho (2010) da seguinte forma:

SN → (Especificadores) + Núcleo + (Complementos)

Os especificadores compreendem: artigos, pronomes demonstrativos e possessivos, quantificadores, delimitadores como *um tipo de* etc. Os núcleos compreendem: substantivos e pronomes. Complementos compreendem: sintagmas adjetivais, preposicionais e sentenças relativas.

Embora que um SN seja preenchido por especificadores ou outros tipos de sintagmas, ele terá sempre um núcleo de referência que quase sempre assume a função sintática de sujeito na oração.

[30] *O gerente dessa área da empresa, Eduardo Fontoura, afirma que mais de 95% do tempo o Índice de Qualidade do Ar (IQAr) no polo indica condição “Boa”.*

Todavia, ao tratarmos das posições nominais não restritivas, foi possível a verificação de várias ocorrências em que primeira unidade apositiva não assumiu a função sintática de sujeito, mas a de complemento verbal, como em [31], justamente porque foram encontradas dentro de um SV (sintagma verbal), ou em construções sintáticas mais complexas [32], sobretudo na forma de discurso indireto evidenciado no momento de evocação a um enunciador comprometido com afirmação subsequente.

[31] *Ainda temos muitos fatores que representam risco para a população, causando insegurança e medo, como o tráfico de drogas, que ainda é intenso...*

[32] *Segundo o presidente da Comissão de Meio Ambiente da OAB-PA, José Carlos Lima, a área onde está prevista a construção do aterro é cheia de nascentes e córregos...*

6.1.1 Definitude /Indefinitude da primeira unidade

As distinções de definitude/indefinitude são imprescindíveis para a análise, pois elas revelam os diferentes tipos estratégias de referenciação que o locutor/autor constrói em seus textos, seja para preparar o ouvinte/leitor para a identificação de um elemento empregado cataforicamente, seja para retomar um dado conteúdo ou expressão linguística de maneira que o ouvinte/leitor entenda satisfatoriamente o que foi formulado.

O núcleo do sintagma nominal na primeira unidade pode ser marcado por expressões definidas como: Nome Próprio [33], numerais [34], artigo definido [35] e pronome possessivo [36]:

[33] “No Equador, a incidência de pragas é tão forte que semanalmente se faz aplicação de agrotóxico”, diz *Pierre Vilela, coordenador da Assessoria Técnica da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais*.

[34] A reportagem apresentou dados estatísticos da violência de *quatro cidades vizinhas: Novo Gama, Luziânia, Ocidental e Águas Lindas*, e somou todos os dados colocando-os como ocorridos somente em Valparaíso de Goiás.

[35] Segundo *o presidente da Comissão de Meio Ambiente da OAB-PA, José Carlos Lima*, a área onde está prevista a construção do aterro é cheia de nascentes e córregos...

[36] O pessoal da Amazonas Energia vai à rádio dizer que é de uma hora e meia para cada bairro o racionamento, mas no *meu bairro (Santa Rita de Cássia)* desde às 15h30 até agora (20h20) estamos sem energia.

As expressões indefinidas foram frequentemente encontradas em referenciações catafóricas, marcadas pelos seguintes elementos: artigo indefinido [37] e pronome indefinido [38].

[37] Vivo em uma cidade do norte de Minas Gerais, cujo nome é o mesmo de *uma planta do sertão: Janaúba*

[38] Ainda temos *muitos fatores que representam risco para a população*, causando insegurança e medo, *como o tráfico de drogas*, que ainda é intenso...

6.1.2 Especificidade/Genericidade

Observamos, em algumas ocorrências em que em há referenciações catafóricas, a primeira unidade apositiva é marcada por um sintagma nominal indefinido, a unidade apositiva serve para especificar o referente da primeira unidade.

[39] Vivo em uma cidade do norte de Minas Gerais, cujo nome é o mesmo de *uma planta do sertão: Janaúba*.

Já em outras construções, observamos que a primeira unidade também pode ser marcada por artigo indefinido, no entanto o seu estatuto genérico e semanticamente indefinido é determinado pelo fato de que, na unidade fundamental, o referente passa a ser construído por uma designação metafórica, abstrata, que ganha formulação e codificação mais específica na segunda unidade. Vejamos o exemplo abaixo:

[40] Mas, nesse cenário degradante, entre os amontoados, surge *um sinal de vida: os girassóis*. A grande flor amarela mostra que a vida pode renascer onde parece impossível.

O que podemos observar é que a aposição, por vezes, representa uma estratégia de individualizar os referentes tornando-os mais concretos e acessíveis para o leitor, que, dotado de conhecimentos prévios sobre determinada estrutura lexical, pode ser capaz de antecipar a informação que viria na segunda unidade. O exemplo [38] marca uma entidade concreta (*planta*), pois ela é especificada pela construção (*do sertão*), se a unidade apositiva fosse suprimida, isso não impediria que o leitor realizasse uma leitura inferencial sobre tal entidade, pois a própria construção sinaliza que a entidade *planta* se caracteriza como uma categoria de ‘grupo de vegetais que produzem fotossíntese’. Já o segundo exemplo [39] apresenta um referente que se distancia de sua significação lexical, pois o referente do termo fundamental apresenta-se designado de modo metafórico que necessariamente precisa ser especificado (ou concretizado) na segunda unidade, pois o leitor não poderia realizar nenhuma inferência caso a unidade apositiva fosse suprimida e nem poderia resgatar essa informação por meio do contexto.

6.2 Propriedades Discursivas da Aposição não restritiva

A aposição é considerada mais do que um mecanismo linguístico e estritamente sintático, sobretudo constitui-se como um processo de formulação da textualidade que envolve colaborativamente os participantes do ato interacional da construção do discurso a depender do contexto em que os participantes estão inseridos. Há uma diversidade multifuncional de construções que torna insustentável qualquer

tentativa de definição ou classificação baseada apenas em critérios formais. Nos dados analisados, as propriedades semânticas e discursivas das ocorrências também apresentaram uma natureza bastante variável no que diz respeito à representação prototípica da aposição.

6.2.1 Relações Textual-Semânticas

Na presente pesquisa, lançamos a hipótese de que a relação textual-semântica de atribuição seria a mais frequente nos textos de artigo de opinião, no entanto, essa hipótese não se constatou. A tabela abaixo apresenta os resultados quantitativos referentes à frequência das relações textual-semânticas, revelando a recorrência da relação textual- semântica de equivalência.

Tabela 1 – Relações textual-semântica das construções apositivas

	Frequência	Percentual
Equivalência	59	49,2 %
Atribuição	52	43,3%
Inclusão	9	7,5%
TOTAL	120	100%

Os resultados mostram que a relação de equivalência é mais frequente entre as relações textual-semânticas encontradas nas ocorrências (49,2%). Observa-se que a diferença não é muito significativa ao comparar com a frequência das aposições nominais não restritivas com relação de atribuição (43,3%). Nogueira (1999) reconhecia duas subcategorias da relação de equivalência: a correferência e a sinonímia, destacando a correferência como a relação prototípica.

Ao assumir a correferência como o critério mais decisivo da aposição, não nos referimos apenas a sua natureza designativa, que prevê uma correspondência direta entre os termos, mas que tal propriedade correferencial também pode ser apresentada segundo o conhecimento que o autor pressupõe que o leitor tenha sobre o referente expresso na primeira unidade apositiva.

[45] Vitória do Xingu, intitulada pelo governo atual com a “Cidade da Energia”, por sediar a *quarta maior hidrelétrica do mundo –Belo Monte –*, vem, nos últimos anos, realizando, como muita frequência, a revitalização e a inauguração de bens públicos...

No exemplo acima, a primeira unidade tem a função de destacar um conhecimento considerado como verdadeiro ou incontestável dentro de um determinado contexto, que é o fato de a hidrelétrica de Belo Monte ser considerada a maior hidrelétrica do mundo. Essa estratégia evidencia não apenas as movimentações argumentativas, mas o conhecimento que o autor tem sobre determinado referente, ou seja, o autor não constrói nenhuma referência no texto, ele apenas ativa uma informação que supõe conhecida pelos interlocutores. Tal construção apositiva avaliada em termos de conteúdo proposicional. (*Belo Monte é a quarta maior hidrelétrica do mundo*).

Há ocorrências que sinalizam para uma construção de correferência segundo a perspectiva do falante, na qual a construção apositiva aponta para a explicitação de uma referência dêitica na construção abaixo:

[46] Enfim, tenho plena convicção de que muitos benefícios serão trazidos para o Estado e de que, futuramente, *nós, jovens*, precisaremos de uma empresa desse porte para nos estabilizarmos financeiramente.

Tal relação de correferência está ligada a estratégia de introjeção do falante e ao se enquadrar em uma categoria - *jovens*. Todavia, o que podemos deduzir é que esse é um exemplo típico de construção em que a possibilidade de supressão ou permuta não se verifica, visto que a relação entre o substantivo do termo fundamental e o substantivo em aposição não é extensionalmente idêntica, mas estabelecida pelo falante na construção do próprio texto.

A relação de correferência encontra-se também codificada nas estruturas em que o termo fundamental se refere cataforicamente ao conteúdo expresso na segunda unidade da construção apositiva, tal como em:

[47] Vivo em uma cidade do norte de Minas Gerais, cujo nome é o mesmo de *uma planta do sertão: Janaúba*

Como também há estruturas que operam uma expansão do conteúdo ou da expressão linguística da primeira unidade apositiva, operando-se como uma espécie de reformulação, tal como:

[48] Araquari é maior que *Joinville – cidade mais populosa da Santa Catarina* –, em extensão territorial, tendo uma área de 383.993 quilômetros quadrados.

Quanto à relação de equivalência, encontramos a relação textual-semântica de sinonímia, que se realiza por meio de paráfrases linguísticas, quando os elementos que compõem uma estrutura apositiva não restritiva nominal apresentam o mesmo significado semântico.

Houve casos em que essa relação apareceu por meio da tradução lexical de abreviaturas relacionadas a instituições às quais o autor se refere, como no exemplo:

[49] Os técnicos do *Cofic (Comitê de Fomento Industrial de Camaçari)*, sempre acionados para averiguar fortes adores circulantes em localidades do município, informam vagamente não saber a procedência do problema.

Com a segunda maior frequência no *corpus*, encontra-se a relação de atribuição (43,3%). Na relação atributiva temos que, prototipicamente, a primeira unidade é representada por um SN definido e a segunda unidade por um SN indefinido ou com determinante zero. Os exemplos abaixo ilustram essa relação atributiva:

[50] Só em 2014 o valor destinado pelo governo do Estado ao festival de Parintins foi de 13,5 *milhões de reais*, **um investimento alto**, que deveria refletir uma cidade capaz de dar conforto aos turistas e suprir as necessidades básicas do povo.

[51]“No Equador, a incidência de pragas é tão forte que semanalmente se faz aplicação de agrotóxico”, diz *Pierre Vilela*, **ϕ** *coordenador da Assessoria Técnica da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais*.

Segundo Nogueira, a relação textual-semântica de atribuição está a serviço da função discursiva de expressar a atitude do falante em relação ao referente da primeira unidade, ou seja, no plano da construção textual, o ato básico que o falante

realiza em uma construção atributiva é o de predicar (estabelecer propriedades para a entidade).

Assim temos que, em uma construção nominal apositiva, há dois Atos Discursivos em que a primeira unidade contém um subato de referência e a segunda, um subato de atribuição, pois, na segunda unidade, não se tem um operador de definitude e/ou identificação, mas modificadores da entidade expressa na primeira unidade.

A relação de inclusão [7,5%] identificada nas ocorrências se constitui como um tipo de reformulação que estabelece uma relação que pode ser referencial ou não referencial. (NOGUEIRA, 1999). Segundo a autora, na inclusão não referencial, a segunda unidade estabelece uma relação de hiponímia em relação à primeira, ou seja, os significados dos elementos presentes na segunda unidade apositiva estão incluídos dentro de um significado mais genérico da primeira. Vejamos no exemplo [52]:

[52] A cidade ganhou manchetes em vários programas e jornais de televisão, *como Globo Rural, EPTV, Fantástico, entre outros.*

Na inclusão referencial, não existe uma correspondência exata entre os termos, a segunda unidade apositiva representa a tentativa do falante de inserir de novo referente que passa a se configurar como o tema em relação à construção posterior, como em [53]:

[53] A Igreja Santuário Senhor Bom Jesus de Araquari é considerada símbolo da cidade e palco de *diversas celebrações, como a Festa do Maracujá*, que faz alusão ao passado glorioso do cultivo da planta.

Vejamos que esse é um típico exemplo que a unidade apositiva não pode ser suprimida, por conter, na unidade apositiva, o conteúdo temático da construção posterior.

6.2.2 Funções Textual-Discursivas

A tabela abaixo apresenta os resultados quantitativos referentes às funções textual-discursivas das posições nominais não restritivas. Em concordância com nossa hipótese, a tabela demonstra que, de fato, o número de posições com função textual-

discursiva de avaliação apresentou uma recorrência significativa em relação às outras funções textual-discursivas.

Tabela 2 - Função Textual-discursivas das posições nominais não restritivas

	Frequência	Percentual
Identificação	37	30,3%
Reformulação	31	25,4%
Avaliação	52	42,6%
TOTAL	120	100

Como previsto na hipótese, a função textual-discursiva de avaliação, de fato, apresentou frequência predominante nesse tipo de gênero opinativo [42,6%]. De fato, não há como desconsiderar que as características socialmente reconhecidas do gênero motivaram tais ocorrências, visto que o posicionamento do autor em relação a um determinado tópico se enquadra como uma característica prototípica desse gênero.

Os exemplos recorrentes são aqueles em que o autor utiliza-se de uma estratégia retórica para indicar a fonte de uma informação designada por seu nome e sua profissão ou cargo, no chamado uso do argumento de autoridade, conferindo a sua tese maior credibilidade e menor possibilidade de ser refutada, uma vez que insere um conteúdo que foi enunciado por uma autoridade competente no assunto. Vejamos o exemplo:

[55] Luiz Nogueira, *engenheiro civil*, afirma: “Vejo diversas pessoas achando que o problema do trânsito será resolvido com a retirada e substituição das rotatórias por semáforos. Não poderia haver maior engano”.

Não obstante, assim como há níveis de gradiência nas relações textual-semânticas da aposição, também observamos algumas nuances de avaliações do falante até mesmo em construções ditas correferenciais. Se se fundamenta que a função textual-discursiva de avaliação assume como critério para a sua identificação a manifestação de um julgamento do falante em relação ao que diz, vamos analisar um exemplo em que o falante realiza uma avaliação antecipada do referente que só será especificado na segunda unidade da construção apositiva.

[56] Mas, nesse cenário degradante, entre amontoados, surge *um sinal de vida: os girassóis*. A grande flor amarela que mostra que a vida pode renascer onde parece impossível.

A ocorrência acima se encaixa em um exemplo mais típico de uma construção com função avaliativa cujas unidades são correferenciais (não atributivas). Nesse exemplo, a função avaliativa pode ser evidenciada porque o autor designa metaforicamente, como *um sinal de vida*, o referente especificado na segunda unidade, *os girassóis*. Nesse contexto, a primeira unidade apositiva constitui uma avaliação feita pelo autor por meio de uma expressão lexical metafórica.

Houve casos em que a construção apositiva revelou maior introjeção do interlocutor no discurso de maneira que expressou maior comprometimento do falante em relação ao referente da unidade fundamental. Vejamos as ocorrências abaixo:

[57] Só em 2014 o valor destinado pelo governo do Estado ao festival de Parintins foi de 13,5 milhões de reais, um investimento alto, que deveria refletir uma cidade capaz de dar conforto aos turistas e suprir as necessidades básicas do povo.

[59] Barbacena é seu povo e a história de cada um que aqui vive ou viveu, loucos ou sãos, esta é BQ, a Barbacena Querida.

Os exemplos acima ilustram as subcategorias da avaliação atitudinal, descritas por White (2013). O primeiro trata-se de uma *Apreciação*. O falante manifesta uma tomada de posição em relação ao referente da primeira unidade (13,5 milhões de reais). No segundo exemplo, temos uma atitude relacionada com as respostas

emocionais, manifestadas por meio de uma inclinação afetiva do falante em relação ao referente retomado (*BQ*). White chama esse subsistema semântico de *Afeto*. Não encontramos nenhum exemplo em nosso corpus em que a segunda unidade ilustrasse a relação de *Julgamento* em relação a primeira unidade da aposição.

No tratamento proposto pela GDF, a aposição não restritiva nominal pode exercer a função discursiva de justificação. Essa função é orientada para indicar a relevância da de um aspecto particular do discurso. Nesse caso, há exemplos encontrados em que a aposição, de fato, apresenta a justificação de referência [60], de estado-de-coisas [61] e de propriedade [62].

[60] Segundo *Ivenio Hermes, consultor de segurança da OAB-RN Mossoró e especialista em políticas e gestão em segurança pública do Rio Grande do Norte*, a violência está associada diretamente ao crescimento urbano desordenado.

[61] O aquecido mercado industrial camaçariense tem sido, desde *o início da década de 1970 – período de instauração do Polo Petroquímico no município* -, o principal agente modificador dos índices econômicos e demográficos da cidade onde minam empregos.

[62] O ideal seria que o apego efetivo contagiasse a todos e que tivesse força suficiente para anular de vez a ideia de extinção *da praça, um espaço charmoso que promove um diálogo entre o passado e o presente do lugar onde vivo*.

No primeiro exemplo [60] observamos a tentativa do falante em evocar um referente no nível Interpessoal, contém um subato de referência na primeira unidade, pois subatos que contém nomes próprios não contém conteúdo semântico e vão sempre ser representados no nível interpessoal e não no representacional. No exemplo seguinte [61], temos que a expressão *período de instauração do Polo Petroquímico no município* é um modificador que atua na camada do Estado-de-coisas, pois consiste em um evento que pode ser localizado no tempo.

O exemplo [62] temos que, na construção apositiva, há dois subato de referência e um subato atributivo, por meio dos quais o falante designa propriedade de entidades de primeira ordem. Na unidade apositiva vemos um operador de identificabilidade (um espaço) por meio do qual o falante tenta evocar o seguinte referente (a praça) e o subato de atribuição, por meio do qual o falante tenta evocar a seguinte propriedade ao referente (*charmoso*).

A aposição com função de justificação, nesse tipo de gênero opinativo, apresenta-se como uma importante construção estratégica do discurso que funciona para

além das condições de identidade entre referentes. Os exemplos acima ilustrados nos levam a entender o posicionamento de Keizer (2005) ao definir tal construção como espécies de holofrases.

A função textual-discursiva de identificação apresenta a segunda maior frequência [30,3%]. Lembramos que essa função realiza-se, geralmente, por meio de estratégias de referenciação catafórica em que a primeira unidade introduz no discurso um referente que vai ser especificado na segunda unidade.

[63] Mas, nesse cenário degradante, entre amontoados, surge *um sinal de vida: os girassóis*. A grande flor amarela que mostra que a vida pode renascer onde parece impossível.

[64] Segundo Marcos Bagno, especialista no assunto, dizer que o brasileiro não sabe português é um dos mitos que compõem o *preconceito mais presente na cultura brasileira: ϕ o linguístico*.

Nas ocorrências acima, é possível observar que no exemplo [63] a primeira unidade introduz um sintagma nominal indefinido que vai ser especificado pela segunda unidade. No entanto, existem construções, como no exemplo [64], em que o elemento da primeira unidade pode apresentar-se definido, mas é a segunda unidade que atribui especificidade redenominando todo o conteúdo expresso na unidade fundamental.

As aposições *reformulativas*, com frequência de [25,4%], manifestam-se por meio de paráfrases que têm como objetivo retomar um referente ou um conteúdo para explicá-lo conferindo assim um novo enfoque. Esse movimento de retomada caracteriza tipicamente a estratégia de referenciação anafórica, em que o locutor busca retomar um referente de maneira que o interlocutor compreenda satisfatoriamente a informação dada (NOGUEIRA, 1999).

A função de reformulação pode promover tanto a significação metalinguística, como é o caso de [63], em que a unidade apositiva realiza uma tradução metalinguística do primeiro elemento.

[65] Um estudo realizado pelo engenheiro químico Diógenes Lyra revela que altos níveis de SO_2 (*dióxido de enxofre*) – *composto químico altamente nocivo à saúde humana* – são lançados na atmosfera pelas plantas industriais do polo.

Como também representa uma estratégia que o falante faz para apresentar um referente acrescentando uma informação relevante para a construção de sua identidade no discurso. Vejamos em [66]:

[66] O aquecido mercado industrial camaçariense tem sido, desde *o início da década de 1970 – período de instauração do Polo Petroquímico no município* -, o principal agente modificador dos índices econômicos e demográficos da cidade onde minam empregos.

Observamos no exemplo [65] que a omissão da segunda unidade apositiva não acarreta prejuízos para a interpretação da oração, no entanto, o exemplo [66] apresenta a segunda unidade como indispensável para a interpretação semântica, pois o acréscimo da unidade apositiva constitui uma nova informação relevante para toda a construção discursiva.

Há reformulações em que o falante opera uma espécie de expansão lexical da primeira unidade, conferindo-lhe uma espécie de redenominação.

[67]Essa lei limitaria o ganho dos chamados *cafetões* (“*chefes*”*das prostitutas*), garantindo, assim, um ganho regular e conseqüente independência das profissionais.

Também encontramos exemplo em que a unidade apositiva esteve a serviço de uma correção da primeira unidade. A segunda unidade serve para sinalizar um ajuste imediato (sem necessidade de marcador) no significado do primeiro referente, operando uma espécie de tentativa de esclarecimento.

[68] Cabe ressaltar que o desemprego que se alastrou por Goianésia, em decorrência desse processo, gerou um surto de *vendedores ambulantes, os mascates*.

No tratamento proposto por Keizer (2005), a função de identificação é mais abrangente uma vez que reúne as categorias baseadas nas relações semânticas de equivalência e inclusão citadas pelos gramáticos Quirk et al (1985). Para a autora essa função está voltada para a tentativa do falante em evocar uma referência que ele supõe ser conhecida pelo ouvinte. Para essa função, ela prevê as seguintes subfunções: especificação, descrição e reformulação exemplificadas nos exemplos seguintes:

[69]*O gerente dessa área da empresa, Eduardo Fontoura*, afirma que mais de 95% do tempo o Índice de Qualidade do Ar no polo indica condição “boa”.

[70]*Jean Willys, deputado federal por Rio de Janeiro*, já propôs o Projeto de Lei nº 4.211/2012, referente a esse quesito.

[71]Um estudo realizado pelo engenheiro químico Diógenes Lyra revela que altos níveis de SO^2 (*dióxido de enxofre*) são lançados na atmosfera.

Na aposição com função de rotulação temos que a primeira unidade se refere cataforicamente ao conteúdo expresso na segunda, introduzindo um conteúdo novo que pode torna-se disponível para a sua identificação posterior.

[72]Para agravar ainda mais a situação, ainda em Inhumas, um jovem de 18 anos, João Antônio Donati, que era homossexual, foi assassinado brutalmente.

Concluindo esta análise, pode-se dizer que apenas uma de nossas hipóteses foi confirmada: A função de Avaliação é mais frequente no *corpus*, porque esteve relacionada não apenas à relação semântica de atribuição, mas também à de correferência.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A noção de discurso empregada na GDF é diferente daquela empregada na Análise do Discurso (que tende a priorizar as noções discursivas pautadas no caráter ideológico e historicista da língua). A noção de discurso empregada na GDF está mais assentada no componente gramatical que aciona o contextual como molde para a explicação dos fenômenos linguísticos, ou seja, o discurso, na Gramática Discursivo-Funcional, apenas é levado em consideração quando ele exerce algum impacto sobre as configurações gramaticais de uma língua.

Por esse motivo, podemos afirmar que é sob pressão do contexto que também estão assentadas as motivações para a produção linguística do falante. Pezzati (2012, p.113) afirma que somente quando o contexto tem um impacto sistemático sobre as escolhas gramaticais para o falante é que esses aspectos merecem explicação. Exatamente por isso pensamos que Hengeveld e Mackenzie, ao elegerem o ato discursivo como objeto de análise de toda e qualquer expressão linguística, está considerando o fato de que tal camada representa a menor unidade linguisticamente apreensível do contexto. Portanto, se, para a teoria, toda língua pode ser mais bem explicada com base no discurso, há de se considerar que a presença do contexto de produção pode levar a mudanças influenciando na organização das categorias cognitivas, que, por sua vez se estabilizam a partir de construções que os indivíduos realizam no curso de suas atividades humanas, cognitivas e linguísticas (MONDADA & DUBOIS, 2003). O que se pode depreender é que não é possível descrever o contexto, porém há evidências dessa sistematicidade que rege toda a interação verbal mediada pela expressão linguística. O Componente Contextual, portanto, tanto decorre como influencia o processo de estabilização de categorias gramaticais.

Levando em conta que o Componente Contextual alimenta o componente gramatical e que toda e qualquer produção pode ser explicada em termos das intenções comunicativas do falante em relação ao ouvinte e de sua relação com a realidade extralinguística, poderíamos afirmar que as relações e funções discursivas exercidas pelas construções apositivas abrigadas dentro de um discurso corrente, podem ser analisadas dentro de um molde de referência que constrói uma significação centralizada em aspectos os quais a expressão apositiva toma como escopo, não necessariamente o termo anterior, mas um contexto presente na informação subsequente ou antecedente.

Por exemplo, há construções em que a unidade apositiva vale-se de uma designação da profissão do referente do termo anterior, conferindo uma propriedade a uma entidade expressa no termo fundamental. Todavia, ao considerar todo o ato discursivo em que se abriga tal construção, poderíamos perceber que as possibilidades de designação do referente são bastante restringidas, visto que a informação contida na unidade apositiva esteve intimamente comprometida com o que é dito subsequentemente [73].

[73] Jean Wyllys, deputado federal por Rio de Janeiro, já propôs o Projeto de Lei nº 4.211/2012, referente a esse quesito.

Desse modo, acreditamos que o contexto poderia desfazer alguns equívocos no momento da identificação dessas relações e funções exercidas pela unidade apositiva. Em alguma instância, o Componente Contextual pode ser tomado como parâmetro para a definição das relações semânticas entre as unidades que compõem uma construção apositiva, tanto para evidenciar a presença de correferência, como também para indicar, de fato, uma relação atributiva como na construção acima ilustrada.

Há exemplos em que a unidade apositiva serve para legitimar o posicionamento do falante em relação a certo ponto de vista:

[74] O ideal seria que o apego efetivo contagiasse a todos e que tivesse força suficiente para anular a ideia de extinção da *praça*, *um espaço charmoso que promove um diálogo entre o passado e o presente do lugar onde vivo*.

No exemplo acima, a unidade apositiva serve-se da função de justificação para explicar o posicionamento do falante em relação a um determinado ponto de vista (o fato dele ser contrário à extinção da *praça*). Nesse exemplo, observamos que, na unidade apositiva, há a presença de modificador de função atitudinal (*charmoso*) que tanto avalia positivamente o termo antecedente servindo para justificar o posicionamento do falante em relação à proposição emitida no texto.

A função de avaliação, segundo Nogueira, encontra-se, em geral, na relação textual-semântica de atribuição, no entanto, ela também esteve presente nas relações ditas inclusivas, vejamos que a avaliação é antecipada na unidade fundamental. Vejamos o exemplo abaixo:

[69] A questão da produção do etanol a partir da cana-de-açúcar é um tanto polêmica, pois sabemos que essa monocultura, assim como todas as outras, traz *inúmeros prejuízos ao meio ambiente, como a redução dos minerais presentes no solo e a diminuição da biodiversidade*.

A legitimidade do ato discursivo, em determinados contextos de enunciação, podem estar a serviço de uma justificação. Para fins de esclarecimento, associamos essa colocação ao que Vieira (2002) aponta a justificação como uma estratégia de sustentação do ponto de vista por meio do qual o falante insere informações (dados estatísticos, exemplos, testemunhos dentre outros) para induzir o ouvinte a tirar uma conclusão a respeito da aceitabilidade ou legitimidade da construção argumentativa.

Parece-nos que a avaliação se relaciona a uma função discursiva inerente à própria sequência argumentativa exigida no gênero explorado, e não propriamente textual, visto que a aposição se realiza textualmente por meio da estratégia de referenciação, que se manifesta através da tentativa ou de reformular ou identificar um referente ou conteúdo. A avaliação, nesse caso, poderia estar imersa dentro dessas duas outras funções. A avaliação está presente em toda construção textual, simplesmente porque o falante utiliza as expressões apositivas procurando defender um ponto de vista sobre o tema discorrido, levantando questões ligadas à saúde, à educação, à política, ou temas gerais que despertam interesse dos leitores, porque estão vinculados ao seu dia a dia.

Nos textos pesquisados, notamos que, em virtude da proposta de produção, notamos uma relativa liberdade de escolhas lexicais que o falante empreendeu para sensibilizar o leitor sobre o que estava sendo enunciado. As estratégias argumentativas estiveram presente em todo o texto e talvez isso explique o fato de que a função discursiva de avaliação fosse a mais frequente.

Nesta pesquisa, realizou-se um novo estudo sobre as construções apositivas não restritivas a partir de textos característicos de artigo de opinião produzidos por alunos do ensino médio. Para tanto tomamos como base para as análises as propriedades discursivas descritas por Nogueira (1999) e as funções descritas por Keizer (2005).

No decorrer do desenvolvimento da pesquisa, especialmente no momento de construção das análises de algumas ocorrências mais típicas, o que podemos afirmar é que os resultados contribuíram para dirimir algumas dúvidas, no entanto também

suscitaram outros questionamentos no tocante as definições de parâmetros sobre algumas propriedades textual-discursivas propostas por Nogueira.

Ao nos confrontarmos com algumas abordagens da teoria e com outros estudos funcionalistas sobre o fenômeno, percebemos que, de fato, há uma necessidade de revisão de algumas considerações sobre essa categoria gramatical. A presente pesquisa conseguiu comprovar parcialmente as hipóteses apresentadas, no entanto, os resultados serviram para ressaltar algumas refutações e outras descobertas no tocante ao estabelecimento de uma correspondência simplificada entre as relações semânticas presentes em posições não restritivas as quais exercem as seguintes funções textual-discursivas: identificação, reformulação e avaliação.

A análise dos dados demonstra que as relações de equivalência e atribuição exibiram percentuais relativamente próximos, resultado que nos intrigou bastante na pesquisa, pois tal evidência nos conduziu à busca de uma comparação de certas relações e evidenciamos que, além das relações inclusivas, pode também existir efeitos de correferência em algumas construções ditas atributivas, ainda que a segunda unidade seja expressa por um sintagma com determinante zero ou indefinido.

Quanto às relações de inclusão, menos frequentes, parece-nos que elas estiveram também a serviço da função de identificação de referentes, pois o autor ao inserir um referente mais genérico na primeira unidade que encapsula os referentes mais específicos presentes na segunda unidade cria um ambiente de expectativa direcionando a atenção do leitor para o conteúdo seguinte. Enquanto que, na identificação, o falante direciona o foco da informação para a unidade apositiva por meio de referências catafóricas, na reformulação, o foco da informação centraliza-se na unidade fundamental, a unidade apositiva serve para fins de manutenção do referente da primeira unidade, por meio da inserção de paráfrases e correções.

A função textual-discursiva de avaliação apresentou, de fato, um percentual de maior de frequência e as funções textual-discursivas de reformulação e identificação apresentaram percentuais bastante próximos. Esse resultado nos mostra que o autor, ao utilizar as construções apositivas, promove o equilíbrio na progressão do fluxo informativo do texto (informações dadas e novas) de maneira que garante o direcionamento da atenção do leitor para a defesa do seu ponto de vista, levando-o a compactuar com seu posicionamento. A função da avaliação, como já esperávamos, manifesta-se com recorrência. No entanto, gostaríamos de ressaltar que ela não se

constitui como uma função independente das outras, mas nos debruçamos sobre o que afirma Goodwin (1987) ser a avaliação a ‘realização macro da atividade interacional que se manifesta em uma micro estrutura sintática, podendo esta sofrer processos de mudança linguística desencadeados pelo falante’. A avaliação, nesse contexto, além de estar a serviço para indicação da atitude do falante em relação ao que ele diz na unidade fundamental, também está relacionada diretamente à tese que ele procura defender em todo seu texto, lançando mão de estratégias de referenciação que reforçam a sua argumentação: a catafórica e a anafórica. Em outras palavras, a avaliação pode manifestar-se também dentro da função da identificação - quando o referente da unidade apositiva é predicado no termo fundamental, e, na reformulação - quando a unidade apositiva atribui propriedade ao referente do termo fundamental.

Para conferir uma nova perspectiva ao tema, a conclusão que extraímos é que, grosso modo, há duas funções textual-discursivas que se manifestam no plano da coesão textual: a reformulação e a identificação, estas, são subjacentes a uma função discursiva maior: a avaliação, que o falante faz, sobretudo, em relação ao seu próprio ato discursivo comprometido tanto com a informação que antecede a unidade apositiva, como a informação subsequente. Desse modo, poderíamos tecer a seguinte afirmação: se a unidade apositiva apresenta comportamento caracterizador em relação à primeira, de fato, ela constitui uma atribuição. Todavia a segunda unidade, nesse caso, não deixa de operar o movimento de expansão do significado do conteúdo do referente da primeira unidade, traço característico de uma reformulação. No entanto, se o comportamento caracterizador está presente na unidade fundamental, temos que a unidade apositiva opera um movimento de síntese, característico da função identificativa, a qual a unidade apositiva serve para especificar o significado do conteúdo da primeira unidade.

Sobre o propósito geral que o enunciador desempenha no nível do texto, dentro dos propósitos mais particulares que desempenham no nível da oração, o *fazer convencer* se configura como papel mais geral de troca comunicativa. Podemos dizer que as construções apositivas, presentes nos textos lidos, contribuíram ativamente para atingir essa meta geral do enunciador. As próprias funções podem revelar os aspectos interativos entre o enunciador e seu enunciatário, neste caso, autor e leitor. É evidente que os significados não poderiam somente representar realidades, mas o *fazer convencer*

do enunciador está intimamente relacionado com sua capacidade de influir sobre o seu

interlocutor. A prova é que, retomando o posicionamento anterior, o posicionamento do sujeito nas construções, por exemplo, carrega o significado interpessoal na oração. Por meio dele, o interlocutor constrói o seu compromisso relacionado à veracidade de suas informações, o que pode fazer com que o leitor considere ou não o texto aceito para o contexto em questão. Essa função interpessoal diz respeito ao papel que o falante desempenha para agir ou provocar reação em seu interlocutor. No caso das construções apositivas, percebemos que o interlocutor assume certo compromisso e responsabilidade sobre aquilo que diz tanto explicitamente ou implicitamente em seus textos, as próprias estruturas apositivas relacionadas com o verbo de cópula SER, indicam tanto a modalização positiva entre as unidades como asseveram esse compromisso que o enunciador imprime em suas estruturas informacionais.

Concluimos que a presente pesquisa, de abordagem funcionalista, priorizou um breve recorte sobre o tratamento do fenômeno da aposição partindo de alguns questionamentos e inquietações sobre o tratamento dado por gramáticos e teóricos funcionalistas. Acreditamos que esta dissertação nos trouxe algumas reflexões sobre as definições conceituais desse fenômeno destacando a pertinência do discurso na definição de suas relações e funções textual-discursivas. Todavia, reconhecemos a necessidade de inserir esses estudos no modelo de formalização proposto pela Gramática Discursivo-Funcional e de aprofundar as análises aqui apresentadas em futuras investigações.

REFERÊNCIAS

- BAKHTIN, M. M. Estética da Criação Verbal. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
 _____. Speech genres & other late essays. Austin: University of Texas Press, 1986.
- BECHARA, Evanildo. Moderna Gramática Portuguesa. 37ª ed. ampl. atual. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira; Editora Lucerna, 2009.
- BURTON-ROBERTS, N. Nominal apposition. In: Foundations of language, 1987.
- CÂMARA JR., J.M. Dicionário de Linguística e Gramática. 18ª ed. Petrópolis: Vozes, 1997, p. 57-58.
- CARONE, F. B. Morfossintaxe. São Paulo: Ática, 1988.
- CASTILHO, Ataliba T. de. Nova gramática do português brasileiro. São Paulo: Contexto, 2010.
- COSTA, R.D. O percurso de Gramaticalização de por exemplo. In: I Simpósio Mundial de estudos da Língua Portuguesa, 2008, São Paulo: UNICSUL, 2008.
- CUNHA, C. e CINTRA, L. Nova gramática do português contemporâneo. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985
- DECAT, M. B.N. Por uma abordagem da independência de cláusulas à luz da noção de “unidade informacional”. In: Scripta. Belo Horizonte, volume 2, 1999.
- DIAS, Nilza Barrozo. As “pequenas cláusulas” nas construções apositivas. In: História do Português Paulista, Séries Estudos, volume I. Organizador: Castilho. IEL/Unicamp.2009.
- DILLINGER, M. Forma e função na Linguística. *DELTA*, v. 7, n. 1, p. 397-407, São Paulo, 1991.
- DIK, Simon C . The theory of functional Grammar. Dordrecht-Holland/Providence RI USA,Foris Publications, 1989.
- _____. The theory of functional grammar. Part 1: the structure of the clause. Ed:Kees Hengeveld. Berlin/New York: Mouton de Gruyter,1997.
- DUBOIS, J.et. Dictionnaire de linguistique. Paris: Larousse, 1973.
- FRANCIS, Gill. [1994] (2003) Labeling discourse: an aspect of nominal-group lexical cohesion. In: COULTHARD, Malcolm. *Advances in written text analysis*. 9.ed. Londres: Routledge, p.83-101. Trad. Monica M. Cavalcante et. al.; revisão de Alena
- GIVON, T. Syntax: a functional-typological Introduction. Amsterdam: John Benjamins, 1984.

GOODWIN, M. Concurrent operations on talk: notes on the interactive organization of assessments. *IPRA Papers in Pragmatics* v.1, n.1, 1987.

HALLIDAY, M.A.K. *An introduction to functional grammar*. 3^a ed. Revisada por C.M.I. Matthiessen. London: Edward Arnold, 2004.

HENGEVELD, Kees; MACKENZIE, Lachlan. *Functional Discourse Grammar*. In: BROWN, Keith (ed). *Encyclopedia of language and linguistics*. 2 ed. Oxford, Elsevier, 2006, p. 668-676.

_____. *Functional Discourse Grammar: A typologically-Based Theory of Language Structure*. Amsterdam, Oxford, 2008.

_____. Alinhamento Interpessoal, representacional e morfossintático na Gramática Discursivo-Funcional. *Revista D.E.L.T.A.*, 25:1, p. 181-208, 2009.

_____. *A gramática Discursivo-Funcional*. Trad: Dall'Aglio- Hattner. In: Edson Rosa de Souza (Org) *Funcionalismo Linguístico: Novas Tendências Teóricas*. São Paulo: Contexto, 2012.

KEIZER, M.E. The discourse function of close appositions. *Neophilologus* 89, 2005.

_____. Close appositions. In: C. de Groot and K. Hengeveld (eds), *Morphosyntactic expression in Functional Grammar*. *Functional Grammar Series 27*, Berlin: Mouton de Gruyter, 2005, p. 382-417.

LAGO, J. *A special type of nonrestrictive modification: the apposition*. Santiago Compostela: Verba, 1991.

LIMA, Rocha. *Gramática Normativa da língua portuguesa*. 20^a ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1979.

MATTHEWS, P.H. Juxtaposition. In: MATTHEWS, P.H. *Syntax*. New York: Cambridge University Press, p. 220-241, 1981.

MEYER, C. F. Apposition in English. In: *Journal of English Linguistics*, vol 20.1., 1987.

_____. Restrictive apposition: an indeterminate category. *Netherlands: English-Studies*, 70, 2, 1989, p. 147-166.

_____. *Apposition in contemporary english*. New York: Cambridge University Press, 1992.

MONDADA, L e DUBOIS, D. Construction des objets de discours e catégorization: une approche des processus de référenciation. *TRANEL (Travaux neuchâtelois de linguistique)*, n. 23, 1995.

MORAES, L.C.D. de. From convertation to grammar: the nature of apposition. Alfa. São Paulo, v.44, 2000.

NOGUEIRA, M. T. (1996). A aposição em língua portuguesa. Fortaleza, 1996. 100p. Dissertação (Mestrado em Lingüística e Língua Portuguesa) – Universidade Federal do Ceará.

NOGUEIRA, Márcia. A aposição não-restritiva em textos do português contemporâneo escrito no Brasil. Tese de Doutorado. Unesp/Araraquara.1999.

NEVES, M.H.M. *A coordenação interfrasal em português*. Araraquara, 1984a. Tese de livre-docência, ILCSE, UNESP.

NICHOLS, J. Functional Theories of Grammar. *In: Annual Review of Anthropology* v. 43, 1984, p. 97-117.

PERINI, M. Gramática descritiva do português. São Paulo: Ática, 1995

PEZATTI, E.G. A gramática Discursivo-Funcional e o contexto. In: Edson Rosa de Souza (Org) *Funcionalismo Linguístico: Novas Tendências Teóricas*. São Paulo: Contexto, 2012.

QUIRK, R. *et al.* A comprehensive grammar of the english language. London/New York: Longman, 1985.

RODRIGUEZ, C. F. De nuevo sobre la aposición. Sevilla: Verba, 16, p. 215-236, 1989.

SAUSSURE, F. de. Curso de linguística geral. São Paulo: Cultrix, 1995.

TABOADA, M. Relaciones sintácticas en el interior de la frase nominal: la aposición. *In: Verba*, 5, p. 315-340, 1978.

TAYLOR, J. R. Linguistic categorization – prototypes in Linguistic theory. New York: Oxford University Press, 1992.

WHITE, P. An introduction tour through appraisal theory. 2003. Disponível em: <[www.gramatics.com/appraisal/appraisal](http://www.gramatics.com/appraisal/appraisalGuide)Guide>

ANEXOS

Artigos de opinião produzidos pelos alunos finalistas da OLP*

Texto 1: Praça Portugal: um ícone histórico em ameaça

Aluno: G. S V. Gomes

O lugar onde vivo é uma metrópole moderna, de povo alegre e hospitaleiro. Lugar para se viver, ouvir, sentir, guardar na lembrança e nunca mais esquecer. Aqui na capital cearense tudo é pensado e voltado para o turismo, onde a calma e o agito dialogam em total harmonia. Agregadas a essas particularidades, existem as características arquitetônicas da cidade. Ao longo da história, elas se tornaram locais de encontro de várias gerações, construindo e preservando a cultura do povo fortalezense.

Um desses espaços, a Praça Portugal, localizada no coração do bairro Aldeota, é um diferencial em nossa cidade. Seu contorno circular é único e se destaca pelo tamanho e simetria. Situa-se no centro das duas maiores e mais movimentadas avenidas do bairro, Dom Luiz e Desembargador Moreira. No seu entorno existem muitas lojas comerciais que contribuem de forma significativa para a economia local. Construída em 1947, é formada pelo conjunto de cinco partes: uma área central e quatro ilhas laterais. A área central abriga um monumento denominado *Esfera armilar*, que representa um instrumento de navegação, símbolo da epopeia marítima portuguesa e da união entre os povos lusófonos. É componente importante da história de Fortaleza. No entanto, nos últimos meses, o espaço vive em meio a uma polêmica: a prefeitura anunciou um projeto que prevê a extinção desse ícone histórico, parte da memória de minha cidade.

Com justificativa de melhoria da mobilidade urbana, as autoridades apresentaram um novo modelo de cruzamento para o local, dividindo a praça em quatro partes. Porém, divisão maior está nas opiniões dos fortalezenses a respeito do assunto. O prefeito argumenta que a reestruturação do espaço promoverá uma melhoria da fluidez do tráfego dos meios de transporte. Evitando, dessa forma, os congestionamentos da região. Para ele, a demolição da praça foi preferível à construção de um túnel, em razão de custo e tempo de realização da obra.

Particularmente, acredito que a Praça Portugal não seja só um monumento histórico. Sua definição vai além desse conceito, compreende um conjunto de formas,

*Textos digitados dos originais, que se encontram disponíveis no sítio www.escrevendoofuturo.org.br.

espaços e lembranças que se construíram ao longo dos anos. Lugar de encontro de muitas gerações com ideologias opostas, mas que possuem o mesmo objetivo: se divertir. Conhecida por ser, todo ano, palco da mais alta e bela árvore de Natal da cidade, buscando sempre representar a identidade do povo fortalezense. A Praça Portugal representa o marco do desenvolvimento urbano de minha cidade. Ela é “um símbolo da capital cearense, dos vínculos estreitos que temos com Portugal, nossa referência urbana”, como bem relatou o colunista cearense Francisco Campelo.

É notório que nossa metrópole precisa de obras de mobilidade e intervenções urbanas, mas desde que respeitem o patrimônio histórico da cidade. Tenho a convicção de que a Praça Portugal deve ser preservada. É preciso ter a sensibilidade de levar em questão que um monumento público não pode ser extinto, pois a referência afetiva que toda uma população tem por ele não poderá ser preenchida, deixando um “vácuo” na memória da cidade. Ao contrário do que atual gestão municipal sugere, acho que uma boa maneira de melhorar o trânsito seria aprimorar seu entorno com descentralização do trânsito e semáforos sincronizados. Vale ressaltar que a população deve ser consultada para a execução de uma ação radical como essa, haja vista que a qualidade de vida das pessoas é diretamente afetada quando decisões são tomadas sem a reflexão e o encontro de um consenso coletivo. Portanto, a participação popular durante os projetos é primordial para o crescimento digno de um local. Ao destruir nosso patrimônio popular, estamos não somente perdendo qualidade de vida, mas também cidadania e senso de pertencimento aos locais e aos grupos comunitários.

O ideal seria que o apego afetivo contagiasse a todos e que tivesse força suficiente para anular de vez ideia de extinção da praça, um espaço charmoso que promove um diálogo entre o passado e o presente do lugar onde vivo.

Texto 2: Rodoanel: antagonista de um enredo contraditório

Aluna: J. N. P. Orphão

A cidade onde vivo agrega belezas naturais, um povo hospitaleiro e bem-humorado. Situado na região metropolitana da grande São Paulo, é um município plano, como um palco de teatro. Entretanto, nos últimos anos os moradores deste tablado protagonizaram o enredo de uma peça trágica repleta de contradições.

O motivo da catástrofe é a construção do trecho leste do Rodoanel Mário Covas, administrado pela concessionária SPMar e autorizado pelo governador Geraldo Alckmin. Desde 2012, os susanenses convivem com um antagonista que promove o descaso com a natureza e assombra com a desapropriação de moradores, descartados como marionetes quebradas. São 140 famílias! A execução desse projeto viário gera intermináveis questionamentos: o Rodoanel trará benefícios à maioria da população? É a melhor solução para o problema da mobilidade urbana?

A sociedade civil não acredita nos benefícios do Rodoanel. Para eles esse rolo compressor viário é um paliativo e está no sentido contrário do progresso sustentável e beneficia apenas uma parcela da sociedade. Contudo, representantes do governo levantam bandeiras e com veemência defendem o projeto.

“Suzano, Poá, o BAC, Arujá, Guarulhos, Ferraz vão ficar na melhor esquina do Brasil que é o Rodoanel, com as autopistas que chegam a São Paulo, com o aeroporto e com o porto. Isso vai atrair muito as empresas para gerar emprego e desenvolvimento”, afirmou o governador Geraldo Alckmin à TV Diário, filiada da rede Globo, em visita ao município.

Não se pode aceitar tamanho desrespeito sob nenhum argumento progressista. É fácil ser a favor quando não se é afetado pela situação, quando a casa pela qual se batalhou tanto para comprar ou construir não está na lista negra de uma obra que não passa apenas por cima de casas, mas por cima de sonhos e conquistas.

Acredito que a vida é o que há de mais importante no mundo: a fauna, a flora e os seres humanos devem ser aplaudidos e respeitados, por isso eu sou contra a forma com que o Rodoanel é executado e também refuto seus possíveis benefícios.

Em outra reportagem, ao Diário de Suzano, moradores do jardim Monte Cristo denunciaram a situação calamitosa que estavam vivendo. Em um dos depoimentos, a dona de casa Antônia Maria da Silva, moradora há trinta anos do bairro, afirmou que a SPMar ofereceu cerca de 40% a menos do que o valor real do seu imóvel, mesmo com a documentação toda regularizada. Ser indiferente ao desespero dessas pessoas é desumano.

Os dom-quixotes de Suzano até que tentaram lutar pelos seus direitos violados: fizeram protestos em frente ao fórum, consultaram advogados, foram à imprensa, denunciaram os silvestres e mananciais afetados. Todavia, as cortinas desse espetáculo estavam fechadas.

Concordo que a modalidade urbana precisa ser solucionada. Ressalto que não será com as construções de mais rodovias e viadutos que resolveremos o problema. Para tanto, é preciso rever a estruturação do transporte público e sua articulação com a habitação, revitalizar e reabitar os centros urbanos. Em vez de privilegiar o transporte individual, o governo deveria investir na criação de outras soluções, como o uso da bicicleta, aumentar as ciclovias, colocar à disposição ônibus e pontos que recebam bicicletas para viagens de longa distância. Assim, proporcionar à população escolhas mais saudáveis e ecologicamente corretas.

Outra solução seria reaproveitar ferrovias abandonadas e investir no ferroanel. Essa ação contribuiria para acelerar e minimizar os custos com os transportes de carga e economizar com pedágios, combustível, tráfego e manutenção dos veículos, sem poluir o ar. Atitudes como essas resolveriam o problema de mobilidade sem destruir os cenários naturais e usurpar os sonhos das personagens que vivem nas extremidades do Rodoanel.

Os responsáveis pela obra devem mudar sua postura. Trata-se de uma questão ética: reavaliar os valores dos imóveis, ressarcir com urgência essa população que perdeu sua dignidade, sua identidade, sua história. E, claro, pedir mais um perdão à natureza!

Texto 3: Gêmeos: milagre, manipulação ou genética?

Aluna: D. Wappler

O lugar onde eu moro é um município que conta com sete mil habitantes e está localizado noroeste do estado do Rio Grande do Sul. Cândido Godói é uma cidade conhecida como a capital mundial dos gêmeos, o que gerou várias polêmicas, reportagens e estudos. O fenômeno de nascimentos de gêmeos. Diante disso, todo aquele que tomasse daquela água, no caso milagrosa, teria a dádiva de gerar gêmeos.

Por causa desse fato, o município ganhou atenção do mundo inteiro. E a maioria buscava uma “explicação” para esse fenômeno. A primeira suposição é baseada numa lenda, gravada em um monumento na praça pública da cidade, que diz que um trabalhador desejava ter um filho e pediu fortemente em oração para Deus. As suas lágrimas de fervor se misturavam com a água da chuva naquele instante, que correu

para um rio dessa comunidade. Então, o trabalhador teve seu desejo realizado por Deus, tendo gerado um par de gêmeos. Diante disso, todo aquele que tomasse daquela água, no caso milagrosa, teria a dádiva de gerar gêmeos.

Entretanto, surgiu uma explicação científica. Associou-se a alta taxa de nascimentos de gêmeos com supostas experiências conduzidas pelo médico alemão Hitler, Josef Mengele, que teria passado por Cândido Godói em 1963. Na maioria dos casos, as crianças nascem loiras e de olhos azuis, modelo considerado ideal por Hitler.

Creio que esse argumento não é suficientemente convincente. Com toda tecnologia existente hoje, não se consegue uma manipulação genética desse tipo; naquela época então as possibilidades seriam inexistentes. E muitas pessoas que viveram aqui antes e durante essa época nunca viram ou ouviram falar desse homem. Sendo uma cidade pequena, onde a maioria se conhece, algo teria sido comentado. Mas até hoje absolutamente nada.

Outra conjectura é que a maioria é descendente de alemães; então, as crianças tendem a nascer loiras de olhos claros, uma decorrência de suas origens e genética.

Enfim, depois de muitos comentários e opiniões, foi divulgado um estudo feito no município. Nem o médico nazista Josef Mengele, nem a suposta “água da fertilidade” e nem a mão de Deus teriam participação importante no fenômeno.

A Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e um hospital de clínicas ligado ao Instituto Nacional de Genética Populacional declararam seus seguintes resultados: o fator preponderante é a presença significativa da forma “C” de um gene da família p53 nas mães de gêmeos do município, que teria sido trazido pelos primeiros imigrantes, quase todos alemães, à região. Esse gene oferece maior “proteção” à gravidez, o que favorece a gestação de gêmeos. Na Linha São Pedro, sendo pequena e com poucos moradores, o impacto foi grande: afinal, as famílias foram gerando seus descendentes e estes se envolveram com outras famílias na mesma localidade.

Também os fatores ambientais, como a boa qualidade da água, proporcionam gestações saudáveis para as mães. A pesquisa estudou 42 mães de gêmeos e 101 mães que tiveram gestação com um único filho. Creio que esse estudo avançado foi muito importante para melhorar a compreensão por parte de todos, até mesmo para formar minha opinião.

Porém, a mãe de um casal de gêmeos relatou que não tem nenhum gêmeo na família e foi só chegar à Linha São Pedro para trabalhar que em três meses ficou grávida

de gêmeos. Então, o mistério parece que continua. Alguns já têm ideia formada, outros não sabem o que pensar e outros ainda aguardam novas pesquisas.

Só espero que ninguém se deixe levar por ilusões. Cândido Godói, uma cidade muito tranquila de se viver e amada por todos os habitantes, carrega com muita honra a fama de ser a capital mundial dos gêmeos. E eu me sinto feliz por poder conhecer essa história. Portanto, ressalto a importância de lembrar que a genética e os fatores favoráveis são os únicos envolvidos neste lindo e interessante fenômeno.

Texto 4: Tombamento: preservando um passado sempre contemporâneo

Aluno: F. M. A. Ferreira

Itaúna é uma pacata cidade do centro-oeste de Minas Gerais, cuja origem data do começo do século XX. Desde então a cidade cresceu e ganhou importância, sem, no entanto, perder sua história, conservada através de edifícios e obras cujo estilo remonta à arte estética, e por meio de sua bela praça da matriz, com suas frondosas árvores centenárias. No entanto, o progresso se dá primeiramente pela preservação da história local, o que faz do tombamento um ato fundamental para o avanço almejado.

Determinadas obras fazem parte do cotidiano dos itaunenses, estando intimamente ligadas à sua história e à cultura da cidade. Penso que essas obras eternizam fatos que a cidade viveu e os preservam para as gerações futuras, concedendo a todos a chance de lembrar ou mesmo conhecer a bela história do lugar em que vivem.

Muitos dizem que o tombamento atrasa a economia e a urbanização e prejudica o dono do bem tombado. Porém, atualmente, o governo isenta diversos impostos do proprietário desses lugares e ele não se torna impedido de usufruir do bem conforme queira desde que o preserve. Além disso, o tombamento não é empecilho à economia e urbanização, mas aliado destas. Um bom exemplo é visto na Europa e na Índia, onde velhas residências se transformaram em hotéis de alta lucratividade, permitindo o avanço econômico.

Alguns artefatos tombados estão intimamente ligados à história de Itaúna e sua desvinculação já não é mais possível. A Praça da Matriz da cidade é um exemplo. Sendo local para diversos eventos e atuando como cartão-postal da cidade, a “pracinha” se tornou sua parte fundamental e o povo vincula sempre a cidade àquela praça e sua

bela Igreja Matriz, também construída com elementos neoclássicos, sendo local de religiosidade de muitos. Cabe ressaltar também o papel das árvores daquele local, que, já tombadas, constituem a beleza natural e retêm grande parte da poluição do centro da cidade.

Além de garantirem a singularidade de Itaúna perante outras cidades vizinhas, os artefatos tombados asseguram um aquecimento no setor de turismo, uma vez que diversas pessoas se interessam em conhecer tais locais que remontam a belezas do passado e estão intimamente conectadas ao presente.

Então, percebe-se que o tombamento histórico é algo inevitável uma cidade consciente que preserva suas raízes, assim como a urbanização também o é. A conciliação entre esses dois fatores, como já é feito em diversas cidades, é a melhor opção para o avanço delas. Simples ações, como tombamento de bens que realmente preservem a história e o maciço investimento governamental, para que se tornem também atrativos turísticos, além da sua correta utilização por parte da comunidade, permitirão que a memória de diversos itaunenses seja preservada e a cidade progrida em plenitude.

Texto 5: O oxente e o ok

Aluna: J. M. A. Correia

Com a chegada do complexo industrial e portuário do Pecém, a nossa cidade, São Gonçalo do Amarante, recebe de todo o Brasil e até do exterior. Cada um traz consigo a cultura, o jeito de ser e falar. A mistura de sotaques e o uso de termos “estranhos” já são bem visíveis. O problema é que os que chegam aqui acreditam que falamos errado e os moradores acham que o erro está no modo como os recém-chegados falam. Uma briga em que não há ganhadores, muito menos perdedores.

A língua falada não é estática, imóvel: ela é viva e bem dinâmica. A prova disso é que antes mesmo da colonização já havia variantes da fala do Brasil. Com a chegada dos portugueses, africanos e, posteriormente, outros povos, a variedade da nossa fala passou a ter dimensões nacionais. Por isso, eu penso que a polêmica sobre o certo e o errado acerca de como se deve falar aqui é uma discussão sem fundamento. O preconceito linguístico é um equívoco, e tão nocivo quanto os outros. Segundo Marcos Bagno, especialista no assunto, dizer que o brasileiro não sabe português é um dos

mitos que compõem o preconceito mais presente na cultura brasileira: o linguístico. Ele diz ainda que a confusão se faz entre a língua e a gramática normativa, que não é língua, mas apenas uma descrição parcial dela. E que, se o domínio da norma-padrão fosse realmente um instrumento de ascensão na sociedade, os professores de português ocupariam o topo da pirâmide social. Na minha opinião, a norma-padrão deve ser ensinada, é uma competência importante para a cidadania, mas não deve dividir as pessoas em dois grupos: os que sabem e os que não sabem falar direito. Julgar uma pessoa pela forma como ela fala é uma atitude insensata.

Estima-se que o número de habitantes da nossa cidade será triplicado em uma década. Isso já é motivo suficiente para que todos compreendam que haverá outras maneiras de dizer, sem que ninguém seja melhor ou pior. Quem chegar a um restaurante da cidade e pedir aipim vai comer uma deliciosa macaxeira, herança dos Anacés-primeiros habitantes de São Gonçalo do Amarante. As nossas cuias de guabiraba terão de conviver bem com as cuias de chimarrão. “Não troco o meu oxente pelo “ok” de ninguém”, disse o saudoso Ariano Suassuna, defendendo a sua fala regional. Mas ninguém precisa trocar nada. Ninguém precisa, nem deve abrir mão da sua variante linguística. Fazê-lo é hipocrisia, a fala é a história da nossa vida, do nosso tempo e do lugar onde vivemos.

O nosso município é um dos que mais crescem no Brasil, mas não queremos crescer apenas economicamente, não queremos ser um povo vazio de tolerância e de conhecimento no que diz respeito a esse misto de falantes, a essa riqueza imaterial. O nosso oxente é tão e maravilhoso quanto o “ok” de quem vier. Eu não vou deixar de ser eu mesma se alguém me chamar de menina ou guria. Além disso, quando se estigmatiza uma pessoa, prestigia-se outra, originando uma exclusão social.

Diante desse intenso movimento migratório que estamos vivendo, a decisão mais sábia é acatar todo “uai”, “oxente”, “tchê” e por que não o “ok”. Agora, somos todos são-gonçalenses, igualmente brasileiros.

Texto 6: A viagem só de ida

Aluna: B.Till

“O bom filho à casa torna”, certo? Baseada na realidade do município de Quevedos, é possível afirmar o contrário.

De alguns anos para cá tem-se notado certa anormalidade quando se trata da porcentagem de faixa etária jovem municipal. O que se vê é uma população escassa de jovens entre 19 e 29 anos e um contingente crescente de idosos. Esse é um fato que faz da realidade das cidades interioranas do Rio Grande do Sul, como aponta recente pesquisa do IBGE, que mostra que em 219 municípios rurais do interior do Estado tem havido evasão exponencial da juventude, causando o envelhecimento e estagnação da população.

O que venho abordar aqui é o porquê de isso estar ocorrendo. Por que os jovens de Quevedos não têm voltado a se estabelecer no município no período pós-ensino superior? A resposta para essas perguntas é só uma: uma perspectiva diferente de vida.

O senso comum denota que essa perspectiva diferenciada seria a econômica. Isso, em parte é verdade, pois os jovens de Quevedos têm uma dificuldade grandiosa de voltar a se estabelecer no município como profissionais. A cidade provê, em maior quantidade, a monocultura da soja como estilo de vida. Há outras áreas em que há potencialidade de emprego, saúde e educação; porém, levando em conta a demanda pelo número de habitantes, as possibilidades são praticamente nulas.

Mesmo que a perspectiva de economia melhor seja um argumento válido, nota-se que não é o maior motivo para esse abandono da juventude em relação ao município. A grande realidade é que somos apresentados a uma visão de metrópole, principalmente pela mídia, que a mostra como o estilo de vida e padrão mais desejável da sociedade. A vida frenética e desordenada, em que não se cai na rotina, é um atrativo extremo a um indivíduo que acaba de sair de uma cidade rural.

O que a juventude não tem levado em conta é que há benefícios diversos àqueles que têm a intenção de permanecer aqui. Seriam estes a baixíssima criminalidade, que faz com que a cidade seja daquelas na quais se pode “dormir de portas abertas”. Também é preciso lembrar que o custo de vida é deliberadamente menor que o de cidades com grande população, e os salários daqueles da vida agrícola, algumas vezes é até maior do que muitos empregos de base que geralmente compõem as opções mais disponíveis à maioria que se aventura em grandes metrópoles. E, além de tudo, claro, a nossa pacata cidadezinha também dispõe de menos criminalidade e mais contato com a natureza, mas isso pode não representar grande vantagem para muitos.

O que se pode ver é que esses jovens estão agindo como perfeitas mariposas, sendo atraídos para as luzes dos grandes holofotes e esquecendo que aqui, no lugar onde

suas personalidades e mentes foram formadas, a luz das estrelas é que brilha mais forte. É preciso lembra-los de qual dessas luzes ficará brilhando por mais tempo.

Texto 7: Represas: saciam ou afogam vidas?

Aluna: L. S. Sary

As represas, sejam para construção de usinas hidrelétricas, sejam como reservatórios para o consumo humano, encontram-se em elevado número na paisagem de nosso país graças à grande quantidade de rios desse extenso território. Infelizmente, um desses reservatórios poderá ser construído na bacia hidrográfica do rio Miringuava, em São José dos Pinhais, Paraná.

O projeto inicial dessa obra foi desenvolvido no Primeiro Plano Diretor de Curitiba, na década de 1960, e a partir de então, em decorrência da polêmica gerada, houve muitas modificações até a atual proposta: construir a represa com extensão de 30.000 hectares na Colônia Avencal. Essa área, na zona rural da cidade, foi desbravada pelas famílias polonesas, imigrantes que vieram para o Brasil a partir de 1878 devido ao incentivo do governo, trazendo a rica cultura e o modo de cultivar o solo, e com a convicção de que teriam terras e trabalho garantidos. As colônias foram crescendo através dos laços familiares, mantendo os costumes, a culinária e o amor pela terra. Mas, com a realização dessa obra, “mais de 57 famílias irão ser afetadas diretamente, tendo suas propriedades alagadas, além de 800 famílias que serão afetadas indiretamente, não podemos cultivar a terra”, conforme afirma Jaime Sary, membro da Associação dos Proprietários e Moradores da Bacia do Miringuava.

Estima-se que esse reservatório de água garantiria o abastecimento regular de São José dos Pinhais e Curitiba por quinze anos, mas causaria uma grande redução na produção de hortaliças e leite, pois a área rural da cidade é uma das maiores e mais importantes produtoras da região. Com a Área de Preservação Ambiental (APA) resultante da implementação do projeto, os agricultores não poderão aplicar as mesmas formas de cultivo hoje utilizadas e tampouco contarão como auxílio de programas de incentivo para que possam migrar para a agricultura orgânica. Então, como única saída, eles teriam que deixar suas terras e buscar novos lugares para viver. Porém, para agravar a situação, as indenizações oferecidas estão muito aquém do valor de mercado e,

consequentemente, não seria possível comprar uma propriedade equivalente na região. “O valor foi estipulado em 2008 e nós recebemos, se reajustes, em 2013”, declara a moradora afetada Clari Terezinha Klavilhuka. Portanto, além de perderem as terras, eles irão também perder a principal fonte de renda.

Outro fator de grande importância são as extensas áreas de vegetação que serão perdidas. A Mata Atlântica tem um significativo domínio na área de alagamento prevista. Como principal exemplo desse bioma, temos a *Araucaria angustifolia*, árvore símbolo do Paraná, que está na lista de espécies ameaçadas de extinção. De acordo com União Internacional para a Conservação da natureza, a árvore já perdeu 97% de sua área original, que cobria aproximadamente 200.000 quilômetros quadrados. Além de ser uma espécie sensível, no inverno ela produz semente, o pinhão, e este é um dos poucos alimentos para animais silvestres de várias espécies, como também complemento da renda de muitas famílias.

Também não se podem desconsiderar as consequências da alteração do fluxo natural de um curso de água. A transformação de qualquer rio para um meio lântico causa muitos impactos, como a perda do equilíbrio climático, mudanças na fauna, interrompendo a migração de peixes, ou até causando a morte deles e motivando o deslocamento de inúmeras espécies de animais terrestres.

Desse modo, a construção de uma represa não é o ideal para esse contexto, visto o número de danos causados ao meio ambiente e às pessoas. Uma forma alternativa de abastecimento poderia ser o uso das águas subterrâneas, que somam 22,4% de toda a água doce do planeta. Como o Brasil possui 70% da área do Aquífero Guarani, o maior manancial de água doce subterrânea do mundo, este poderia ser explorado de forma consciente para abastecer a população, como já é feito, por exemplo, na cidade de Ibiporã, Paraná. Afinal, precisamos aplicar a sustentabilidade, o que implica bem-estar social e ambiental, respeito ao ser humano e conservação da fauna e flora nativas.

Texto 8: Itaoca Offshore: progresso *versus* impacto ambiental

Aluna: L. B. Marvila

Moro em Itapemirim, um município localizado no sul do Estado do Espírito Santo, Há alguns anos, seus moradores tinham apenas como principal fonte de renda a

pesca e a usina de cana-de-açúcar, mas notícia da chegada da Itaoca Offshore (empresa que presta apoio logístico à exploração de petróleo e gás no Brasil) tem criado muitas controvérsias. Ela irá proporcionar benefícios, principalmente quanto à geração de empregos, e atrair novos investimentos; entretanto, muitos moradores se preocupam com as modificações das vias de acesso e os impactos ambientais que poderão ocorrer.

O município á sofre as consequências, pois quiosques próximos à obra já estão sendo destruídos, cabendo aos donos uma singela indenização. Mas a causa de grande preocupação são três nascentes localizadas justamente onde será construída uma das rodovias de apoio à área portuária da Gamboa. Todos os dias, moradores e turistas vão à fonte que é abastecida pelas nascentes a fim de encher galões de água para o consumo próprio. O morador Celino Bento, de 89 anos, afirmou que mora na região desde os 28 anos, viu sua geração bebendo dessa fonte e agora teme que tudo possa acabar. Os moradores esperam que seja feito um desvio para a construção do asfalto a fim de preservar as nascentes.

A pesca, não só da região como de todo o litoral capixaba, corre o risco de ser afetada por causa da dragagem durante a obra. No passado a empresa Samarco Mineradora fez uma grande dragagem no porto de Ubu e, mesmo com várias famílias de pescadores sendo indenizadas durante os meses que durou a obra, robalos e lagostas, que eram pescados com frequência em áreas próximas, simplesmente desapareceram. Os moradores não descartam que isso possa ocorrer com a chegada da Itaoca Offshore.

Por outro lado, serão investidos 450 milhões de reais no projeto, gerando 500 postos de trabalho durante a construção e 1.000 depois que entrar em funcionamento, trazendo assim uma nova fonte de renda e garantindo aos moradores qualificação de mão de obra. De acordo com Bruno Bendinelle, diretor da Itaoca Offshore, trata-se de uma região estratégica, próximo das duas maiores bacias petrolíferas do Brasil, responsáveis por mais de 95% das reservas provadas do país. Ele ainda afirma que até 2020 a produção de óleo e gás dobrará seu valor “A cidade está precisando de emprego. Fora a pesca, emprego aqui é ruim”, diz o pescador Ricardo Feiras.

Penso que, com a obra, a tendência será mudar toda a dinâmica e rotina dos moradores da região, por isso é necessário um estudo criterioso dos impactos na vida da população. Com a perda dos quiosques, muitos “quiosqueiros” irão reconstruir sua fonte de sustento depois da mudança da via. Em minha opinião, esse tempo poderia ser investido em qualificação, não apenas para os donos dos quiosques, mas para toda a

população. Afinal, com a chegada de uma empresa de grande porte, é necessário mão de obra qualificada, e, a meu ver, deve-se investir na própria população, sem a necessidade de contratação de trabalhadores de outros Estados.

Além disso, a saída viável para que não possam ocorrer os impactos ambientais consistirá na busca de novas alternativas de monitorar as áreas que serão afetadas, contratando equipes ou mesmo projetos que possam acompanhar principalmente a água, a fim de evitar que ela seja poluída, o que contribui para preservar também a vida marinha. Enfim, tenho plena convicção de que muitos benefícios serão trazidos para o Estado e de que, futuramente, nós, jovens, precisaremos de uma empresa desse porte para nos estabilizarmos financeiramente. Porém, é necessário que o progresso e o meio ambiente caminhem juntos, pois pensar em futuro é ter um olhar voltado para as questões ambientais; afinal, “se não for sustentável, não há futuro”. Agindo de forma consciente e preventiva, será possível que meio ambiente e progresso caminhem lado a lado rumo ao desenvolvimento do meu município, Estado e país.

Texto 9: Nem tão doce quanto parece

Aluna: J. F. Silva

A pacata cidade de Goianésia, situada no Vale do São Patrício, é carinhosamente chamada de “Princesinha do Vale”, por ser considerado um lugar jovem, bonito e organizado. O setor primário é o motor da economia, pois além da produção de leite, milho, sorgo e seringueira, destaca-se na atividade canavieira. A cana-de-açúcar é o nosso ouro verde e gera emprego e renda para a população. Entretanto, visando aumentar a produção, os empresários do setor sucroalcooleiro investem cada vez mais na mecanização. Essa é a causa de grandes transtornos para os goianesienses. O assunto é alvo de tensas polêmicas, pois os prós e os contras são muito polarizados.

Como consequência do processo inovador, as máquinas substituem as mãos calejadas dos trabalhadores braçais, tornando o doce da cana um amargo fel para as suas vidas. Acredito que isso não deve acontecer, uma vez que é a jornada desses labutadores, em meio aos quilométricos canaviais, que garantem o “doce açúcar” de cada dia.

A oferta de serviços para os “boias-frias” diminuiu consideravelmente, por isso aqueles que permanecem no emprego, geralmente com baixa ou sem nenhuma escolaridade, se sujeitam a qualquer condição de trabalho. Por pior que seja, não podem perder o pouco que ganham. É evidente a desvalorização destes profissionais, que ficam escondidos entre os “jussás” da cana.

Um rurícola que trabalha há mais de 26 anos em uma indústria local alega que seu salário, assim como o de seus colegas, caiu drasticamente nos últimos anos. Segundo ele, os trabalhadores com menos tempo de serviço são os primeiros da lista de demissão; já aqueles que estão na firma há longo período são pressionados a pedirem as contas. Essa é uma política que reduz os custos para a empresa, mas é simplesmente vergonhosa e lastimável.

Cabe ressaltar que o desemprego que se alastrou por Goianésia, em decorrência desse processo, gerou um surto de vendedores ambulantes, os mascates. Eles estão à mercê do trabalho informal; logo, se encontram desprotegidos e desamparados pela legislação trabalhista.

A mecanização é estimulada por lei, pois reduz as incinerações, uma vez que as máquinas fazem a colheita sem a necessidade de queimar os canaviais. Os donos das empresas utilizam-se desse artifício de sustentabilidade ambiental a fim de justificar a demissão dos boias-frias. E o sangue e suor dão derramados durante anos por esses guerreiros entre as canas não conta? É possível preservar o meio ambiente e ao mesmo tempo zelar pelo ofício desses colaboradores; portanto, uma desculpa como essa é ridícula.

Uma solução viável seria adaptá-lo para a colheita da cana “crua”, que, por ser mais difícil, requer melhor remuneração. De acordo com o meu professor de biologia, Victor Sá, essa modalidade de corte também é lucrativa para a empresa. Ele acrescenta que as queimadas só servem para aumentar o desempenho de cada trabalhador, serventia que se torna insignificante se comparada aos impactos gerados.

Outra questão levantada pelos donos das empresas é que o lucro gerado pela mão de obra dos boias-frias é bem menor que o proporcionado pela mecanização, pois, segundo dados da edição nº 88, da revista *Dinheiro rural*, uma máquina faz o trabalho de até 100 rurícolas. Concordo plenamente com eles, mas isso não é justificativa para demiti-los, já que necessitam desse árduo trabalho para sobreviverem. Quero que meu grito represente o choro desses batalhadores reprimidos pela opressão dos gerentes do

agronegócio. Portanto, lanço minha voz em prol dessa causa nobre, pois tenho sede de mudança.

O correto seria investir em projetos de capacitação profissional, para que os boias-frias possam ser admitidos em outros cargos e trabalhem em melhores condições. É importante priorizar o bem-estar do trabalhador-estudante, visto que as duas profissões acarretam um grande desgaste físico-mental.

Nesse âmbito, medidas como reduzir a jornada de trabalho, bonificação salarial, folgas em dias de avaliações, entre outras, seriam eficazes. Com essa ascensão profissional, tanto os rurícolas quanto os empresários tendem a ganhar. Sem demissões, sem prejuízos para as empresas e sem maiores ou tantos danos ao meio ambiente, todos nós poderemos saborear sem culpa a doçura desse açúcar que “alimenta” a economia de minha cidade.

Texto 10: Entre sabores e dissabores

Aluna: C. G. Conceição

Sou moradora da zona rural de Nazaré, município do Recôncavo Baiano, reconhecido por produzir uma inigualável farinha de mandioca, símbolo da tradição de nossa terra e responsável por conferir à cidade a alcunha de “Nazaré das Farinhas”. Entretanto, na contramão do indiscutível sabor encontra-se um problema que pode ameaçar o nosso produto de firmar-se como referência nacional: a falta de higienização das casas de farinha.

No ano de 2011, a Universidade Federal do Estado (UFBA), a fim de contribuir para a Iniciação Geográfica (IG) desse produto agrícola, iniciou na região, juntamente com alguns parceiros, um projeto do qual eu fiz parte como de Iniciação Tecnológica (IT), tendo a função de colaborar para o mapeamento de informações acerca do processo de produção da farinha.

À medida que as pesquisas avançavam, foi possível constatar a negligência com a higiene durante a fabricação do produto, em decorrência de fatores como: a estrutura das casas de farinha não impede a circulação de animais durante a raspagem, moenda e torrefação da mandioca; no geral, as raízes não são lavadas; os trabalhadores não usam camisas, luvas, toucas ou máscaras, facilitando o contágio do produto com bactérias e

vírus; sem contar que, na maioria dos casos, os locais para o armazenamento após a torragem da farinha são inadequados.

Quando questionados a respeito dos problemas supracitados, os donos de casas de farinha alegaram não ter condições de melhorar esses aspectos diante da falta de recursos financeiros para as reformas necessárias e do excessivo calor, que dificulta sobremaneira o uso de vestimentas e acessórios apropriados.

Compreendo as dificuldades dos produtores; todavia, como atribuir o selo IG a um produto que está em desacordo com as orientações da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa)? E ainda: onde fica o zelo pela saúde do consumidor?

Segundo o nutricionista Ícaro Cazumbá (também membro da equipe de pesquisa), embora haja ressalvas no que se refere aos métodos de produção da farinha, essa não é a questão mais preocupante- em virtude de a alta temperatura do forno eliminar toda impureza-, mas a sua conservação até chegar à mesa do consumidor. Diante de tantos fatores negativos, preferi não arriscar e aboli a farinha do meu cardápio.

Que fique claro eu não estou fazendo nenhuma campanha contra a nossa farinha, apenas defendo o direito do consumidor à informação acerca do produto que irá comprar. Espero um dia voltar a me deliciar com a saborosa iguaria da minha terra; antes, porém, preciso sentir-me segura de que as condições mínimas de higiene estão sendo respeitadas.

Como cidadã nazarena e apaixonada por esta terra cultivo o desejo de que haja maiores iniciativas governamentais voltadas para as casas de farinha, valorizando os produtores e incentivando-os a buscar melhorias através de cursos, palestras, financiamentos ou empréstimos para reformas e compras de novos equipamentos; enfim, meios que possibilitem à nossa tradicional farinha, a joia do recôncavo, tornar-se ainda mais notável por sua qualidade excelência.

Texto 11: Eu voto “sim”

Aluna: T. A. Lourenço

Campinas é um de município de São Paulo de cerca 1.100.000 habitantes, de acordo com uma pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia (IBGE). A cidade foi

fundada Em 1774 e sua atividade econômica está no setor terciário e abriga também mais de 10.000 empresas de médio e grande portes, muitas das quais estão entre as 1.000 maiores e melhores do país segundo a revista *Exame*. Apesar de ser motivo de orgulho para os campineiros, nem todos estão plenamente satisfeitos com a cidade. Temos quatro distritos: Souza, Joaquim Egídio, Nova Aparecida e Barão Geraldo, neste último localiza-se a entrada do *campus* de uma das melhores universidades e hospitais do Brasil, Unicamp.

Entretanto, se o desejo de progredir prevalecer, não serão quatro distritos por muito tempo, pois os moradores de Campinas votarão em um plebiscito para decidir sobre a criação de dois novos. Campo Grande e Ouro Verde são os nomes das regiões que farão parte da pesquisa. Juntas, elas abrigam cerca de 400.000 habitantes, distribuídos em 230 bairros, e só de escolas são 82, com 27.000 alunos. Mas isso não quer dizer que a situação seja ótima. Pelo contrário, eles sofrem com problemas de falta de acesso a direitos básicos, como saúde e educação satisfatórias, e também deficiências sérias com o transporte e atendimento público. Os moradores acreditam que com a descentralização do poder municipal tempos melhores virão.

Enquanto os brasileiros estarão votando no dia 5 de outubro para presidente, governador, senador, deputado federal e estadual, os campineiros estarão também decidindo sobre a criação dos distritos. De acordo com as regras definidas pela Justiça Eleitoral, vereadores poderiam criar frentes favoráveis e contrárias sobre a questão, porém formou-se apenas uma frente única favorável.

Por que os vereadores que se opõem à ideia aceitaram essa frente única? Para mim, resposta é óbvia. Se eles se opusessem, estariam sujeitos a não receberem votos em uma próxima eleição; afinal, as duas regiões, devido ao número de eleitores, têm grande força política. Isso é muito negativo, pois a criação de uma frente contra traria à tona um debate em que os vereadores esclareceriam os pontos positivos e negativos da proposta, ajudando o eleitor a votar conscientemente.

“Nós somos 50% da população de Campinas e a distribuição de recursos, infelizmente, não acompanha essa proporção. O distrito seria um primeiro passo para começarmos a batalhar por melhorias nas duas regiões”, afirmou o vice-presidente do Conselho Regional de Associações de Moradores do Campo Grande, Issac Martins da Silva. Diante disso, acredito que a voz da população deve ser ouvida e atendida, pois se ele, sendo a voz da população que lá vive, acredita que com a criação terão melhorias,

por que não nós que estamos de fora não acreditamos também e votamos “sim”? Embora haja quem pense que isso pode gerar prejuízo para a cidade, pois, com a construção da subprefeitura, novos funcionários serão contratados, ou seja, mais dinheiro do povo será gasto com a infraestrutura necessária.

Sou plenamente a favor da criação dos distritos de Campo Grande e Ouro Verde. Acredito que, com a criação das subprefeituras, grande parte das necessidades serão atendidas e muitos problemas serão resolvidos com maior agilidade. Além do mais, bairros que hoje são tidos como perigosos e abandonados se tornarão, amanhã, exemplos de locais melhores para se viver. As pessoas que votarem a favor verão que foi o correto, porque é nossa obrigação saber a situação da cidade e ajudá-la com o que estiver ao nosso alcance para podermos evoluir. E essa é uma excelente oportunidade de mostrar que estamos caminhando para a evolução d lugar onde vivemos.

Texto 12: (Re) criar ou abandonar?

Aluna: A.A R. Luna

O grafiteiro Anderson Ferreira Lemes, mais conhecido como Alemão, grafitou a fachada da Estação Ferroviária de Assis. Algumas pessoas reclamaram e outras elogiaram a arte. A questão gerou muita polêmica e foi parar no Ministério Público, além de se tornar notícia na TV TEM (emissora regional, afiliada à rede Globo).

O artista acredita que seu trabalho poderá chamar a atenção das pessoas para algo que foi abandonado e perdido no tempo. O que é extremamente importante, pois ninguém olhava para o prédio com os olhos de pessoas encantadas e interessadas pela história da estação, há tanto tempo abandonada, com os mesmo olhos que a veem agora, com grafite.

Considerando um prédio significativo para Assis, Por ter feito parte do crescimento e da desenvolvimento da cidade, quando a vida cultural e econômica girava em torno da estação e da estrada de ferro, o espaço está se deteriorando cada vez mais.

Segundo Elisabeth Gelli, representante do conselho curador da Fundação Assiense de Cultura (FAC), “O Alemão tem uma gabarito para fazer uma obra como essa, é reconhecido mundialmente.” Suas obras já foram expostas no Museu do Louvre, em

Paris, além de participar de exposições na Alemanha e na Itália. Com isso, podemos perceber que não se trata de qualquer pichação, mas sim de uma obra de arte, feita com grafite.

Há ainda aqueles que se recusam a aceitar o grafite na estação. Além de não terem gostado das cores usadas, para eles a pintura descaracterizou o prédio. Para o arquiteto César Abreu, “o material aplicado foi passado por cima de uma superfície já deteriorada, tudo terá que ser novamente restaurado”. Isso, no entanto, tem solução: a arte foi feita exclusivamente para dar foco à estação. Quando a estrada de ferro foi privatizada, grande parte do patrimônio da antiga Ferrovia Paulista S.A. (Fepasa) ficou abandonada, assando a servir como beco, onde usuários de drogas se escondem.

Agora a arte colocou a estação em foco. Se o poder público tomar a iniciativa de fazer reforma e tomar o lugar, como deve ser feito, é só apagar o grafite e efetuar a restauração. Assim como o Alemão cita na entrevista à TV TEM, foi necessário o grafite no prédio para que as pessoas o percebessem, mesmo que isso tenha ocorrido por meio das críticas feitas à arte.

Portanto, tenho certeza de que o grafite na abandonada estação ferroviária, tão importante para o desenvolvimento da cidade de Assis, além de transformá-la em ponto de referência regional do Vale do Paranapanema, vai chamar a atenção para a sua importância histórica. A estação, que trouxe imigrantes italianos, libaneses e alemães para Assis e ajudou a elevar a localidade à condição de município, tornou-se uma grande obra de arte a céu aberto. Além de ter sido uma brilhante ideia para chamar a atenção das autoridades públicas, ganhamos um atrativo turístico para a cidade, assim como o Beco do Batman em São Paulo e tantos outros lugares grafitados pelo mundo.

Texto 13: Que rufem os tambores, não os tratores!

Aluno: C. I. H. Silva

Enquanto na antiga Grécia as praças eram lugares onde as grandes decisões eram tomadas- as famosas ágoras-, em Fortaleza é em gabinetes fechados que se decide o destino da Praça Portugal, cartão-postal de nossa cidade.

A substituição da praça por um cruzamento está previsto do Plano de Ações Imediatas de Transporte e Trânsito (Paitt), apresentado pela prefeitura de Fortaleza. Já

na primeira intervenção feita em nome do Paitt, mais de duzentas árvores os canteiros centrais das avenidas Dom Luiz e Santos Dumont foram removidas, sob o argumento de que a eliminação dos canteiros irá melhorar a fluidez do tráfego naquela região. A cidade, que já assistiu a alguns descasos relacionados à preservação do patrimônio histórico e cultural, entre eles a paulatina substituição dos casarões da Avenida Santos Dumont por modernos prédios comerciais, inquieta-se. Agora é a vez de a Praça deixar de existir. Na tentativa de impedir que isso aconteça, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) entrou com um pedido de tombamento da praça como patrimônio municipal, o qual foi prontamente negado pelo Conselho Municipal de Proteção ao Patrimônio Histórico e Cultural (Comphic), numa clara demonstração de contradição às suas principais funções: preservação e manutenção da cultura e da história da cidade. O projeto também é criticado pelo Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB). Contudo, as pessoas que veem a praça apenas como uma rotatória concordam que ela deixe de existir para dar lugar a um cruzamento. Modelos de rotatórias semelhantes à da Praça Portugal são facilmente encontrados em países do Primeiro Mundo. Podemos citar o Arco do Triunfo, em Paris, e a Praça de Tetuan, em Barcelona, o que torna inaceitável a tese de que a Praça Portugal é um impasse ao trânsito de Fortaleza.

Sabemos que enfrentar o trânsito em nossa cidade é um verdadeiro teste de paciência. Em horário de pico, fileiras de carros, motos e transportes coletivos se formam pelas principais ruas da cidade, e chegar ao destino desejado virou um desafio. Não acredito que sacrificar a praça seja a única forma de solucionar esse problema, mesmo porque a construção de túneis também foi cogitada e, certamente, evitaria toda essa polêmica. Para o ambientalista José Sales, não é a praça que influencia o trânsito, mas uma série de fatores, como a falta de fiscalização e os estacionamentos irregulares.

O juiz Manoel de Jesus da Silva Rosa concedeu liminar impedindo que a prefeitura inicie as intervenções na Praça Portugal; entretanto, o prefeito já anunciou o início das obras para a primeira quinzena de setembro. É preocupante perceber que ainda há grandes chances de esse projeto seguir adiante.

Demolir praças, derrubar árvores... será mesmo a solução? Assim como o pedestre deve vir antes do carro e o trânsito público antes do privado, os espaços públicos devem ir antes de obras de trânsito. Sou contra intervenções que atropelem memória de uma cidade em nome do moderno, do novo. Dessa forma, precisamos exigir uma ampla

discussão a respeito das ações que estão sendo implementadas na atual administração municipal.

Assim, pensar, discutir e debater o futuro da cidade é necessário. Não podemos permitir que gestores temporários, em nome da modalidade urbana e do “desenvolvimento”, apaguem a memória da cidade. Não podemos fechar os olhos ao que acontece ao nosso redor sob pena de, na calada da noite, sermos acordados pelo “rufar” dos tratores a derrubar a praça e de nos lembrar que, em um dia não muito distante, já amanhecemos sem as árvores. Que a sexagenária Praça Portugal possa permanecer no coração do bairro Aldeota, com sua simbologia, sua beleza, sua história.

Texto 14: Há lagoas?

Aluno: P. H. S.B Araújo

Jatiúca, Ponta Verde e Pajuçara formam uma trinca difícil de bater. Por consequência disso o maior patrimônio de nossa cidade a lagoa Mundaú (o nome certo é laguna já que a mesma tem ligação com o mar) é a cada dia mais vilipendiada pela população e governo maceioense que subestima seu potencial turístico e econômico. Como fomos deixar o lugar que, segundo estudo do Instituto do Meio Ambiente (IMA), já foi o hectare mais rico em proteína animal do planeta, mal conseguir sustentar famílias de pescadores que ainda dependem dela?

Após um estudo realizado pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL), pesquisadores chegaram à conclusão que no decorrer dos próximos cem anos, a Mundaú deixará de ser habitada por peixes moluscos e crustáceos e passará a abrigar pequenos répteis e espécies de aves, pois com o contínuo depósito de sedimentos em seu leito o corpo d'água se tornará um pântano. O principal causador da aceleração desse processo que é natural, é o homem. O desmatamento das matas ciliares da bacia hidrográfica do principal afluente (e que dá nome à laguna) - o rio Mundáu- é de total responsabilidade das cidades e fazendas ribeirinhas que põem abaixo essa barreira natural de sedimentos, e que ajuda também a conter enchentes como as do ano de 2010 que arrasaram toda essa região deixando milhares de desalojados e cerca de vinte e quatro mortos. Mesmo com o perigo constante de a tragédia se repetir, os moradores dos municípios ribeirinhos se recusam a sair alegando que não têm para onde ir sendo que o governo do Estado

disponibilizou milhares de casas que fizeram parte da reconstrução das cidades destruídas pela cheia.

Com cerca de vinte e sete quilômetros quadrados de extensão a laguna Mundaú banha vários municípios, inclusive o de Maceió onde nove bairros a margeiam. Cresci num desses bairros, o bairro histórico de Bebedouro. Desde pequeno sempre ouvi minha família falar na decadência da produção de peixes e principalmente de sururu, molusco extremamente vinculado á identidade do alagoano e que antigamente era retirado em abundância de suas águas. Tal molusco precisa de certo nível de salinidade da água para poder se desenvolver, porém, a água da laguna, que é naturalmente salobra, está ficando cada vez mais doce devido a obstrução de seus canais por causa do assoreamento, que impede assim a ligação dela com o mar. Além disso, existe outro fator para a diminuição da qualidade da água e conseqüentemente a queda na produção de peixes, crustáceos e moluscos, a poluição, tendo em vista que as cidades que margeiam tanto a lagoa quanto o rio Mundaú não estão 100% cobertas pela rede de coleta e tratamento de esgoto e uma quantidade considerável desses dejetos é despejada diretamente no próprio rio e conseqüentemente vão parar na laguna, agravando ainda mais a sua situação, que além disso, ainda recebe esgoto de Maceió e cidades vizinhas.

O Governo Estadual adota medidas de cunho emergencial. Entretanto, a dragagem feita nos canais não passa de uma medida de efeito temporário. Uma alternativa viável para sanar por completo esse problema, seria a constante dragagem de toda a lagoa em conjunto com a retirada dos ribeirinhos das áreas de várzea, para proporcionar o reflorestamento das matas ciliares do rio Mundaú. Infelizmente a falta de vontade política é o maior entrave para que isso aconteça tendo em vista que o nosso Estado é dominado política e economicamente por usineiros e fazendeiros, que seriam os principais maleficiados se o reflorestamento viesse a acontecer já que perderiam milhares de hectares de plantio da cana e pasto, para as novas matas.

Promover o reflorestamento e a conscientização da população e do governo quanto à poluição, é de suma importância para manutenção da vida desse complexo estuário que é um dos mais importantes do país, porém com o resultado das eleições apontando o filho de um representante da elite como o próximo governador do Estado, minha esperança de um dia ver a lagoa Mundaú que meus avós me falavam se esvai como as águas corriam para o mar.

Texto 15: Terra de fartura

Aluna: E. Facina

Estima-se que entre 1870 e 1920 em torno de 1,5 milhão de italianos emigraram para diversas cidades do Brasil. Cândido Mota, uma cidade interiorana do Estado de São Paulo, foi um dos destinos desses emigrantes, o que possibilitou o desenvolvimento da agricultura, tornou-se esteio da economia e a principal fonte de renda e empregos da região.

Desde então alguns temas que envolvem a agricultura, como o uso indiscriminado de agrotóxicos, preocupa não só ambientalistas, mas também agricultores. Alguns grupos de opositores manifestam suas ideias nos meios de comunicação, como, por exemplo, nas redes sociais e em *sites*.

Em uma dessas manifestações, durante uma entrevista publicada no *site* www.viomundo.com.br, a professora e pesquisadora Raquel Rigotto, do Departamento de Saúde Comunitária da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Ceará, contesta o modelo de desenvolvimento agrícola adotado pelo Brasil e diz que “o uso de agrotóxico não significa produção de alimentos, significa concentração de terra, contaminação do meio ambiente e do ser humano”, e prevê que para a população restará a “herança maldita” do agronegócio: doenças e terra degradada.

No entanto, nem todos concordam com esse pensamento. O que pensam os profissionais da área agrícola?

Meu pai, o agricultor José Carlos Facina, descendente dos imigrantes italianos, é contrário às ideias apresentadas anteriormente. Ele afirma que nos dias atuais uma produção agrícola em larga escala sem agrotóxicos é utópica e que a adoção do sistema de plantio direto e o desenvolvimento das sementes transgênicas foram um grande passo para diminuir o uso dos agrotóxicos, porém sem eles seria praticamente impossível as grandes produções, necessárias para alimentar a população mundial, que se encontra em processo de crescimento acelerado, já que os transgênicos não produzem tanto quanto as sementes convencionais. Conforme previsão dos cientistas, em 2050 essa população poderá atingir cerca de 9,6 bilhões de pessoas.

Mas como suprir a demanda alimentícia sem prejudicar os proprietários e a população?

Não se trata de um problema fácil de resolver, mas é indiscutível a necessidade de buscar alternativas a médio e longo prazo, pois não é possível que, com o avanço da tecnologia e das descobertas científicas, o homem ainda não sabe resolver a questão da fome de maneira sustentável e ecologicamente correta. Enquanto isso não ocorrer, sou adepta do uso controlado de fungicidas, inseticidas, herbicidas, entre outros defensivos. Por ser filha de agricultor, sei da importância dessa medida de proteção para os plantios, que geram sustento para a família desses trabalhadores e de muitos outros.

Como o ministro da Agricultura Neri Geller disse, “se banirmos os agrotóxicos, vamos, simplesmente, banir a agricultura”. Devemos, então, ter um cuidado redobrado com os defensivos agrícolas e não bani-los como uma maneira drástica de melhorar a vida humana, pois a agricultura sem eles seria como a medicina sem os medicamentos, ou seja, não seria possível acabar com as pragas e doenças existentes.

É preciso que haja bom senso de todos os envolvidos de todos nessa questão e que busquemos resolver os problemas que afligem a população, para que Cândido Mota continue sendo cantada como nos conhecidos versos da dupla sertaneja Jacó e Jacozinho, que não ficou indiferente diante da riqueza desta terra vermelha e fértil: “Terra de fartura, campeã do estado em agricultura”.

Texto 16: O progresso pelo progresso e a destruição da memória do povo

Aluno: G. I. F. Martins

Ficamos muito felizes, nos últimos anos, com os avanços que vêm ocorrendo em nossa cidade. No interior do Rio Grande do Norte, Pau dos Ferros cresce num ritmo gradual e progressivo, crescimento que toma forma nas obras espalhadas ao redor da cidade, que se apresentam onde antes não havia nada e em outras que estão sendo erguidas sobre construções públicas antigas. Contudo, é importante entender que esses locais mais antigos são fruto da construção histórica e cultural do nosso povo e, como tal, não devem ser esquecidos em prol do progresso utilitário.

De acordo com o art. 1º do decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, constitui patrimônio histórico nacional o conjunto de bens móveis e imóveis, cuja conservação seja de interesse público, devido ao seu valor histórico. Assim, só se configura como patrimônio aquilo que vale a pena ser preservado, ou seja, aquilo que é

tombado. Entretanto, acredito que praças e construções arquitetônicas que não foram reconhecidas através do tombamento são igualmente importantes para a preservação da memória, por serem locais de interação entre pessoas e produção histórica.

Recentemente, a famosa “praça do N”, que costumava abrigar casais enamorados, e onde “todo mundo tinha uma história”, foi derrubada para dar espaço à construção de uma nova, num modelo que existe em todos os bairros do município: praça com academia comunitária. É importante que existam locais assim para o povo; todavia, transformar uma construção antiga sem atentar-se para permanências de caráter memorial é negar tudo aquilo que já aconteceu lá, contribuindo para a criação de uma cidade sem identidade, sem símbolos da história do povo.

A historiadora Maria Estella Bresciani nos diz que “a cidade coloca o mundo na história e traz para o presente o legado das gerações mortas e de suas heranças imortais”. Isso significa que a cidade é um operador de memorização, porque, a partir do contato e da convivência entre as pessoas, criam-se laços e relações que se refletem na própria estrutura dela: suas construções públicas e privadas, seus bairros e suas áreas de socialização. Progressistas mais ferrenhos dizem que esses locais “obsoletos” devem ser substituídos por outros mais modernos e que a praça já havia se tornado um local perigoso de práticas ilícitas. Porém, nenhuma prática ilícita sobrevive a uma boa e certa política de segurança.

O que torna o problema ainda mais preocupante é que a “Praça do N” não foi a primeira vítima do progresso, e aparentemente não será a última. O antigo Ginásio de Esportes, palco de vários campeonatos poliesportivos durante muitos anos, foi demolido sem substituição, sob o pretexto de que estava condenado. Ora, se o ginásio estava condenado, seria pertinente a construção de outro, no mesmo lugar e com o mesmo nome. Também a igreja matriz da cidade estava com o forro condenado e ameaçava desabar, mas o trabalho dos engenheiros recuperou-a preservando sua arquitetura.

Temos como outro exemplo a antiga Praça da Matriz, construída em 1972, que servia como ponto de encontro da população e tinha um palanque com a inscrição “A praça é do povo como o céu é do condor”, de Castro Alves. Lá eram realizados comícios e discursos de sindicalistas, trabalho de um prefeito abertamente opositor ao regime militar e que foi destruído, cedendo espaço a uma nova, completamente diferente.

Piorando essa situação, surgiu um projeto que pretende reformar o antigo mercado Público, um dos pontos mais movimentados de Pau dos ferros no século passado, para transformá-lo num *shopping* popular sem respeitar características históricas, como a fachada arquitetônica do lugar. Essa construção beneficiaria, e muito, a nossa comunidade, mas deve ser feita pensando naqueles que ajudaram a construir nossa cidade e gerar todo esse progresso, perpetuando suas histórias.

Por fim, não sou antiprogressista; pelo contrário, acredito que é possível construirmos juntos um Pau dos Ferros bela, segura, cheia de histórias do povo e de sentimentos expressos em construções, monumentos e fachadas que lembrem nossas lutas e que nos falem sobre aqueles que nos antecederam; afinal, ainda citando Bresciani, “a cidade fala e solicita nossa afetividade.”

Texto 17: A polêmica das galinhas

Aluna: F. M. Cintra

O lugar onde eu vivo ultimamente ganhou destaque nacional ao proibir a criação de galinhas e outras espécies de aves no perímetro urbano da cidade.

A vigilância sanitária do município divulgou comunicado a todas as famílias de Muzambinho informando sobre a proibição legal da criação de galinhas em seus quintais, seja para vender, seja para consumo próprio, notícia que acabou causando certa rejeição e espanto aos moradores.

As famílias terão um prazo de 90 dias para retirar as aves dos quintais e levá-las para outro local que não seja dentro da zona urbana da cidade. O não cumprimento dessa lei por parte dos proprietários de aves lhes acarretará multas no valor de 120 reais.

O sr. Hélio Neto, chefe do setor de vigilância sanitária do município, esclareceu que a proibição não foi iniciativa desse órgão, mas ocorre em cumprimento à legislação. Além disso, diariamente eles recebem denúncias e cobranças a esse respeito. Segundo o profissional, mesmo diante do trabalho de orientação por parte da vigilância aos criadores de aves, a criação de galinhas gera situações complexas e indesejáveis.

O cheiro forte da ração é um fator de proliferação de moscas, risco à saúde dos proprietários dos animais e aos vizinhos.

Houve diante do fato opiniões diversas. Moradores se manifestaram de diferentes formas.

Alguns reclamaram da grande quantidade de cães soltos pelas ruas, situação que também gera outros problemas. Outros consideraram a proibição absurda. Uma moradora concordou com a necessidade de providência; porém, pensa que outras questões dentro do município merecem maior preocupação, como o esgoto a céu aberto na cidade, opinião com a qual concordo plenamente: com certeza, há assuntos realmente mais plausíveis e importantes a serem tratados com mais urgência.

Em depoimento ao jornal da cidade, um vereador do município manifestou entendimento de que a proibição não deve ser para todos. Entende que apenas os casos que geram problemas devem ser fiscalizados e cobrados pela vigilância sanitária. Esclareceu o prefeito que providências são necessárias mediante denúncia e cobranças a respeito disso.

Entendo que os criadores de galinhas de nossa cidade deveriam ser respeitados. Essa prática já faz parte da vida deles. É um costume de muitas cidades do interior do Brasil, um fator cultural de muitas pessoas de pequenas cidades.

Faço a leitura de que a vigilância sanitária e algum órgão competente deveriam orientar e fiscalizar esses criadores de galinhas quanto à saúde e manejo delas e higienização do local, uma vez que as galinhas, de certa forma, ajudam na limpeza dos quintais, combatem insetos e até mesmo escorpiões.

Assim sendo, a polêmica da proibição de galinhas em Muzambinho atravessou limites. Modificou o cenário da pacata cidade. A cidade ganhou manchetes em vários programas e jornais de televisão, como *Globo Rural*, *EPTV*, *Fantástico*, entre outros.

Texto 18: A pedra que não canta mais

Aluna: I.M.F. Silva

O pai de “Chicó” e “João Grilo”, o nordestino “cabra da peste”, Ariano Suassuna, sempre fez questão de alertar nosso povo para se orgulhar, preservar e propagar a riqueza da cultura popular brasileira. Porém, no lugar onde vivo, a cultura parece sucumbir ao descaso e ao abandono.

Itamaracá é uma pequena e encantadora ilha do litoral norte de Pernambuco. Os índios a chamaram de “pedra que canta” devido ao som produzido pelo encontro das águas do mar com as pedras. Foi a menina dos olhos do saudoso cantor Reginaldo Rossi e é o reino da pedra preciosa que canta ciranda, a rainha Lia. Embora sejam parte da cultura da ilha, Lia e as rodas de ciranda têm sido cada vez mais raras em festas da cidade. Esse fato tem gerado muitas divergências de opinião entre os nativos do lugar.

Os mais antigos não se cansam de contar histórias sobre os anos de ouro da ciranda e seus festivais que atraíam multidões para a praia de Itamaracá.

Segundo dona Maria, representante do grupo da terceira idade, a cultura de Lia faz parte do tesouro da ilha e não pode ser esquecida. Ela ainda conta que, nas raras apresentações da ciranda, sempre faz questão de colocar sua saia rodada e se entregar ao balanço e ao ritmo que a acompanha desde que nasceu.

Já a maioria da população jovem posiciona-se contra a presença da ciranda nas festas da cidade. O estudante Higor Silva argumenta que ritmos como o *rock*, o *brega* e o *funk* não dão espaço para que a dança cultivada por seus pais e avós conquiste sua geração. Para ele, a globalização e o avanço tecnológico abriram um leque de possibilidades para que outras preferências musicais despontassem. Com isso, o que se vê é um processo de aculturação, causando a perda da verdadeira essência ilhéu.

Segundo Maria Lúcia e Maria Helena no livro *Filosofando*, “cultura é o sentido de ser, pertencer a um determinado grupo, região. Mas a identidade cultural da ilha vem sendo dominada por outros ritmos musicais, especialmente por alguns bregas com linguagem pejorativa e sem a mínima coerência e, a meu ver, não colaboram em nada para a nossa história cultural. Porém, não podemos apenas culpar os jovens por esse assassinato cultural, pois parte de nossa própria administração municipal há muito tempo vem tratando esse assunto com descaso.

A própria Lia, em uma entrevista ao jornal Diário de Pernambuco, disse que é preciso buscar quem valoriza sua arte, pois, “se ficar na ilha, vai ficar a ver navios”.

Infelizmente, carregar o nome da ilha mundo afora não tem sido mais um motivo para a rainha cirandeira ser reconhecida. Há algum tempo as apresentações cirandeiras resistiam nas noites de sábado em um local humilde à beira-mar. Porém, a fragilidade da estrutura não suportou o último inverno e veio a desabar, colocando um fim melancólico e revoltante ao balanço de mãos e corpos guiados pela voz forte da rainha, sob a luz da lua e testemunhado pelo vai e vem das ondas do mar.

Assim, sou filha da ilha e dói-me ver a verdadeira pedra que canta e encanta sendo silenciada pelo desprezo. Meu maior medo, como diz a canção, é que “nossas raízes e matrizes morram por falta de irrigação”. A ciranda não tem prazo de validade nem indicação para determinada faixa etária. Defendo a ideia da implantação de projetos nas escolas para que, desde pequenos, os ilhéus cresçam com a semente da ciranda plantada em seus corações. Amo essa dança, que, para mim, é um verbo que conjugamos juntos, de mãos dadas, a cada passo marcado pelos tambores, e se emoldura como minha identidade cultural. É preciso aprender a valorizá-la para evitar que nossa rainha morra e seu legado seja esquecido pelas futuras gerações. Como diz o poeta Azuir Filho, no blog *Giramundo*, “a ciranda de Lia ajuda a libertar os humanos da pequenez e os leva à condição de igualdade e de irmandade para construírem em união e comunhão o entendimento e a felicidade das comunidades humanas”.

Texto 19: Visita íntima em motel: uma questão de dignidade!

Aluna: E. M. Pinheiro

O projeto de ampliação da Unidade Prisional Manoel Neri da Silva, de Cruzeiro do Sul, no Acre, trouxe como inovação a construção de um motel para uso exclusivo dos presidiários em dias de visita íntima. O conhecimento do fato pela população cruzeirense reacendeu a discussão sobre a regalia das visitas sexuais concedida aos detentos e ampliou ainda mais o debate: Não estaríamos dando muitos privilégios a quem merece apenas os rigores da lei?

Diante da questão, há os que se posicionam tanto contra a visita íntima quanto contra a construção do motel, pois dizem se tratar de mordomias excessivas para quem infringiu as leis e que, portanto, não deveria ter as mesmas vantagens de quando livres. Alegam ainda que os presidiários são mantidos com o dinheiro público e não poderiam se dar ao luxo de acrescer mais essa despesa ao bolso do contribuinte.

Para alguns profissionais da segurança pública local, a construção do motel prioriza uma regalia em detrimento de necessidades reais, a exemplo da construção do muro do complexo penitenciário, que traria mais segurança para a unidade. Consideram também que tais privilégios incentivam a criminalidade e que as prisões devam cumprir seu papel reeducador com rigidez de normas, sem benefícios, obrigando o preso tanto a almejar a liberdade quanto a se esforçar para obtê-la.

Por outro lado, Marquiones Santos de Moura, diretor do presídio, entende que a visita íntima deve mesmo existir, pois colabora consideravelmente para favorecer a reintegração social do interno e para manter a disciplina carcerária. Pensando assim, frisa que, se o Decreto Federal nº 6.049, de 27 de fevereiro de 2007, em seu parágrafo único, proíbe a visita íntima nas celas de convivência dos presos, a construção do motel se justifica.

É certo que a visita íntima não é um direito expressamente previsto em lei, mas já se tornou “cultura” nos presídios brasileiros. É até mesmo recomendada aos Departamentos Penitenciários Estaduais ou congêneres pelo Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciário, através da Resolução nº 1, de 30 de março de 1999.

Também o art. 95 do Decreto Federal nº 6.049, de 27 de fevereiro de 2007, praticamente a autorizou no âmbito federal, afirmando que a visita íntima tem por finalidade fortalecer as relações familiares do preso e será regulamentada pelo Ministério da Justiça.

Pessoalmente, entendo que a população em geral tem motivos para se indignar dos fatos, uma vez que, às nossas leis, já consideradas brandas, são adicionadas mordomias que tornam a cadeia não tão punitiva quanto se deseja.

Sei também que construir o muro da penitenciária é uma necessidade real, pois isso evitaria as fugas que não só colocam em risco a vida da população, mas também expõem os agentes de segurança aos injustos comentários de que são facilitadores delas.

Todavia, não podemos deixar que nossa indignação com o sistema em geral nos torne insensíveis para as questões que envolvem a dignidade da pessoa humana. Precisamos compreender que sexo é uma necessidade fisiológica, básica, instintiva, e colabora para o bem-estar do homem. Sua falta pode provocar frustrações, agressividade e até mesmo depressões. Seria justo e humano privar tanto os presidiários quanto suas parceiras de uma necessidade assim?

Além do mais, a construção do motel trará dignidade não só aos presidiários, mas, em especial, às suas esposas ou companheiras (que teoricamente nada têm a ver com os crimes de seus parceiros), pois elas não mais passarão pelo constrangimento de manter relações sexuais separadas dos demais detentos apenas por um lençol, conforme ocorre atualmente. É certo que passar por tal situação é decisão delas, mas uma decisão motivada pela situação, pelo desejo de manter os vínculos familiares e pelo amor que as prende a esses homens.

Penso que os presidiários devam pagar por seus crimes conforme prevê a lei, que devam ter a liberdade e certos privilégios cerceados, mas considero que privá-los da satisfação da necessidade sexual é, acima de tudo, cruel. E achar que essa necessidade deva ser satisfeita diante de todos é desumano. Sendo assim, que se construam motéis em todos os presídios do Brasil!

Texto 20: O aterro regional, a cidadania em xeque

Aluna: D. L.S.R

Com apenas 21 anos de existência e localizado no interior do Pará, Lidianópolis é o lugar onde vivo, onde desemprego, carência de infraestrutura, contínua taxa de redução demográfica... são apenas alguns dos variados problemas sociais, econômicos e estruturais que estão longe de serem solucionados. Entretanto, avizinha-se a discussão a respeito da implantação de um aterro sanitário privado regional, que, milagrosamente, traria avanços em diversos setores do município. A ideia parece muito boa, mas voltemos à concretude. Se o tratamento do lixo regional for privatizado, será que a autonomia municipal e os anseios da população serão respeitados? Analisar tal problemática é atividade a ser desenvolvida, pois as garantias de sucesso do projeto ainda são desconhecidas.

Um projeto promovido pela Associação dos Municípios do Vale do Ivaí (Amuvi) tem como princípio a escolha de uma cidade-sede onde será instalada uma empresa particular que recolherá, por cerca de 40 anos, todo o lixo dos 23 associados. Em razão de sua posição geográfica central, município de Lidianópolis foi citado como ponto estratégico de instalação. A administração municipal sinalizou a preferência com bons olhos, ensejando discussões entre a população sobre a referida possibilidade.

Por um lado, a veneração do prefeito e de alguns vereadores pelo projeto, pela geração dos cem empregos, demonstra os anseios por melhorias econômicas e sociais no município. Por outro, o aterro sanitário regional pode abalar as estruturas da economia de base (agricultura), cujo poder municipal não possui agência de fiscalização sobre esse setor, o que prejudica ainda mais a defesa da privatização do projeto. Além disso, a falta de acompanhamento do contrato com a empresa vencedora da licitação – responsável pela operação do aterro – poderá refletir de maneira significativa na vida dos lindianopolitanos.

Saliento que terceirizar a destinação do lixo regional é usar um mecanismo já existente em outros setores, como a privatização de parte das rodovias do Estado do Paraná. Naquele caso, alegou-se maior celeridade do serviço e menores ônus ao Estado. O usuário, portanto, pagaria uma pequena tarifa e utilizaria rodovias de qualidade. Mas o que tivemos? Tarifas exorbitantes, desprezo por inovações no trato com as rodovias e inexistente transparência sobre as ações das concessionárias. Não se alcançou o que foi buscado. Por que seria diferente no tratamento do lixo? Sustento que se determinado serviço estiver sob tutela da administração pública, tem-se a garantia de que o cidadão possui pleno controle e influência nas atividades desenvolvidas através do exercício da cidadania.

Consoante ao exposto, creio que não basta criar uma “metrópole do lixo” para solucionar a questão. Os municípios precisam cumprir suas funções, promovendo o progresso de forma consciente e sustentável. O poder local almeja melhorias com a geração dos 100 empregos, mas a empresa não os garante, podendo livremente buscar mão de obra em outras localidades. Clarifica-se que o poder público local deve permanecer diretamente responsável pelo destino do lixo produzido por seus cidadãos.

Portanto, nosso município não será beneficiado com a aprovação do projeto. Não há garantias legítimas de vantagens, cujos riscos de contaminação superam os benefícios econômicos. Concluo que privatizar a destinação do lixo é diminuir a participação do cidadão em uma matéria essencial como a questão sanitária, pois, na atual realidade brasileira, o pleno exercício da cidadania resta como, se não o único, o melhor mecanismo de controle das políticas públicas, não podendo ser violado.

Texto 21: Da segunda cidade mais violenta do mundo a lugar tranquilo para de viver

Aluno: D. J. O. Goes

Valparaíso de Goiás, considerada a Pérola do Entorno, é a cidade que escolhi para viver. Ela fica bem próxima à capital federal e vem se destacando como uma das cidades de maior crescimento populacional nos últimos anos.

Em matéria divulgada no dia 29 de maio de 2011 no *Fantástico*, da Rede Globo, minha cidade foi apresentada ao país inteiro como o segundo lugar mais violento e perigoso do mundo, perdendo apenas para Honduras. Essa estatística baseou-se no

número de mortos a cada 100 habitantes. Valparaíso de Goiás foi apresentada com possuidora de 76% de vítimas fatais em atentados violentos.

De fato, a cidade sofre com os problemas da violência crescente; porém, a repercussão dessa matéria causou muita polêmica em nossa região. De um lado, as pessoas que passaram a acreditar tanto no que foi veiculado que quiseram vender suas casas e ir embora da cidade e, de outro, as que reconhecem os problemas de segurança da nossa localidade, mas não concordam que Valparaíso mereça esse título tão cruel.

A reportagem apresentou dados estatísticos da violência de quatro cidades vizinhas: Novo Gama, Luziânia, Ocidental e Águas Lindas, e somou todos os dados colocando-os como ocorridos somente em Valparaíso de Goiás.

Houve um erro na hora do levantamento das informações por parte da equipe da reportagem, o que contribuiu para denegrir o nome da minha cidade de maneira totalmente injusta.

O lado positivo dessa divulgação foi o fato de ter dado visibilidade para Valparaíso, atraindo olhares críticos que buscavam soluções para esse problema. Recebemos o apoio da Força Nacional, do Estado de Goiás, que foi obrigado a investir em segurança, as pessoas passaram a reivindicar mais iluminação e outras melhorias que reduzissem ou amenizassem esse problema.

Com a adoção dessas medidas, muita coisa mudou. Hoje a cidade é praticamente outra. Ainda temos muitos fatores que representam risco para a população, causando insegurança e medo, como o tráfico de drogas, que ainda é intenso, mas o título de segunda cidade mais violenta do mundo nós nunca merecemos. Não é justo carregarmos esse legado estereotipado, que só nos prejudica.

Minha cidade é um lugar bastante agradável para viver. Cidade pequena, sem muitos luxos, mas com um povo alegre e aconchegante. Temos pracinhas, um lindo shopping, escolas boas, lojas renomadas e muito mais. Aqui pé um lugar onde as pessoas são felizes, apesar de todos os problemas que enfrentam.

Acredito que há males que vêm para o bem. Minha cidade foi apresentada de maneira negativa, mas esse fato abriu os olhos da população para a necessidade de desfazer essa imagem ruim, e isso vem sendo gradativamente. Agora é preciso que haja uma matéria do *Fantástico* falando sobre o erro de ter atribuído a violência de quatro municípios a uma só e mostrar o quanto minha cidade é maravilhosa e merece ser bem vista nacionalmente.

Investimentos na segurança pública e na qualidade de vida da população são essenciais e nunca devem deixar de serem feitos pelas autoridades. Cabe ao povo cobrar melhor seus direitos e buscar soluções coletivamente para a resolução dos problemas.

O fato é que a Pérola do Entorno precisa brilhar e irradiar sua beleza a todos os que a visitarem. Que nunca mais sofra o constrangimento de ser taxada com uma característica negativa e que represente sempre alegria a todos os que têm o prazer de morar neste paraíso.

Texto 22: Macacos me mordam, nossa riqueza está em risco!

Aluno: J.V.B.Oliveira

Vivo em uma cidade do norte de Minas Gerais, cujo nome é o mesmo de uma planta do sertão: Janaúba. Situada em uma região do Semiárido, que contradiz o desenvolvimento e a prosperidade devido à falta de investimentos e recursos, Janaúba tem um diferencial: a principal fonte de renda não sai das indústrias ou de importantes fábricas, como nas grandes metrópoles. A riqueza da minha cidade sai da terra e do homem do campo que acorda cedo para trabalhar nas plantações de banana, fazendo dela uma das principais produtoras da fruta no Brasil, responsável por mais de 58.000 toneladas (Secretaria do Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa).

A banana se tornou ouro, riqueza e trabalho para praticamente toda a população que vive em Janaúba. Seu plantio gera mais de 60.000 postos de trabalho, no norte de Minas, de acordo com a Associação Central dos Fruticultores do Norte de Minas (Abanorte).

No entanto, os rumos dessa prosperidade podem estar com os dias contados. No início do ano de 2014 o governo brasileiro anunciou a abertura do mercado de importação de bananas, vindas do Equador, com a justificativa de ter cumprido os requisitos fitossanitários exigidos pela Organização Mundial de Comércio (OMC). Contudo, a produção do Equador é muito diferente da do Brasil. “No Equador, a incidência de pragas é tão forte que semanalmente se faz aplicação de agrotóxico”, diz Pierre Vilela, coordenador da Assessoria Técnica da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais. Comparando o uso de agrotóxico nos dois países, a proporção brasileira é de aplicações de oito vezes no ano; no Equador, mais de sessenta vezes, o que representa danos para a saúde dos consumidores de todo o mundo.

Sem contar com os riscos de proliferação de pragas que podem contaminar as plantações, isso porque no Equador o número de fungos, pragas e bactérias é maior do que o encontrado em nossas terras. Um grande exemplo disso é a proliferação da praga “sigatoka negra”, que geraria intervenção direta na capacidade produtiva dos bananais de Janaúba, minguando a sua produção.

Outro fator é que o preço da banana equatoriana é menor, o que viria interferir na economia local, gerando baixa venda do produto janaubense e desemprego na cidade e região.

Muitas pessoas defendem a entrada do produto equatoriano no país. Dizem que um novo concorrente de peso como o Equador poderá fazer ressurgir um mercado que está estagnado, monopolizado, impulsionando novos investimentos.

Como janubense, me preocupo com a situação socioeconômica da minha cidade e acredito que nem sempre a concorrência leva a investimentos, pois se nossa produção não tivesse êxito não seria considerada como umas das melhores bananas do mundo. Na verdade, não há necessidade de importar, de acordo com Dirceu Colares, presidente da Confederação Nacional dos Bananicultores (Conaban): “Somos autossuficientes na produção da banana. Para se ter ideia, a banana é a única fruta produzida em todos os Estados do país. Não precisamos importá-la. Ao contrário, exportamos 5% da produção”. Importar banana do Equador é o mesmo que a Suíça importar chocolate de outro país, ou seja, um verdadeiro erro.

O que deve ser feito é abolir a importação de banana e buscar produções menos competitivas e com menos riscos para o mercado interno brasileiro. Vários manifestos e audiências públicas com a presença de políticos e membros importantes do setor foram feitos em Janaúba e em todo o país. Com isso, foi criado um grupo de trabalho através da Secretaria de Defesa Agropecuária, composto por especialistas ligados a órgãos da área agrícola do Brasil e do Estado de Minas Gerais, para discutir, analisar e opinar sobre a entrada do fruto oriundo do Equador. A boa notícia é que enquanto não forem concluídos os trabalhos previstos pelo grupo a importação de banana estará suspensa.

Mas não podemos nos intimidar enquanto não tivermos uma posição firme e favorável do governo em relação à importação de bananas do Equador, pois não é apenas a banana que “está em jogo”, mas sim a principal fonte de riqueza e de trabalho de onde eu vivo.

Texto 23: Lixo ou benefício? Acorda, Marituba!

Aluno: W. S. Freitas

Moro em Marituba, cidade localizada na região Metropolitana de Belém, às margens da Rodovia BR-316. Foi criada como uma pequena vila operária em virtude da implantação da Estrada de Ferro Belém- Bragança. Já o nome da cidade, de origem indígena, surgiu da junção dos vocábulos “Umari” e “Tuba”.

Foi elevada à categoria de município em setembro de 1994 e aqui estava a chance de Marituba deixar de ser uma pacata cidade, de grandes e belos igarapés, para rumar ao desenvolvimento. No entanto, hoje, com quase vinte anos de emancipada, a cidade, que antes era bela e bucólica, perdeu sua graça, para se tornar palco de crimes, violência, insegurança e políticos desonestos, que lutavam avidamente pelo poder. Além disso, não possui saneamento básico, nem políticas públicas para o adequado descarte e tratamento do lixo, e, como se não bastasse, há fortes indícios de que o velho lixão do Aurá, após seu fechamento, será transferido para cá.

Desde 2010, quando o ex-prefeito da cidade aceitou a construção de um aterro sanitário para a Região Metropolitana de Belém aqui em Marituba, essa discussão se arrasta; entretanto, em nenhum momento a população foi consultada para saber se queriam ou não a construção desse aterro na cidade; pelo contrário, foi surpreendida quando alguns poucos líderes de comunidade foram convidados, pela empresa contratada, Revita, a participarem de audiências públicas que discutiriam os impactos ambientais dessa construção na região.

Eu, como morador dessa cidade, sou totalmente contrário a isso. Penso que Marituba já possui problemas suficientes para poder receber mais um. Alguns poucos moradores que estão sabendo desse fato iludem-se em pensar que um empreendimento como esse trará benefícios para o município, como geração de emprego e melhorias para a cidade. É bom lembrar que de promessa a população está cheia!

Quem pensa que Marituba vai ganhar com esse empreendimento não leva em consideração os vários problemas ambientais que a cidade vem sofrendo desde a construção da Alça Viária, que assoreou vários rios e igarapés; não sabe que há fortes indícios de que o Lixão de Aurá tenha contaminado os lençóis freáticos do bairro do Pato Macho, e, agora, com esse projeto, que carece de informações importantíssimas, há o risco de piorar ainda mais essa situação.

Segundo o presidente da Comissão de Meio Ambiente da OAB-PA, José Carlos Lima, a área onde está prevista a construção do aterro é cheia de nascentes e córregos pertencentes à bacia do Uriboca, que a mata vizinha é alagadiça na maré alta, formando um sistema único de fauna e flora ainda preservados; além disso, o projeto não detalha como será feito o tratamento do chorume antes de ser despejado no igarapé que faz parte da bacia hidrográfica de Uriboca. Como se vê, o local escolhido é totalmente inadequado, e, além do que já foi exposto, ainda existe o prejuízo que essa construção trará para a flora e a fauna da região.

Outro fator que reforça minha posição é que, legalmente, nenhum aterro sanitário pode ser construído a menos de 20 quilômetros de um aeroporto, e, como poucos sabem, o local previsto para a construção situa-se em Área de Segurança Aeroportuária da base aérea da capital paraense, colocando em risco essa atividade pelo potencial do empreendimento em atrair aves.

Como se não bastasse tudo isso, o projeto carece de informações sobre o arranjo econômico: ninguém sabe ao certo se a construção desse aterro terá viabilidade econômica e mais, quem pagará a conta e quem lucrará? É importante a população entender quem realmente irá ganhar, quem está por trás de tudo isso e com que interesses. Com certeza não só porque ama Marituba!

Por isso, volto a afirmar: não queremos um lixão para contaminar nossas vidas, já vivemos em uma situação precária, com péssima qualidade de vida. De maneira nenhuma esse empreendimento vai ser bom para a cidade. Precisamos defender, antes de tudo, o meio ambiente e preservar nossas poucas riquezas naturais.

Marituba não quer mais lixo, quer qualidade de vida e sua dignidade de volta.

Texto 24: Progresso e meio ambiente. Como equilibrar essa equação?

Aluno: J. G. J. Madella

Hoje, boa parte das matas e florestas nativas de nosso país já foram devastadas, principalmente para a exploração de madeira e para dar lugar a plantações e pastagens. Em Coronel Martins, pequeno município do oeste catarinense, não foi diferente.

De acordo com dados da Secretaria Municipal da Agricultura, cerca de 90% da mata nativa do município foi devastada pelos colonizadores e grileiros de madeira entre as décadas de 1970 e 1990. Após esse período, por volta dos anos 2000, intensificou-se

significativamente o uso de maquinários agrícolas como tratores de esteira, retroescavadeiras e dragas, entre outros.

Com essas máquinas, também se ampliou muito o número de destoques, aterros, drenagens de banhados, cortes de morros e alterações do curso de sangas, de pequenos córregos e riachos. Tudo em nome do progresso. A prova de que ele ocorreu são os dados da economia nacional e local.

Ainda de acordo com dados da Secretaria de Agricultura local, a economia coronel-mar-tinenense depende quase totalmente da agricultura. Das propriedades agrícolas existentes neste município –aproximadamente 500 –, a maior fonte de renda dos agricultores é a bovinocultura, e em 350 delas a produção leiteira predomina, existindo também alguns poucos suinocultores e avicultores, além de produtores de grãos, cuja produção já foi mais significativa.

A devastação ocorrida no passado e que continua ocorrendo em nossos dias favoreceu muitos setores da economia, especialmente o agrícola, pois este conta agora com terrenos mais favoráveis para a plantação.

Porém, esse progresso acabou custando caro para o meio ambiente, e nesse município não foi diferente.

Das matas e florestas nativas pouco restou. As araucárias, por exemplo, não somente nesta região, mas em todos os locais onde eram encontradas, sofreram uma redução drástica e estão a poucos passos da extinção, pois um levantamento feito pela União Internacional para Conservação da Natureza (IUCN), em 2013, indica que a espécie já perdeu 97% de sua área original.

É indiscutível que o desmatamento é um problema enfrentado por praticamente todo o Brasil. Segundo IBGE, o país já perdeu cerca de 40% de toda a sua vegetação nativa, e isso corresponde à soma dos territórios das regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul brasileiras.

Precisaremos mudar a letra do Hino Nacional? Deixaremos que ele perca seu sentido? Queremos deixar de ter orgulho de cantar “Gigante pela própria natureza”, “Nossos bosques têm mais vida”?

Medidas mais drásticas e rígidas precisam ser tomadas para que os recursos naturais não sejam extintos e o caos, instaurado. É urgente se pensar a sustentabilidade e agir para que ela ocorra.

Sabemos que mudanças são necessárias, e que elas sejam no sentido de mudar o mundo, salvar nosso planeta. Cabe a cada um de nós fazer a nossa parte. Que tal começarmos pelo lugar onde vivemos?

Texto 25: O protagonista da destruição

Aluno: J. J. L. Silva

A Lei da Política Nacional de Resíduos, nº 12.305, sancionada em 2010, chegou ao prazo final no dia 2 de agosto de 2014 para que as prefeituras se adequassem, criando aterros sanitários em substituição aos lixões a céu aberto. Porém, ela não foi cumprida por pelo menos 65% dos municípios brasileiros, e também Surubim. O não cumprimento da lei levou deputados e senadores a provarem um artigo da Medida Provisória (MP) 651/14, que prorroga o prazo até 2018. Entretanto, tal prorrogação corre o risco de ser vetada pela presidente do Brasil. Governo federal e catadores de lixo defendem a aplicação da lei o mais rápido possível; municípios pedem tempo, além de apoio técnico e financeiro. É preciso que a população tome conhecimento desse debate e não deixe a responsabilidade apenas nas mãos do governo, mas busque fazer parte dessa luta que envolve a todos.

Criado há catorze anos em Surubim, a poucos quilômetros da cidade, no Sítio Casés, a situação do lixão é precária: aves aproveitam os restos que rejeitamos e, em meio a isso, pessoas em busca de sustento, exercendo a reciclagem, pois acreditam em uma mudança vindoura em que a relação homem-natureza se tornará saudável. Além disso, temos os altos prejuízos ambientais no solo por conta do chorume e as altas queimadas liberando a fumaça tóxica, prejudicando ainda mais o planeta, sem falar do lixo hospitalar descartado indevidamente, pondo em risco a saúde dos catadores e pessoas próximas. “Deveriam implantar um grande depósito em meio ao lixão com máquinas que trabalhem para selecionar o tipo de resíduo; isso facilitaria a coleta seletiva”, nas palavras de uma catadora do lixão. Mas, nesse cenário degradante, entre os amontoados, surge um sinal de vida: os girassóis. A grande flor amarela mostra que a vida pode renascer onde parece impossível.

A responsabilidade de exercer a mudança deve ser conjunta. Às vezes, chego a me questionar se isso será possível em um mundo dominado pelo capitalismo. Grande parte da população surubinense e das demais regiões que ali faz o depósito dos resíduos ainda ignora a realidade. Tal ignorância em relação à coleta seletiva vem construindo

um dos piores quadros já vistos. Nós colhemos o que plantamos. É uma pena que o principal grão que está sendo cultivado seja o lixo. Sei que não sou um especialista no caso, mas para ver como o lixo se torna uma arma destruidora não precisa de formação, basta observar a resposta dada pela natureza. Muitos não fazem caso de saber o destino do lixo, o que é feito dele, o que ele está causando etc. não adianta a população mundial focar nos bens de produção e consumo sem ter um lugar adequado para realizar reciclagem e logo após o aterro sanitário. Nós que produzimos lixo temos por obrigação eliminá-lo corretamente – pelo menos é o que está na lei. Segundo algumas pesquisas, anualmente, no mundo, é produzido 30 bilhões de toneladas de lixo. Onde se depositar tamanha quantidade? Segundo o professor paulista Maurício Waldman, que possui pós-doutorado em geografia, não temos muito para tanto lixo e, se nossos hábitos consumistas não forem mudados, ocorrerá um grande colapso mundial. O professor afirma ainda que cerca de um milhão de catadores recicla 13% do lixo produzido no Brasil e mesmo assim existem pessoas que os discriminam. Observamos no dia a dia que a produção de bens está demasiadamente absurda. “Possuir” se tornou a meta de toda massa mundial. Em vez de serem providenciados aterros sanitários para que o lixo tenha o seu devido fim, vejo a cada dia o quadro sendo revestido, fazendo com que a natureza tenha os seus dias contados. Até quando o meio ambiente suportará a irresponsabilidade dos que convivem e agem de qualquer maneira sobre ele?

É preciso pôr em prática o que já é lei, saindo da posição de acomodamento e parar de culpar uns aos outros. Não apenas Surubim precisa de consciência populacional como também os demais municípios afetados com tal problemática. É dever de cada um exercer a cidadania e estar ciente dos deveres no meio social. A vida nunca deixará de lutar pela sobrevivência. E você, o que está fazendo para que a vida vença e recupere o lugar que lhe foi tomado?

Texto 26: O jardim da rua 16

Aluno: L.E.L. Aguiar

A jornada de trabalho inicia-se cedo, geralmente às 6 da manhã; porém, é nas madrugadas que elas atuam. Todos os dias, vagueiam em meio a guetos e ruas em busca de sustento para filhos, irmãos, pais. Vagueiam sem direção certa, sem nenhum destino em especial que não seja sobreviver. Esta é a sobrevivência de centenas de mulheres que se

arriscam ao trabalhar no ramo da prostituição, na conhecida Rua 16 de Setembro, centro do município de Arapiraca.

Esse ofício perdura desde os tempos antigos. Não é à toa que recebe a alcunha de “a profissão mais antiga do mundo”. Há relatos de prostituição que remontam ao Egito antigo, onde era considerada sagrada devido à forte ligação entre espiritualidade e sexualidade. No entanto, o melhor sentimento que a maior parte das pessoas pode conhecer hoje nas “mulheres da vida” é pena.

Bem, a ocupação é legalizada no país? Aqui em Arapiraca não há uma só pessoa informada que não tenha noção da existência das chamadas “profissionais do sexo”. Há pouco tempo, uma prostituta não possuía direito a férias, salário mínimo, nem a tão sonhada aposentadoria. Infelizmente, essa realidade não atinge todas as cidades do país.

É assim que vivem essas rosas da Rua 16. Pela localização central, é de fácil acesso à maior parte dos moradores. Entretanto, a maioria evita o local. Por quê? Fiz essa pergunta à minha avó quando garoto, à qual ela apenas me respondeu: “É onde vivem bandidas”. Essa crença preconcebida pela maior parte da população parte do pressuposto de que toda prostituta é marginal, como se seu modo de vida fosse um crime capital.

Inúmeros moradores reclamam da proximidade de suas residências com o local, que também margeia uma avenida em que se situa três das principais escolas de Arapiraca. Pedem que alguma coisa seja feita, que elas sejam removidas, e de preferência (de acordo com alguns) para a prisão. Mas qual o motivo de tanta desaprovação popular? Os mais conservadores argumentam que, devido ao respeito “à moral e os bons costumes”, é impensável uma regulamentação. Se você, caro leitor, segue essa linha de pensamento, queira me desculpar, mas sustento que deveria parar de se preocupar com a vida alheia. O corpo, antes de tudo, é particular, privado, e, como uma posse, seu proprietário(a) deve ter o direito de fazer com ele o que bem entender e de fazer isso de maneira segura, garantida pelo Estado. Afinal, somos todos cidadãos, não? Não somos nós os filhos e filhas da pátria que deveriam ter segurança e liberdade, ambas garantidas pela Carta Magna? A desregulamentação do ofício apenas garante que seus aspectos corram riscos e perigos desnecessários, como assaltos e agressões, que, em sua maioria, passam impunes. Uma regularização garantiria direitos básicos a essas mulheres.

Não pense, no entanto, que essa questão não é já debatida no Congresso Nacional. Jean Wyllys, deputado federal por Rio de Janeiro, já propôs o Projeto de Lei nº 4.211/2012, referente a esse quesito. O PL Gabriela Leite, como é conhecido, busca regulamentação e legalização das casas de prostituição (ainda vistas como ilegais perante a lei, em contraposição à prostituição individual, regulamentada, apesar da desmoralização). Essa lei limitaria o ganho dos chamados cafetões (“chefes” das prostitutas), garantindo, assim, um ganho regular e consequente independência das profissionais.

Penso que uma regulamentação é necessária, não para elevar os índices de prostituição, mas para diminuir o número de vítimas que cresce dia após dia devido à falta de proteção de que as prostitutas da Rua 16, por exemplo, dispõem. Além disso, uma regularização poria fim às condições de vida precária do lugar, de forma que muitos moradores pudessem lucrar com a organização que viria a ser conquistada.

Quem sabe um dia as mulheres da vida possam se despir de vergonha e pesar. Quem sabe um dia as rosas da Rua 16 possam ser acolhidas sem medo dos espinhos. Quem sabe um dia haja a dignificação de algo que já é digno por natureza: o ser humano.

Texto 27: Mossoró: cenário da bala, palco da violência

Aluno: L. S. Costa

O espetáculo *Chuva de bala no país de Mossoró* representa de forma teatral a violência imposta pelo bando de Lampião à cidade de Mossoró. Esse cenário “fictício” tornou-se uma realidade que tira o sossego dos habitantes da “Terra da Resistência”, pois a violência presente em nossa cidade nos faz recordar o tempo em que o cangaço aterrorizava estas bandas.

Na análise do contexto histórico da resistência de Mossoró ao bando de Lampião, foi a relevante participação dos cidadãos mossoroenses, que reagiram à investida dos cangaceiros, lutando na defesa do município, conseguindo expulsar na marra o temido Lampião. Observo, pois, que o tempo passou, mas a violência continua atuante no palco da cidade. A população se sente acuada, com medo de enfrentar a realidade com a qual convive.

O Mapa da Violência 2013, elaborado pelo Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos, apontou Mossoró como a segunda cidade mais violenta do Estado do Rio Grande do Norte. Os casos de atrocidades relacionados à violência são temas frequentes nos meios de comunicação local. Os cidadãos se sentem inseguros em virtude da ocorrência de assaltos, balas perdidas, ou até mesmo pelo alto índice de mortes que são registradas pelos órgãos de segurança pública e pela mídia.

Nesse contexto, direitos básicos do cidadão como o de ir e vir, assegurados pela Constituição Federal de 1988, estão sendo violados. Andar nas ruas, sentar nas calçadas ou em espaços públicos, carregar consigo objetos de valor, estacionar veículos em ruas pouco movimentadas são atividades cotidianas que estão se tornando um desafio para nós, mossoroenses, que outrora vivíamos outra realidade num ambiente de tranquilidade.

A sensação que se evidencia nos dias atuais é de total insegurança e atinge as pessoas independentemente de classe social. Enquanto essa situação não é amenizada, a população vem se protegendo como pode, num verdadeiro cárcere privado.

Segundo Ivenio Hermes, consultor de segurança da OAB-RN Mossoró e especialista em políticas e gestão em segurança pública do Rio Grande do Norte, a violência está associada diretamente ao crescimento urbano desordenado. Ele ressalta que há uma deficiência do sistema de segurança pública. Para o especialista, a solução seria maior investimento na infraestrutura da segurança pública, que acompanhe o crescimento urbano. Em minha opinião, medidas dessa natureza são determinantes para a solução do problema, pois, prestação de serviços eficientes na manutenção da ordem social garante segurança de qualidade e resolve o problema da população, que clama pelo fim da violência.

É possível dar um basta em tudo isso investindo em políticas sérias, com soluções a curto e a longos prazos. No primeiro caso, seria necessário maior investimento do poder público na liberação de verbas suficientes para área da segurança pública. A longo prazo, sugiro a efetivação de ações sociopolíticas para o enfrentamento da violência e das drogas, a exemplo do programa “Crack, é possível vencer” do governo federal, criado com o objetivo de prevenir o uso de drogas no país, e maior integração entre Estado e sociedade, maiores investimentos em setores básicos de suma importância para o desenvolvimento humano, como no sistema educacional, na área da cultura, no esporte, no lazer, entre outros.

A nossa cidade é conhecida como “Terra da Resistência” por conseguir expulsar, sem a ajuda das forças militares, o rei do cangaço e seu bando numa vitória histórica. Nesse sentido, é importante questionar: onde está o espírito de resistência de nossos “heróis do passado”? Está guardado apenas nas lembranças revividas nos eventos alusivos a esse feito histórico?

Portanto, cabe a nós, mossoroenses, reacendermos a chama da bravura e irmos à luta, participando ativamente de mobilizações sociais, exigindo dos governantes o compromisso para solucionar o problema da violência que aterroriza não apenas o nosso município, mas todo o país.

Texto 28: As janelas espiam e as bocas se calam

Aluna: G.O.Silva

Os cidadãos inhumanos foram abalados recentemente pelo que aconteceu com uma certa moça de cabelos vermelhos. Tyciara Ferreira sofreu agressão verbal por causa de sua opção sexual e foi espancada por aquele que usa farda e coturno. Esse episódio nos lembra que algumas pessoas ainda pensam que é preciso reprimir a expressão homossexual, mas é urgente mudar esse discurso ou estaremos reproduzindo o que Hitler fez durante muitos anos.

Tudo começou após um dos jogos do Brasil na Copa do Mundo de 2014. Várias pessoas entraram no estabelecimento e começaram uma briga. O policial chegou ao local cuspidando ofensas à dona e à sua companheira. Além da agressão verbal, Tyciara sofreu agressão física, sem motivos, e seu bar foi fechado. Assim, abalada, ela postou em uma rede social toda a sua indignação: “Eu só posso concluir que nem que passe um bilhão de anos os homossexuais pararão de ser perseguidos”.

Não tenho nada contra a opção sexual de cada indivíduo. O policial precipitou-se, abusou de autoridade para agredir uma trabalhadora que não tinha se envolvido na briga. E os participantes da confusão? Esses não sofreram nenhuma punição. Será que um dia essa cidade interiorana, à margem da Estrada Real, poderá seguir o modelo alemão (da Alemanha atual) de tolerar a homossexualidade, ensinando respeito às crianças desde cedo? Ou será que “os campos de concentração”, que já foram de Hitler, hoje estão debaixo de nossos olhos inhumanos?

“A minha formação cristã me ensina que o ato homossexual é errado, que é pecado”, disse o deputado e pastor Marco Feliciano. Eu sei que existem homossexuais que assumem sua posição de forma destemida. Todavia, vejo que são declarações com a de Feliciano que dão impulso e justificativa para a crescente onda de agressões físicas, que podem até mesmo levar à morte. Vejo também que aqui, assim como na Rússia, onde os homossexuais têm a falsa liberdade, pessoas como Tyciara são isoladas socialmente e podem chegar a ser castigadas. Inhumas parece espelhar-se naquele contexto, pois o bar que foi fechado era frequentado quase que exclusivamente pelo grupo GLS. Não parece segregação?

As autoridades deveriam repensar o fechamento do estabelecimento, lembrando que uma homossexual também tem família, contas a pagar e muitos projetos de trabalho que foram interrompidos, já que a moça, segundo sua afirmação no desabafo que fez na rede, investiu 13.000 reais no local e acreditou que teria retorno desse dinheiro com os lucros que seriam obtidos.

Para agravar ainda mais a situação, ainda em Inhumas, um jovem de 18 anos, João Antônio Donati, que era homossexual, foi assassinado brutalmente e seu corpo foi encontrado em um terreno baldio com diversos hematomas e a boca cheia de papéis. Isso não nos lembra a música *Cálice*, de Chico Buarque? Talvez, milhares de pessoas que enfrentam uma realidade parecida com a de Tyciara Ferreira e de João Antônio Donati estejam bebendo do mesmo cálice “de vinho tinto de sangue”. A moça dos cabelos vermelhos, como diz a música, dormiu calada e acordou calada, no sofrimento do silêncio, enquanto Antônio João dormiu calado e nunca mais acordará.

Acredito que é necessário que desde a infância seja repassado que todo ser humano deve ser respeitado, para que, quando adulto, suas mãos não sejam erguidas, senão para ajudar o próximo. Entristece-me saber que Inhumas, mesmo longe, parece o modelo russo de ser. É que a Rússia, assim como outros lugares ainda intolerantes, situa-se no planeta Terra, e o planeta Terra também é o lugar onde eu vivo.

Texto 29: Agrotóxico: vilão ou solução?

Aluna: D. S. Martinelli

O Espírito Santo é conhecido por ter uma grande participação na produção agrícola do Brasil, e no lugar onde moro, Boa Esperança não é diferente. Ao longo dos

cinquenta anos de emancipação política completados este ano, a agricultura sempre foi e continua sendo a base da economia. As principais culturas produzidas são: banana, cacau, pimenta-do-reino, mandioca, mamão, coco, maracujá, milho, feijão e o café, sendo este o principal, movimentando cerca de 43% da economia.

Com o aumento das pragas e doenças, que estão cada vez mais resistentes a qualquer tipo de substância orgânica, a forma mais viável encontrada pelos agricultores para combatê-las é fazer a aplicação de inúmeros produtos químicos, que são conhecidos como agrotóxicos. Quanto à utilização de produtos químicos, a população está divergente: uma parte alega que o consumo de alimentos tratados com agrotóxicos pode trazer malefícios para a saúde e causar vários danos ao meio ambiente; já os produtores rurais afirmam que sem o uso desses produtos é quase impossível obter-se uma produção significativa nas suas lavouras, não gerando uma boa renda para eles, em sua maioria, são pequenos agricultores.

A Lei nº 7.802, de julho de 1989, que regulamenta o uso de agrotóxico, dispõe sobre o produto, a experimentação, produção, embalagem, rotulagem, armazenamento e comercialização. As orientações devem ser cumpridas para não provocar problemas ao meio ambiente e ao ser humano.

Existem entidades públicas responsáveis pela orientação ao agricultor, como Incaper, Secretaria Municipal da Agricultura e agrônomos autônomos que auxiliam o produtor rural a efetuar a aplicação dos agrotóxicos de forma adequada sem prejudicar o meio ambiente e o homem, e dão dicas referentes ao descarte das embalagens através da logística reversa; orientam a dosagem correta a ser aplicada e informações que dizem respeito à utilização de equipamentos de proteção para que os produtos não atinjam diretamente o corpo.

De acordo com a revista *Mundo Moderno*, “se as normas de aplicação forem seguidas à risca, esses produtos, apesar de altamente venenosos, deixam na comida apenas resíduos químicos considerados ‘toxicologicamente aceitáveis’, ou seja, não são nocivos à saúde”, e podem ser eliminados na lavagem correta dos alimentos.

Segundo o engenheiro agrônomo Edson Mauro Perdonati, a utilização dos produtos de forma adequada pode trazer vários benefícios para os consumidores de alimentos tratados com agrotóxicos, como a variedade de alimentos com certificado de qualidade e preços mais acessíveis, e também para o produtor rural, como fácil manejo, aumento de produtividade e mão de obra facilitada.

Sou plenamente favorável ao uso dos agrotóxicos de forma correta, pelo simples fato de eles serem grandes aliados para a produção agrícola. É devido a eles que temos hoje uma vasta quantidade de frutas, verduras ou qualquer outro tipo de alimento. Apesar disso, não se ingere todos os dias de uma só vez produtos com grandes índices de agrotóxicos. Nos meus 16 anos de idade, vivendo em Boa Esperança, nunca vi um cidadão que teve ou tenha tido algum indício de câncer ou doenças graves causadas pelo consumo de resíduos de agrotóxicos (isso quando utilizado de forma correta). O perigo mesmo é para os produtores, que têm contato direto todos os dias, mas, tomando as precauções necessárias, o risco é mínimo.

Existem vários outros tipos de substâncias tóxicas que nocivas à saúde e a que o homem está exposto e consumindo em grandes quantidades, como cigarro, álcool e, nas grandes cidades, o alto índice de CO² encontrado na atmosfera.

Acredito que na maioria das vezes consideram-se os produtores rurais com os maiores culpados pelos problemas causados pelos agrotóxicos, mas as empresas e indústrias fabricantes também são responsáveis e devem fazer melhor a parceria com o homem do campo, possibilitando melhores orientações quanto à fabricação, à aplicação e ao descarte das embalagens, proporcionando assim mais tranquilidade para aqueles que consideram os agrotóxicos um verdadeiro vilão da saúde humana.

Texto 30: Polo industrial: o dilema entre a vida e a economia

Aluno: D.P. Lima

Situada a 49 quilômetros da capital do Estado, Camaçari se faz diferente das demais cidades brasileiras por deter o maior Polo Industrial Integrado da América Latina. As belíssimas e pitorescas praias que aqui se encontram acrescentam aos mais de 275.000 habitantes o prazer e a honra de residirem na “Cidade Industrial”, como é conhecida.

O aquecido mercado industrial camaçariense tem sido, desde o início da década de 1970 – período de instauração do Polo Petroquímico no município -, o principal agente modificador dos índices econômicos e demográficos da cidade onde minam empregos. Porém, assim como o capital e o número de habitantes são alavancados, cresce também o nível de doenças respiratórias, os malefícios provocados ao meio

ambiente e a indignação dos moradores por causa de irritações nasais e mau cheiro, os quais são provocados pela poluição atmosférica proveniente do Polo Industrial.

Os que garantem não haver irregularidades na qualidade do ar do município asseguram que as circunstâncias atmosféricas da região do Polo Industrial têm apresentado boas condições. De acordo com a Central de Tratamento de Efluentes Líquidos (Cetrel), único órgão responsável pelo controle do ar da cidade, a zona de influência do polo conta com uma rede de dez estações de monitoramento atmosférico, que realiza o ofício 24 horas por dia. O gerente dessa área da empresa, Eduardo Fontoura, afirma que mais de 95% do tempo o Índice de Qualidade do Ar (IQAr) no polo indica condição “Boa”. Ainda segundo a instituição, são utilizados os melhores aparatos tecnológicos do ramo disponíveis no mundo.

No entanto, boa parte dos moradores questionam a veracidade dos dados obtidos pela Cetrel, visto que pessoas alegam sentir incômodos respiratórios e contrair problemas de saúde devido à emissão de poluentes. Um estudo realizado pelo engenheiro químico Diógenes Lyra revela que altos níveis de SO² (dióxido de enxofre) – composto químico altamente nocivo à saúde humana – são lançados na atmosfera pelas plantas industriais do polo, transcendendo até mesmo as emissões de poluentes pelos veículos da região metropolitana de Salvador. Uma vez inalado, o gás não só pode causar dores de cabeça, náuseas, mas ainda, em caso de exposição prolongada, agravar doenças como asma brônquica e bronquite crônica.

Acredito que a população, além de sofrer com enfermidades e moléstias causados pelo despacho de rejeitos, não conta com informações transparentes e precisas, e os técnicos do Comitê de Fomento Industrial de Camaçari (Cofic), sempre acionados para averiguar fortes odores circulantes em localidades do município, informam vagamente não saber a precedência do problema.

É indiscutível que megaplantas industriais, como o Polo de Camaçari, causem inevitáveis impactos ambientais. Contudo, a cidade cresce de uma política de desenvolvimento sustentável, posta em prática pelos órgãos competentes como Cetrel, Cofic e demais instituições, que vise minimizar significativamente os efeitos cataclísmicos das atividades industriais.

O que se tem observado, do ponto de vista sustentável, é que novas indústrias estão se instalando na cidade sem que haja um planejamento ideal efetivo. Ambientalistas defendem que, a princípio, deveriam realizar um levantamento

epidemiológico para verificar se os rejeitos atmosféricos estão, de fato, lesando ou não a saúde das pessoas que moram na cidade. Esse seria o primeiro de muitos passos em busca da atividade industrial sustentável ideal em Camaçari.

Com a chegada de novas empresas ao Complexo Industrial, a exemplo da Knauf, e a previsão da geração de mais de 17.000 empregos até 2015, penso que o crescimento industrial tem a obrigação de trazer consigo a responsabilidade socioambiental, haja vista que não podemos assentir que os valores financeiros se sobrepujam aos valores da vida. Portanto, cabe às entidades responsáveis em atuar em conjunto a fim de dispor à população informações concretas e, sobretudo, suscitar o debate entre governantes, empresários e comunidade, objetivando proporcionar progresso econômico sustentável e bem estar a todos os moradores da minha esplêndida Camaçari!

Texto 31: Às margens do rio parati

Aluno: Z. O. Santos

Araquari tem mostrado um assustador desenvolvimento econômico, embora tenha sido há muito tempo esquecida por Santa Catarina, transformando um intocado recanto ambiental em um futuro parque industrial.

Araquari é maior que Joinville – cidade mais populosa de Santa Catarina –, em extensão territorial, tendo uma área de 383.993 quilômetros quadrados, ocupada em grande parte por mata atlântica, refúgio para a fauna e muitas comunidades indígenas da etnia tupi-guarani.

Pelo fato de ter iniciado o processo de industrialização recentemente, muitas indústrias têm se instalado no município devido à isenção de impostos concedida pelos últimos governos. As empresas de metalurgia empregam grande parte da população, mas a agricultura, igualmente, é um ponto forte, destacando-se pelas culturas de banana e maracujá. O comércio também constitui certa representatividade na economia municipal. Mesmo assim, Araquari ainda sofre com a pobreza e já teve o menor IDH de Santa Catarina – hoje ocupa a 95ª posição no ranking estadual.

A espiritualidade é um elemento inseparável da cultura do povo araquariense. A Igreja Santuário Senhor Bom Jesus de Araquari é considerada símbolo da cidade e palco de diversas celebrações, como a Festa do Maracujá, que faz alusão ao passado glorioso do cultivo da planta, pois Araquari já foi considerada capital nacional do maracujá.

Outra festa que representa a cultura local é a do padroeiro da cidade, Nosso Senhor Bom Jesus de Araquari, na qual pessoas de toda região fazem grandes procissões para expressar sua fé.

Araquari é muito rica em aspectos ambientais; porém, o “progresso” ameaça tais riquezas, e poucos se importam com o impacto ambiental, talvez por falta de profissionais especializados nessa área ou pelo anseio do desenvolvimento acelerado.

Infelizmente, esse patrimônio tem sido negligenciado, as terras indígenas vêm sendo reduzidas e ocupadas com agricultura e construções industriais e, em meio a muitos protestos, o índio é criminalizado, em especial pela população rural, sendo taxado de preguiçoso e sujo. É lamentável observar que alguns moradores de Araquari desprezam suas raízes; porém, felizmente, há instituições que ainda se esforçam em introduzir os povos indígenas na comunidade sem corromper, é claro, sua cultura.

Não se pode descrever esta cidade sem citar o Instituto Federal Catarinense, antigo colégio Agrícola Senador Gomes de Oliveira, uma das construções mais antigas da cidade. Fundado em 1954, o colégio presenciou e participou do desenvolvimento da comunidade. A instituição é responsável pela formação de profissionais das áreas de química, informática e, especialmente, agropecuária, que, além de levar tecnologia para o campo, auxilia no desenvolvimento agrário e industrial. Novos cursos estão sendo criados para amparar as indústrias de forma técnica bem como eticamente.

Por ser localizado próximo ao litoral, Araquari recebe muitos turistas, que têm como opção ir ao centro da cidade descansar e apreciar as construções antigas que dão ao local um “ar colonial”, ou o visitante pode ainda desfrutar do Rio Parati, que fica a poucos metros do centro. Independentemente a escolha, certamente o visitante contará com a hospitalidade do povo araquariense.

Enfim, Araquari tem um pouco de tudo: matas exuberantes contrastam com indústrias imponentes, a cidade pouco tem a ver com as aldeias, e quem vê as belas construções não imagina que a pobreza pode estar tão perto. Não se pode ignorar que o município tenha suas imperfeições, como em todos os lugares. Nós esperamos que as autoridades atentem para esses problemas e criem estratégias e soluções que busquem conciliar a industrialização com os aspectos históricos e culturais que antecederam a existência de qualquer fábrica.

Passe o tempo que passar, para mim Araquari nunca perderá seu encanto; afinal, este é o lugar onde vivo.

Texto 32: Cana-de-açúcar: desenvolvimento ou retrocesso?

Aluna: J. F. P. Martins

Maracaí é uma cidade do interior do Estado de São Paulo, com aproximadamente 13.000 habitantes. Apesar de ser conhecida com o "Terra do Menino da Tábua", a indústria açucareira é a responsável por movimentar grande parte do setor econômico municipal. Por esse motivo, a paisagem ao redor da cidade limita-se aos canaviais.

Dessa forma, a questão da produção do etanol a partir da cana-de-açúcar é um tanto polêmica, pois sabemos que essa monocultura, assim como todas as outras, traz inúmeros prejuízos ao meio ambiente, como a redução dos minerais presentes no solo e a diminuição da biodiversidade.

Nossa preocupação cresceu a partir do momento em que questões sobre desenvolvimento sustentável passaram a ser divulgadas na mídia internacional, pois, apesar de conhecermos algumas propostas da Rio - 92, realizada em 1992 no Rio de Janeiro, reunindo representantes de 178 países, não imaginávamos a real proporção do problema.

A monocultura da cana-de-açúcar, desde seu princípio, degrada o meio ambiente porque é necessário desmatar extensas áreas verdes, o que acaba destruindo a fauna e a flora nativas, uma vez que as plantas são queimadas e alguns animais procuram abrigo nos canaviais, como pássaros e diversos insetos, acabam morrendo por causa do fogo.

Além disso, as máquinas utilizadas para o plantio e colheita da cana queimam muito combustível, emitindo grande quantidade de gás carbônico (CO²) para a atmosfera, o que colabora para o agravamento do efeito estufa e, conseqüentemente, faz com que ocorra uma degradação ainda maior. Há também o fato de que, com a realização das queimadas, grande quantidade de fuligem cai sobre a toda a cidade, deixando-a com um aspecto visual muito ruim e incomodando muitos moradores, que reclamam da sujeira e dos problemas respiratórios causados pela poluição.

Entretanto, a Usina Raízen é responsável por garantir renda familiar mensal de grande parte da população local, o que torna indispensável na comunidade, pois, se ela não existisse, a taxa de desemprego atingiria seu ápice, resultando em uma crise econômica interna que, por sua vez, provocaria a migração da população para as cidades

vizinhas, e Maracá acabaria se tornando uma cidade abandonada, tal qual ocorreu com o município de Ibirarema, que se localiza próximo à nossa cidade.

Enfim, mesmo considerando a importância da usina, acredito que devemos, paralelamente, adotar medidas que sejam práticas e eficazes, com a implantação da rotação das terras disponíveis e a redução das emissões dos gases de efeito estufa, que podem resolver ou, pelo menos reduzir, os problemas que nos atingem. Afinal, dependemos de um ambiente equilibrado para continuarmos usufruindo seus recursos naturais de maneira responsável, pois, como disse o filósofo e escritor José Ortega y Gasset: “Eu sou o que me cerca. Se eu não preservar o que me cerca, eu não me preservo”.

Texto 33: Passado que não passou

Aluno: G. S. Cavalcante

Virou museu, livro, festival. Só não virou passado. Barbacena, entre uma ladeira e outra de Minas, dificilmente é separada de seu passado como casa da loucura brasileira. Foi abrigo de vários hospitais psiquiátricos, como o famoso Colônia, palco de mais de 60.000 mortes numa época em que ser triste era ser louco. As fortes cenas de internos dormindo no chão, já que entre cama e concreto não havia diferença, indigentes num lugar que deveria ser o caminho para a recuperação e que foi, no melhor dos casos, o caminho mais curto para o fim de tantas vidas, são, agora, história, literatura, reflexão e debate na sociedade local. Porém, a cada quatro anos, temos uma dose de insanidade para nos lembrar de nossa dolorosa alcunha.

O jornalista Hiram Firmino comenta, no livro *Os porões da loucura*, sobre os alicerces dos centros psiquiátricos – plataformas de deputados, prefeitos, secretários e diretores. As diretrizes dos tratamentos em Barbacena eram formadas a partir de interesses econômicos e eleitorais, dificilmente tendo em vista o real avanço da saúde pública e da humanização dos pacientes. Milhares de corpos eram vendidos para os cursos de medicina, já que cadáveres não faltavam nos hospícios, mas sim médico, apoio, investimento. Faltava boa vontade dos governantes. Homens, mulheres e crianças eram internados porque bebiam demais, namoravam demais, choravam demais, e as instituições aceitavam, porque políticos e diretores lucravam demais. E os

barbacenenses, de berço ou de coração, não estamos muito longe dos protagonistas desse drama.

Num trecho do livro *O grande mentecapto*, de Fernando Sabino, o herói Viramundo é questionado por um morador em Barbacena se é biista ou bonifacista. Seria alheio ao enredo da loucura não fosse o fato de Viramundo ter sido internado como louco, não fosse o fato de que biista é quem vota na família Bias Fortes e bonifacista é quem vota na família Bonifácio Andrada. O ponto aqui é que as famílias Bias Fortes e Bonifácio Andrada ainda são as duas grandes vertentes da política local. Não subo, porém, no palanque da oposição contra as duas famílias; o que exponho é que somos capazes de sair do script já tão bem conhecido de alternância do poder, em quem até as divergências começam a convergir.

Que a psiquiatria viveu maus momentos aqui não há dúvida, mas Barbacena não é só o porão da loucura brasileira. A cidade também é das rosas, do povo mineiro que acolhe todos os anos mais de 150 jovens, meninos ainda, de todo o Brasil, que vêm para cá em busca do sonho de se tornarem oficiais aviadores e encontram aqui os seus novos lares. Não sou mineiro, mas sou filho adotivo de Barbacena – que de madrastra não tem nada. Não só o hospital Colônia, não só o holocausto brasileiro: Barbacena é seu povo e a história de cada um que aqui vive ou viveu, loucos ou sãos, esta é BQ, a Barbacena Querida. É por isso que o nosso dever é sermos lúcidos. O passado já mostrou que não existe riqueza neste mundo que pague o preço do descaso. É desse descaso que precisamos analisar, já que o que aconteceu não foi só fruto de uma medicina precária, mas de uma política de má fé que temo perdurar até hoje por aqui.

Seja Andrada, Bias, ou Viramundo, o que Barbacena precisa é de um povo que, cansado da loucura a nós imposta, vote com a consciência dos que se recusam a aceitar a senilidade como cultura. Observemos o que Saramago expõe em seu romance *Ensaio sobre a lucidez*: a ideia de uma conscientização autônoma da população frente ao poder político. Uma comoção sem arma, sem luta, sem loucura. Uma comoção sã, de fazer urna a extensão da força de um povo guerreiro. E quando me perguntarem, ao descobrirem que vivi na Cidade dos Loucos, se sou biista ou bonifacista, se sou louco ou são, responderei sem sombra de dúvida: sou filho adotivo de Barbacena, cidade de subidas intermináveis e pessoas memoráveis. Sou filho da cidade das rosas, do céu mais bonito que já vi. Louco eu seria se não visse a beleza no “trem” de Minas, como no “meu” do meu berço paulista. Talvez sejamos todos um pouco loucos, mas é uma

loucura de querer sorrir – a tristeza já morou por muito tempo em nossa cidade e está convidada a se retirar.

Texto 34: O festival dos lucros invisíveis

Aluna: E. R. S. Cardoso

Por via fluvial ou aérea, quem chega a Parintins é recebido por um seja bem-vindo em português, inglês e em sateré-mawé. O município é o segundo mais desenvolvido do Amazonas e foi eleito, pela Assembleia Legislativa do Estado, a Capital da Cultura e do Folclore. Todo mês de junho sedia uma das maiores manifestações folclóricas do norte do país, atraindo visitantes nacionais e internacionais e construindo a economia, teoricamente, baseada no turismo. Mas a realidade destoa dessa teoria quando olhamos pela ótica de que as vantagens de um festival de três dias são insignificantes perto das verdadeiras necessidades da população.

Só em 2014 o valor destinado pelo governo do Estado ao festival de Parintins foi de 13,5 milhões de reais, um investimento alto, que deveria refletir uma cidade capaz de dar conforto aos turistas e suprir as necessidades básicas do povo, mas as ruas são esburacadas, o esgoto mau tratado e há falta de sinalização no trânsito. Para quem visita, uma péssima impressão e, para quem reside na cidade, uma questão: “Onde estão os benefícios e lucros gerados pelo festival?”.

Quem defende os altos investimentos no festival geralmente são os políticos, empresários da cadeia de turismo e os dirigentes das associações folclóricas. Esse grupo ressalta que a festa gera muitos empregos e aumenta a renda da população. Todavia, os trabalhos envolvendo mão de obra começam um mês antes da apresentação e os operários recebem apenas por esse tempo de serviço – no restante do ano ficam desempregados. O mesmo ocorre no comércio, muito mais dependente da renda da população local do que do turismo para se desenvolver.

A cidade sofre com racionamentos de água e, mais prejudicialmente, de energia elétrica. “Não tem como botar janta para os nossos filhos, porque peixe é cheio de espinha e eles podem morrer engasgados no escuro. O pessoal da Amazonas Energia vai à rádio dizer que é de uma hora e meia para cada bairro o racionamento, mas no meu bairro (Santa Rita de Cássia) desde às 15h30 até agora (20h20) estamos sem energia, cinco horas seguidas”, declara o aposentado Juvenal Elias da Costa ao jornal *Gazeta de*

Parintins. Isso ocorre porque a usina só recebe geradores de energia de alta potência durante o período do festival – no restante do ano conta com um maquinário velho e incapaz de atender às demandas da população, deixando todos sem energia elétrica por horas, o que gera declarações como a de Gerson Almeida, presidente de um bairro da cidade: “Isso tem gerado prejuízos e revolta para os moradores. Pessoas que têm padaria, lancheteria, comércio, sorveteria, tá estragando tudo. Inclusive, tinha uma criança que precisava fazer uma inalação, mas estava sem energia na casa dela, parece que o pessoal da Amazonas Energia mandou uma equipe para ligar a energia pelo menos na casa da criança, porque precisa respirar”.

Dificuldades com a enchente do rio Amazonas são anuais. As águas invadem ruas, casas, atrapalham o deslocamento no trânsito e chagam a interromper as aulas das escolas. E, recentemente, em 1º de setembro de 2014, houve uma rebelião no único presídio da cidade, que tragicamente se localiza no centro e em frente a uma escola pública, um episódio que deixou dois detentos mortos e a certeza de que Parintins dos três dias de junho não é a mesma dos outros 362 dias do ano.

Todos os outros problemas teriam a fácil solução se houvesse investimentos e vontade política para fazê-lo. Por outro lado, o discurso de desenvolvimento por meio do turismo serve a justificativa para os altos gastos de dinheiro público e do setor privado, que são também descontados dos impostos, numa festa grandiosa, milionária, mas com duração de apenas três dias.

A despeito dos problemas, Parintins continua a ostentar o lugar de “segundo município mais desenvolvido do Estado” e o título de “Capital da Cultura”. Nós, cidadãos mais críticos, não somos contra a festa, que precisa ser mantida como patrimônio cultural; no entanto, alimentar a falácia de uma cidade dependente somente do turismo para o seu desenvolvimento é restringir suas possibilidades de crescimento, seja no campo econômico, seja, principalmente, no social. O que se precisa, na prática, é de melhorias na qualidade de vida das pessoas, na infraestrutura urbana, no nível e nos conteúdos da educação básica e no acesso aos bens culturais, pois o festival, além de curto, é extremamente elitizado.

Enfim, se a solução das demandas sociais enfrentadas pela cidade parece difícil, uma proposta, no mínimo plausível, é repensar os investimentos feitos no festival folclórico e focar nas necessidades básicas dos parintinenses. Infraestrutura é tão

importante quanto cultura, e o povo necessita ter uma vida digna em todos os segmentos sociais.

Texto 35: Entre praças, saúde e educação

Aluna: B. C. S. Sousa

Desde a antiguidade, a priorização do lazer é prática comum. Os romanos, para entreter e massificar seu povo e fazê-lo esquecer os problemas sociais, adotaram a política do “Pão e Circo”, que consistia na distribuição de alimentos e diversão à plebe. Essa prática, infelizmente, se estendeu até os dias atuais e, no município onde moro, ela não é diferente.

Vitória do Xingu, intitulada pelo governo atual como a “Cidade da Energia”, por sediar a quarta maior hidrelétrica do mundo –Belo Monte –, vem, nos últimos anos, realizando, com muita frequência, a revitalização e a inauguração de bens públicos, com o objetivo de aplicar recursos das condicionantes recebidos da Norte Energia (empresa construtora da barragem) como forma de mitigação pelos impactos causados pela obra. Um desses patrimônios, por ser em maior número e grande visibilidade –as praças –, tem causado polemica entre os moradores, levando a um grande questionamento: e as outras políticas públicas, como aquelas voltadas à saúde e educação, por exemplo, como ficam? Lazer é importante, mas não pode estar acima dessas duas bases.

O que me parece estar ocorrendo aqui é um retrato moderno e fiel da política secular do “Pão e Circo”, mais especificamente do circo. Que pena!

Reconheço o quanto é agradável em uma tarde bonita ir para as praças, conversar com os amigos, namorar (quem nunca...?), ter diversas opções de entretenimento. Essas opções de lazer são exaltadas pela maioria dos moradores que apoiam o projeto do governo, considerando-o “bom” para o povo. Mas, se parar para pensar, não é bem por aí. E quando o povo estiver doente, entre a vida e a morte, as praças vão curá-lo? E, na falta de remédios, as praças irão lhe dar os medicamentos? Vai lhe ensinar regras de ortografia? Certamente não.

É claro que nos últimos tempos a saúde e a educação avançaram, mas não me parece algo visto como “tão prioritário”, assim como as praças vêm recebendo tamanha prioridade por aqui. Para se ter uma ideia, em todas essas áreas de lazer há redes wi-fi

abertas. Com acesso à internet, e isso, lamentavelmente, não tem nas nossas escolas e em outros órgãos públicos municipais. Curioso também é que na sede do município temos apenas quatro escolas para um número significativo de seis praças, e ainda há outras em projeto. É, lazer parece não ser problema para nós!

Os governos tendem ao erro e/ou esperteza de priorizar o lazer. Um exemplo vergonhoso disso é a grande polêmica levantada contra o governo da presidenta Dilma Rousseff por ter gasto milhões com Copa do Mundo de 2014 e deixado de lado a saúde e a educação, confirmando mais uma vez a prática da valorização do lazer. Mas a maioria das pessoas gosta disso, tanto é que lotaram os estádios de futebol e acabaram deixando em segundo plano a luta por outras políticas públicas voltadas à saúde, educação e à segurança. Aliás, isso não é surpreendente, já que essa política também se estende ao povo, sendo comum nas famílias, quando estas deixam de comprar um livro, pagar um curso, realizar passeios, ir a festas ou, ainda, comprar roupa de marca, quando, às vezes, mal dá conta de pagar. Essas atitudes, tanto do povo quanto dos governantes, são, ao meu ver, a razão para a miséria política e intelectual da nação brasileira e, conseqüentemente, da população vitorienense.

Assim, penso que seja necessário equilibrar os recursos destinados às políticas públicas e se dar prioridade à saúde e à educação, bases para o bom desempenho de uma sociedade, visto que é principalmente por meio desses pilares que, de fato, nós, como povo, vamos edificar o conhecimento necessário para chegar ao tão sonhado progresso que a construção da hidrelétrica traria. Portanto, tenha dó! Precisamos mudar urgentemente essa prática mesquinha de priorizar o lazer. Entendam uma coisa: nossa prioridade por aqui é outra. Mais saúde e educação, e menos praças, por favor!

Texto 36: Há uma praça no meio do caminho

Aluna: A. F. T. Vieira

Com cerca de 2,5 milhões de habitantes, Fortaleza é a quinta maior capital do Brasil. Segundo o IBGE, há um grande número de brasileiros e estrangeiros interessados em se estabelecer aqui, na famosa Terra do Sol, pois consideram o bom clima, as belas praias e a hospitalidade do povo cearense, ao definirem suas moradias. É uma bela cidade, com vários pontos turísticos e em crescente desenvolvimento, mas,

infelizmente, com área verde reduzida e poucas praças, e uma delas está causando muita polêmica.

A praça Portugal, localizada no bairro Aldeota e criada em 1947, já passou por muitas reformas, mas sempre teve presença marcante na vida dos fortalezenses, além de ser um símbolo concreto dos laços de Portugal com Ceará. Contudo, o Plano de Ação Imediata em Transporte e Trânsito de Fortaleza (Paitt) propõe a construção do binário Santos Dumond/Dom Luís e eventualmente a substituição da rotatória (da qual a praça faz parte) por um cruzamento e quatro pequenas praças. Essa intervenção está dividindo a opinião da população, de políticos e de especialistas em arquitetura, urbanismo e engenharia de tráfego.

De um lado, há os defensores da destruição da praça, pois ser benéfica tanto para a população quanto para as pessoas. “Vai melhorar os passeios, facilitar o caminho dos pedestres e integrar os modais – pedestre, ciclista, ônibus e veículos”, defende Roberto Cláudio, prefeito da cidade. “Isso não é uma praça, é uma rotatória”, acrescenta. Ainda expõe dois objetivos com o projeto: aumentar a fluidez das vias e reduzir os constantes acidentes na área. Para Luiz Alberto Saboia, coordenador do Paitt, a intenção da prefeitura é requalificar e aumentar a praça, não destruí-la: “A alteração do formato da praça implicará um aumento de mais de 30% em seu tamanho”.

Por outra ótica, os defensores da manutenção da praça apontam uma relação afetiva com ela, que é uma peça histórica de Fortaleza. A arquiteta Marcella Lima, em entrevista, afirma que a referência afetiva que todos têm por ela não pode ser preenchida, deixando um “buraco” na memória da cidade. Uma rotatória ícone, tomada pela população da praça, pode ser destruída?

“Dizer que a praça não é uma praça é um insulto à nossa cidade e à inteligência das pessoas”, diz o empresário e ativista Bosco Couto em carta ao prefeito. “Dizer que não é uma praça por ser pouco frequentada [...] não é um argumento plausível, pois o fato é que as praças estão inseguras, abandonadas e mal iluminadas”.

De fato, há déficit em relação à passagem de pedestres; no entanto, deve haver um estudo mais cauteloso, pois a troca da rotatória por semáforos não terá efeitos no trânsito a longo prazo. A construção do binário já foi finalizada, um túnel foi construído na Avenida Santos Dumond, semáforos foram colocados, mas as vias permanecem congestionadas nos horários de pico, evidenciando que semáforos não são alternativas inteligentes para os congestionamentos. Luiz Nogueira, engenheiro civil, afirma: “Vejo

diversas pessoas achando que o problema do trânsito [...] será resolvido com a retirada e substituição das rotatórias por semáforos. Não poderia haver maior engano”.

É imprescindível ressaltar a presença da praça na vida dos fortalezenses. Apesar do descaso evidente, vários grupos de jovens, desde os anos 1990, frequentam a praça, também eu, que passo por lá todas as manhãs e noites. Os protestos contra a intervenção, como a “Virada”, mostram que ela não é importante apenas para mim, mas para toda a população. Dizer que os mais de sessenta anos da praça e o tão conhecido “Natal de Luz”, que ocorre todo ano, não significaram nada, é como negar a nossa história.

Por todas as histórias que a envolvem, sou contra a destruição da praça, pois há várias alternativas, propostas por arquitetos, que evitam tal destruição, como a instalação de sinais antes da entrada dela, além de evitar o estacionamento próximo à rotatória. Ademais, é imprescindível que sejam construídos túneis sob a praça, para a passagem de carros ou de pedestres, como há no Arco do Triunfo, em Paris. É evidente que a Praça Portugal não tem tanto peso histórico quanto o Arco, mas como as nossas praças poderão ter a mesma importância desses monumentos mundiais se destruímos os poucos que restam?

Diz Castro Alves: “A praça é do povo como o céu é do condor”. Na democracia grega, o povo reunia-se na praça para decidir o futuro da cidade. Agora que o povo quer decidir o futuro da praça, não pode, pois houve uma votação fechada, feita por secretários e vereadores, em vez de uma decisão coletiva, popular e, acima de tudo, democrática.

Há uma praça no meio do caminho dos planos da prefeitura. Mas o poder municipal, em vez de tratar da questão democraticamente, renegou sua história como se ela fosse um mero empilhado de pedras.

Texto 37: Emancipação: decadência ou progresso?

Aluna: E.A. Amorim

No Brasil, a modificação legislativa sobre a criação de municípios tem sido alvo de questionamentos em várias cidades do país. Na pequena cidade de Alto Paraguai, a 220 quilômetros da capital, Cuiabá (MT), não está sendo diferente. A polêmica veio à tona a partir do momento em que foi lançado o Projeto de Lei em outubro de 2013 que

dava poder ao Estado para emancipar distritos. Segundo a Confederação Nacional, seriam criados 418 novos municípios, sendo 56 em Mato Grosso, incluindo o distrito de Lavouras de Capão Verde, pertencente à nossa cidade Alto Paraguai, onde resido. A questão agradou aos moradores do distrito, que se posicionaram a favor do projeto com esperança de melhorias de vida e autonomia, mas causou indignação nos moradores da sede. Iria valer a pena o desmembramento da nossa querida Alto Paraguai?

Significativa parte dos residentes do distrito de Capão Verde afirma que eles precisam possuir sua própria administração, que sua população enfrenta dificuldades para ter acesso a bancos, prefeitura e outros órgãos públicos, já que o distrito se encontra a 78 quilômetros da sede e grande parte dos moradores não têm acesso a automóveis. De acordo com o deputado estadual José Riva, um dos mentores do projeto, a criação de novos municípios aproxima o cidadão do poder público e proporciona maior acessibilidade para conquistar os objetivos da população. A maioria dos entrevistados de Capão Verde afirma com veemência que o distrito possui estrutura para o desmembramento, uma vez que no local já há posto de saúde, posto policial, escolas municipal e estadual, cooperativa, supermercado, laticínio e várias microempresas. Eles confirmam que a dependência entre distrito e município tem impedido o desenvolvimento local. Por outro lado, a maioria dos munícipes da sede não é favorável porque Alto Paraguai, após anos em decadência pela extinção da extração de minérios, agora está passando por um considerável desenvolvimento, com aumento populacional e crescimento da arrecadação de tributos, o que proporciona maior qualidade de vida aos seus moradores urbanos e rurais. De acordo com o atual prefeito, Adair José, o aumento populacional possibilitou o cumprimento do piso salarial da educação e melhoria de trabalho para funcionários da cidade e do distrito. Ele disse ainda que o município está formando empresas, que contemplará áreas rurais, trazendo inúmeros benefícios para a população em geral. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população do Alto Paraguai, há cinco anos, era de 8.329 habitantes e hoje é composta por 10.446 pessoas, sendo 3.447 moradores rurais. Diante dessa informação, vários moradores da cidade disseram que a emancipação resultaria em diminuição da área territorial, redução do índice populacional, menor arrecadação tributária e outras dificuldades que trariam prejuízos para ambas as partes, já que tanto a cidade quanto o distrito teria seu território e sua população fragmentada, o que causaria um corte brusco no desenvolvimento de todo o município. Além dos

moradores da sede, a própria presidenta do Brasil, Dilma Rousseff, é contra as emancipações. Ela criou o veto 503/13, alegando que o surgimento de municípios geraria mais despesas aos cofres públicos; contudo os residentes de Capão Verde ainda acreditam e buscam pela desagregação municipal.

Diante de acirrada polêmica entre os moradores do distrito e os da sede, penso que a emancipação não seria uma boa opção para todo o município. Já somos uma pequena população e ainda vamos desagregar? Se isso ocorre, surgirão dois municípios tão pequenos que enfrentarão muito mais dificuldades do que enfrentamos no momento. Creio que, quanto menor for o índice populacional, menor serão as verbas federais e estaduais recebidas, menor será o número de eleitores, dos olhares externos, e tantas outras privações surgirão. Portanto, eu sou contra o desmembramento da cidade de Alto Paraguai do distrito de Capão Verde.

Enfim, penso que deveria haver consenso entre distrito e município, todos trabalhando em busca de um desenvolvimento mútuo, social e econômico, fortalecendo ainda mais esse povo rico em cultura, acolhedor e simples; enfim, verdadeiros cidadãos.

Texto 38: Quilombola, sem quilombo, pode?

Aluna: K. M. Godoy

Quilombos são originários da época da escravatura brasileira, lugares de refúgio dos escravos quando fugiam das senzalas onde eram muitas vezes violentados, tendo hoje o significado de terras que foram adquiridas por escravos libertos, entre outros. Problemas como estes de terra em Mato Grosso do Sul sobressaem-se; principalmente as questões ligadas às comunidades indígenas e quilombolas.

Mediante a polêmica, uma das primeiras ações do Estado foi dar para a Colônia Negra Quilombola São Miguel, comunidade/quilombo do Estado, localizada no município de Maracaju, o título definitivo de propriedade da terra onde vive. O Estado iniciou oficialmente seus trabalhos nessa área em 27 de abril de 2009 e abriu procedimentos administrativos no Incra/Campo Grande em duas grandes comunidades bem conhecidas – Furnas do Dionísio, no município de Jaguari e Furnas de Boa Sorte, no município de Corguinho –, existindo ainda em todo território estadual comunidades que lutam pelo seu reconhecimento como donos da terra onde vivem.

Essa luta se deve à tentativa de regularizar as terras onde essas famílias construíram suas bases há muito tempo, constituindo suas descendências. Com receio, essas pessoas procuram a regularização, pois correm risco de sofrer um processo de desapropriação e conseqüentemente ser despejadas de suas moradias.

Mas esse procedimento de titulação é bastante burocrático e o próprio histórico de política agrária dificulta mais a situação. Pois essa sempre foi a base de uma elite econômica, na qual a dimensão do significado de terra tem muito valor, não deixando de ser uma disputa de ideias com argumentos de desenvolvimento.

Esses argumentos dizem que a terra sob o controle de empreendedores agrícolas trará muito mais lucros do que se estiver em mãos de comunidades quilombolas. Isso é resultado do pensamento ideológico introduzido nas pessoas de forma até mesmo ingênua, segundo o qual o lucro será mais rentável ao Estado se for direcionada à exportação e importação, diferentemente dos quilombos, que geram somente produtos para o próprio consumo.

Outro fator é que essa questão destaca uma discriminação que já foi comprovada estatisticamente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), segundo o qual a etnia, a raça e a cor definem as posições sociais e econômicas. Essa visibilidade também proporcionaria a aceitação das condições culturais desse povo por grande parte da população, tratando da demarcação de terras de forma mais justa possível.

Além disso, a localização dessas comunidades é em grande maioria rural, não afetando a realidade local; pelo contrário, elas se dedicam à pequena agricultura de subsistência, melhorando assim a fertilidade do solo.

Para o diretor do Departamento de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro (DPA) da Fundação Palmares, Alexandro Reis, “a situação é uma ação importante para a preservação da memória e de modo de vida da comunidade, incluindo sua cultura e artesanato. Além disso, a titulação vai dar acesso a outras políticas nas áreas de cultura, economia criativa, saúde e moradia”.

Do meu ponto de vista, a demarcação deveria vir espontaneamente, como forma de pagamento pelo sofrimento que os antepassados desse povo viveram, em meados do século XIX, durante a escravidão no Brasil, e pelo tempo que residem na mesma região. Conseqüentemente, também é um direito esculpido na Constituição de 1988, que garante o direito de terras para os negros e a criação da Fundação Palmares, provando que o erro não está em leis, mas na dificuldade e negligência jurídica de ser cumprida.

Está claro que são proprietários por direito, não precisamos desse desgaste burocrático, apenas valorizando uma das bases da nossa cultura.

